



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 200 - SÁBADO, 3 DE DEZEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PSDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes do PMDB (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago)</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17</p>	<p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB (vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena</p> <p>Vice-Líder do P-SOL Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/ PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL</p>	<p>Vice-Líderes Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líder do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 214ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE DEZEMBRO DE 2005	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nº 2.169/2005, de 2 do corrente, comunicando a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar, ocorrida em 1º de dezembro do corrente, do Senhor José Dirceu (PT/SP).....	42392
1.2.2 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 268, de 2005 (nº 793/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 43, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor um bilhão, cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil e dez reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.198, de 24 de novembro de 2005.....	42392
Nº 269, de 2005 (nº 792/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2005-CN, que amplia o limite a que se refere o item III.4.2 do Anexo V da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, sancionado e transformado na Lei nº 11.197, de 24 de novembro de 2005.....	42392
Nº 270, de 2005 (nº 794/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 34, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de seiscentos milhões e trezentos mil reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.199, de 24 de novembro de 2005. Ao Arquivo.	42392
Nº 271, de 2005 (nº 795/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí, sancionado e transformado na Lei nº 11.200, de 24 de novembro de 2005.....	42392
Nº 272, de 2005 (nº 796/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2005 (nº 6.031/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, sancionado e transformado na Lei nº 11.201, de 24 de novembro de 2005.....	42393
1.2.3 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuação)	
Nº 56, de 2005-CN (nº 2.191/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.012, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Implementação e Pavimentação da Rodovia BR-330 no Estado do Piauí, trecho Bom Jesus do Gurguéia/PI – Divisa PI/MA – PT 26.782.0235.7204.0101 (TC nº 004.698/2005-8).....	42393
Nº 57, de 2005-CN (nº 2.193/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.014, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada pela Secex/ES, ampliação das instalações do Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo – PT 26.784.0230.3503.0032 (TC nº 007.185/2005-6).....	42393
1.2.4 – Ofícios	
Nº 1.103/2005, de 30 de novembro último, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 267, de 2005.....	42393
Nº 134/2005, de 1º do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação do Senador Antero Paes de Barros, como suplente, para compor a referida Comissão.....	42393

Nº 135/2005, de 1º do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura..... 42394

Nº 283/2005, de 2 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membros para a vice-liderança do Partido..... 42394

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.397, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Prefeito José Thomé Filho, de Autazes – AM, pela realização do XIII Festival do Leite naquele Município..... 42394

Nº 1.398, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Prefeito Sidney Leite, de Maués – AM, pela realização da 26ª Festa do Guaraná, naquele Município..... 42394

Nº 1.399, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Adélia Naves, esposa do Ministro Nilson Naves, do Superior Tribunal de Justiça..... 42394

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Elogios ao Ministro Furlan e ao Presidente do Inmetro pela atuação na questão dos chamados disjuntores brancos e pretos. Defesa de projeto de lei que garante cidadania aos moradores de rua..... 42395

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Greve dos funcionários do Partido dos Trabalhadores por não receberem seus salários. Processo de cassação do ex-Deputado José Dirceu..... 42397

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Preocupação com o episódio ocorrido nesta semana no Rio de Janeiro, quando assaltantes atearam fogo em um ônibus e seus ocupantes..... 42400

SENADOR JOSÉ JORGE – Colapso das agências reguladoras pela incompetência administrativa do PT. Incômoda posição do Brasil como “lanterninha” dos países emergentes..... 42401

SENADOR MÃO SANTA – Necessidade de uma solução para a greve nas universidades..... 42410

SENADOR EDISON LOBÃO – Sucateamento da Marinha do Brasil..... 42413

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Multa sofrida pelo Presidente da República decorrente de campanha ilegal. Registro de novo contrato publicitário entre a Petrobrás e Duda Mendonça..... 42416

SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Denúncia de desmandos nos fundos de pensão. Defesa de investigação na Previ..... 42423

SENADOR ALBERTO SILVA – Excelência dos cursos ministrados e das pesquisas desenvolvidas na Universidade de Itajubá/MG. Necessidade de recuperação das estradas de rodagem. Elogios à ministra Dilma Rousseff. Defesa da cultura da mamonada destinada à produção de biodiesel..... 42424

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Regularização fundiária em Roraima, com a titulação de terras. Expectativa de recuperação da saúde do governador do Estado de Roraima, Otomar Pinto..... 42427

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre a cassação do ex-Deputado José Dirceu.... 42427

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Queda do Produto Interno Bruto e a crise política no Brasil.. 42431

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Defesa da imprensa livre e do sigilo da fonte de um jornalista..... 42434

SENADOR VALDIR RAUPP – Urgência de investimentos destinados ao setor elétrico brasileiro..... 42435

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Considerações sobre o Bolsa-Família, a pobreza e a educação no Brasil. Análise da atual conjuntura econômica, social e política..... 42436

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Pesquisa CNT/Sensus, divulgada no último dia 22 de novembro, a respeito do índice de aprovação do presidente Lula..... 42438

SENADOR REGINALDO DUARTE – Transcrição das matérias intituladas “O protesto da vovó radical” e “Idosa ‘enfrenta’ PM em protesto”, publicadas nos jornais **Correio Braziliense** e **Folha de S. Paulo**, respectivamente, edições do último dia 26 de novembro..... 42440

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “Por uma urgente integração da Amazônia”, de autoria da ex-ministra da Educação e Cultura do Equador, Rosalía Arteaga Serrano, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição do último dia 25 de novembro. Considerações a respeito da matéria “Tevez é citado como exemplo de integração”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 1º do corrente..... 42441

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Análise do artigo “O investimento emperrado”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do último dia 29 de novembro..... 42446

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Comentários sobre a matéria intitulada “Consultorias refazem as contas e já esperam crescimento abaixo de 3%”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 1º do corrente..... 42447

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Considerações acerca do artigo “Chavismo, um risco real”, de autoria do advogado Ives Gandra Martins, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do último dia 21 de novembro..... 42448

SENADOR LEONEL PAVAN – Transcrição da matéria intitulada “Ordem de fraude vinha de cima, revela testemunha ao MP”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do último dia 24 de novembro..... 42449

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Retração da economia brasileira registrada no terceiro trimestre deste ano. 42450

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 171, de 2005. 42455

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.143 a 4.162, de 2005. 42456

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 214ª Sessão não Deliberativa, em 2 de dezembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº SGM/P Nº 2.169/05

Brasília, 2 de dezembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar, ocorrida em 1º de dezembro do corrente, do Senhor José Dirceu (PT/SP), nos termos do art. 55, inciso II, da Constituição Federal; dos arts. 240, inciso II, e 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e do art. 4º, incisos IV, e art. 10, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, conforme a Resolução nº 35, de 2005, publicada no Suplemento ao **Diário da Câmara dos Deputados** nº 210, de 10 de dezembro de 2005, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagens do Senhor Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 268, de 2005 (nº 793/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 43, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor um bilhão, cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil e dez reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.198, de 24 de novembro de 2005.
- Nº 269, de 2005 (nº 792/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 44, de 2005-CN, que amplia o limite a que se refere o item III.4.2 do Anexo V da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, sancionado e transformado na Lei nº 11.197, de 24 de novembro de 2005.
- Nº 270, de 2005 (nº 794/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 34, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de seiscientos milhões e trezentos mil reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.199, de 24 de novembro de 2005.
- Nº 271, de 2005 (nº 795/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí, sancionado e transformado na Lei nº 11.200, de 24 de novembro de 2005; e

- Nº 272, de 2005 (nº 796/2005, na origem), de 24 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2005 (nº 6.031/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, sancionado e transformado na Lei nº 11.201, de 24 de novembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes

AVISOS

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 56, de 2005-CN (nº 2.191/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.012, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Implementação e Pavimentação da Rodovia BR-330 no Estado do Piauí, trecho Bom Jesus do Gurguéia/PI – Divisa PI/MA – PT 26.782.0235.7204.0101 (TC nº 004.698/2005-8).

Aviso nº 57, de 2005-CN (nº 2.193/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.014, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada pela Secex/ES, ampliação das instalações do Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo – PT 26.784.0230.3503.0032 (TC nº 007.185/2005-6).

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Os avisos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. 1.103/2005

Brasília, 30 de novembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Nelson Markezelli (PTB–SP), como Titular e em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB–PE), para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005, que “altera dispositivos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação, e autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX, e dá outras providências.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração.. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 134/05

Brasília, 1º de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senador Antero Paes de Barros, como membro suplente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Senador Antero Paes de Barros como suplente para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 135/05

Brasília, 1º de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência a substituição do Senador Almeida Lima, pelo Senador Juvêncio da Fonseca, como membro suplente na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 283/05–GLPSDB

Brasília, 2 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no § 7º do art. 65 do Regimento Interno, tenho a honra de indicar os seguintes Senadores para a Vice-Liderança do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira:

Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Flexa Ribeiro
Papaléo Paes
João Batista Motta

Na oportunidade, renovo protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.397, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao Prefeito José Thomé Filho, de Autazes/AM, pela realização do XIII Festival do Leite naquele Município.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Prefeito José Thomé Filho, de Autazes/AM, pela realização, nos dias 20 a 27 de novembro de 2005, do XIII Festival do Leite.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e, por seu intermédio, aos órgãos públicos e privados que concorreram para que a iniciativa alcançasse sucesso.

Justificação

O Festival do Leite, em Autazes, no Amazonas, tem especial significado pelas suas repercussões econômicas no município, que é grande produtor de leite na região. Ademais, contribui para o enriquecimento das tradições culturais da Amazônia, pelo que é merecido o Voto de Aplauso que proponho ao Senado.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.398, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao Prefeito Sidney Leite, de Maués/AM, pela realização da 26ª Festa do Guaraná, naquele Município.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Prefeito Sidney Leite, de Maués/AM, pela realização, nos dias 24 a 27 de novembro de 2005, da 26ª edição da Festa do Guaraná.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e, por seu intermédio, aos órgãos públicos e privados que concorreram para que a iniciativa alcançasse sucesso.

Justificação

A Festa do Guaraná, em Maués, tradição no Amazonas, tem especial significado pelas suas repercussões econômicas e para o incremento do turismo na Amazônia. Além de promover a espécie vegetal amazônica mais conhecida, é também elo significativo para o enriquecimento das tradições culturais da Amazônia, inclusive na preservação de usos e costumes, como a expressão oral. Maués é um pequeno município em que os indígenas disseminaram palavras da sua língua nativa, levando o poder público ao reconhecimento dessa realidade. Ali, nas reservas indígenas, os escolares recebem educação especial em duas línguas, o português e o saterê.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.399, DE 2005

Requer voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 30 de novembro de 2005, da Senhora Adélia Naves, esposa do Ministro Nilson Naves, do STJ.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo fa-

lecimento, ocorrido em 30 de novembro de 2005, da Exma. Senhora Adélia Naves, esposa do Ministro Nilson Naves, do Superior Tribunal de Justiça.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Ministro Nilson Naves e do Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal.

Justificação

Funcionária concursada do Superior Tribunal de Justiça, a Exma. Sra. Adélia Naves, esposa do Ministro Nilson Naves, do mesmo tribunal, sempre foi uma servidora dedicada, ocupando, por isso, destacadas funções no órgão em que trabalhava, para o qual veio mais tarde a ser nomeado seu marido, o ilustre Ministro Naves. Ela morreu prematuramente e de forma trágica, num acidente de trânsito no Plano-Piloto de Brasília. O Voto de Pesar que requeiro é, pois, um preito de homenagem à ilustre servidora, ao seu marido, aos familiares e àquela corte superior de justiça.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 2005 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Senador Mão Santa e Senador Heráclito Fortes, faço, desta tribuna, um elogio ao Presidente do Inmetro e também ao Ministro Furlan.

Há algum tempo, fiz um pronunciamento preocupado com a situação dos chamados disjuntores brancos e pretos, um de matriz européia e outro de matriz norte-americana. Fiz uma série de incursões, participei de audiências no Ministério da Indústria, Comércio e Relações Exteriores e, felizmente, Sr. Presidente, construímos um grande entendimento.

Por uma questão de justiça, registro o encaminhamento feito com a parceria não somente deste Senador, mas dos empresários e trabalhadores interessados, e com a sensibilidade do Ministro Furlan e de sua equipe.

Sr. Presidente, divido com os Senadores e Senadoras da República uma notícia positiva. Trata-se da publicação pelo Inmetro da Portaria nº 229, do dia 1º de dezembro de 2005, que prorroga a certificação compulsória dos disjuntores até 31 de dezembro de 2006.

Por que tal portaria é importante, Sr. Presidente? A produção de disjuntores, que envolve o emprego direto e indireto de milhares de trabalhadores e de empreendedores, iria ser suspensa exatamente neste mês de dezembro de 2005. Com esse encaminhamento, nós a prorrogamos por mais um ano para buscarmos saídas.

Sr. Presidente, passo a discorrer sobre o processo. No primeiro semestre deste ano, recebi, em meu gabinete, um grupo de empresários do setor de fabricação de disjuntores: o Sr. Adelino Miotti, da Soprano; o Sr. Hilton Moreno, da Nema; o Sr. Carlos Alberto Quintas Lima, da Eletromar; o Sr. José Luiz, da GE; e o Sr. Milton Menten, da Eaton, que expuseram suas preocupações para a minha equipe. Recebi também, Senador Tião Viana, por parte principalmente do movimento sindical gaúcho, a preocupação dos sindicalistas e as consequências quanto ao término da vigência da referida certificação no final deste ano, o que iria causar demissão de trabalhadores, perda de receita para o Estado e fechamento de indústrias.

Diante da situação, por meio da equipe do meu gabinete – cumprimento a todos, na figura do Ivan Ferronato –, solicitamos audiência ao Sr. Ivan João Guimarães Ramalho, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que recebeu os representantes do exterior, como também Parlamentares, em que expuseram as suas preocupações.

O Secretário Ivan Ramalho nos informou que iria discutir o assunto com o Ministro Furlan, que estava sensível à situação, e também com o Presidente do Inmetro, Sr. João Alziro Herz da Jornada, para dar o devido encaminhamento à questão.

No dia de ontem, Sr. Presidente, tive contato diretamente com o Secretário, que anunciou que a portaria já estava sendo publicada ontem. O Secretário e a equipe do Ministro, com o aval do Ministro, se reuniram com setores da indústria. Lá estavam também nossos representantes. Fizemos esse acordo, contemplando a solicitação dos trabalhadores e dos empresários, dando tempo para que o Inmetro conclua seus estudos técnicos, junto com representantes do setor, e tenha uma posição definitiva sobre os chamados disjuntores brancos e pretos e esse mercado.

Sr. Presidente, mais uma vez, isso prova que o diálogo entre Governo, empresários e trabalhadores é fundamental na busca de soluções como essa.

Quero deixar de público um agradecimento especial ao Ministro Furlan, ao seu Secretário Ivan Ramalho e ao Presidente do Inmetro, João Alziro Herz

da Jornada, pela presteza e sensibilidade com que acolheram o pleito que este Senador fez, mediando simplesmente uma situação.

Sr. Presidente, fiz questão de trazer este assunto à tribuna do Senado, porque entendo que não tenho nada a esconder: o pleito é justo, mediamos o entendimento junto ao Ministério, que foi mais do que sensível, os empresários entenderam que, com mais um ano, encontraríamos outro caminho que não inviabilizasse o setor, todos ficaram satisfeitos com esse encaminhamento. Como o jogo é franco, no campo da verdade, fiz questão de dizer que tive orgulho de participar dessa mediação, com esse resultado mais que positivo.

Sr. Presidente, aproveitando o tempo que me resta, cumprimento esta Casa, tanto os setores da Oposição como do Governo.

Senador Heráclito Fortes, com satisfação concedo um aparte a V. Ex^a

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, o meu aparte não é para falar sobre o tema que o trouxe à tribuna, mas, sabendo que V. Ex^a é um dos mais aguerridos petistas desta Casa, autêntico e sincero, quero solidarizar-me com os funcionários do Partido de V. Ex^a que entraram em greve. É lamentável que isso ocorra num Partido como o PT. Logo mais falarei sobre o assunto, mas como sei que V. Ex^a é um dos homens que se sente atingido com um fato dessa natureza, queria apenas fazer o registro, no momento em que a Casa é presidida por um colega de V. Ex^a, o Senador Tião Viana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, vou até dialogar com V. Ex^a sobre esse tema, porque casualmente o Ferreira, que é hoje o tesoureiro do Partido, esteve em meu gabinete esta semana e me expôs esse quadro. Para mim, essa é uma demonstração de que o PT não tem dinheiro. Conseqüentemente, não é um partido rico e, por extensão, eu poderia dizer: “Bom, onde é que estão as famosas caixas com dólar, se o PT não consegue nem pagar aos seus funcionários?”

Mas farei o aparte a V. Ex^a só para mediarmos esse debate, porque também fiquei preocupado. Mas, como o Ferreira esteve conversando comigo sobre o tema, dispus-me a colaborar de uma forma ou de outra, até vendendo as fitinhas. Podemos fazer isso de forma muito tranqüila, como um caixa para o Partido, como também podemos fazer com que todos os funcionários do gabinete possam, dentro de suas limitações, colaborar com esse momento difícil por que passam as finanças do Partido dos Trabalhadores.

Depois, poderemos aprofundar o debate em seu pronunciamento, da forma como sempre foi, respeitosa, mas de fato isso demonstra que a situação financeira do Partido dos Trabalhadores é muito difícil.

Mas, neste momento, Sr. Presidente, quero elogiar a Oposição e principalmente, outra vez, o Governo, porque o projeto que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, sobre a inclusão da população de rua, precisou também passar por uma ampla negociação e todos colaboraram. Senador Mão Santa, o Partido de V. Ex^a colaborou, assim como o PT e a Liderança do Governo. O Senador Tião Viana, dentro da sua abrangência, por ser Vice-Presidente desta Casa, também deu sua colaboração.

Aprovamos um belo projeto, o PLS nº 299, de 2004, mediante amplo entendimento, votado por unanimidade, que tem como objetivo proporcionar assistência, condição para a inclusão social e oportunidade de qualificação profissional aos moradores de rua. Pelo projeto são considerados moradores de ruas, as pessoas cuja renda **per capita** é inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam em logradouros, viadutos, albergues ou em qualquer outro lugar não destinado como habitação regular e normal.

O Programa da Inclusão Social dos Moradores de Rua será implantado mediante convênios a serem celebrados entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e será coordenado pelo o órgão federal responsável pela política de assistência social, que é o Ministério correspondente.

Entidades de assistência a moradores de rua poderão participar dos convênios a serem firmados e sua atuação estará subordinada aos órgãos públicos responsáveis pela política de assistência social envolvidos na execução do programa, repito, Prefeitura, Estado e União.

O Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua será financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O projeto, agora, segue para a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, sem que existam políticas públicas efetivas e abrangentes de acolhimento aos moradores de rua, estes ficam expostos a situações humilhantes, dificultando ainda mais o reencontro com a auto-estima, a própria cidadania e a possibilidade de viverem com dignidade. Tudo isso sem falar nos casos mais recentes de extermínio daqueles que tiveram a vida ceifada pelo simples motivo de não possuírem um teto que os abrigue durante a noite.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar a Senadora Fátima Cleide, que foi a Relatora **ad hoc**, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes pelo brilhante relatório realizado. A ilustre Senadora, à qual rendo as minhas homenagens, soube compreender a abrangência e importância da proposta. Quero também cumprimentar o Ministério de Assistência Social pelas emendas que aprimoraram o projeto original.

No relatório, as Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Fátima Cleide destacam uma característica muito especial do projeto, que é a de alterar a lógica perversa da exclusão social dos moradores de rua, ao indicar a ação que se espera do Governo. Assim, estaremos ajudando a construir uma sociedade livre, justa e solidária para a erradicação da pobreza e da exclusão, além da redução das desigualdades sociais.

Dessa forma, Sr. Presidente, é inegável que o Projeto nº 299, de 2004, contribui, efetivamente, para a justiça social a que se referem os arts. 1º, 3º, 170 e 193 da nossa Constituição Federal.

Sobre o mérito da proposta, quero mais uma vez registrar o seu alcance social, uma vez que beneficia um segmento populacional extremamente vulnerável. Trata-se dos moradores de rua, pessoas que estão fora do seu habitat natural, discriminados socialmente por ocupar um espaço perigoso, que os deixa numa situação de exclusão total.

De alguns anos para cá, vários episódios de violência ocorreram com essa camada tão sofrida da população. É só lembrar o caso que aconteceu no Rio de Janeiro. E a sociedade vem assistindo a tudo isso. Claro que a reação há de vir em cadeia, e esse projeto é um passo.

Os moradores de rua, Sr. Presidente, estão em todos os lugares. Eu poderia lembrar aqui da Praça da Alfândega, em Porto Alegre; da Praça da Sé, em São Paulo; das fontes da Glória, no Rio de Janeiro; nos sinais de trânsito, inclusive aqui de Brasília; praticamente, em todas as cidades deste País.

Sr. Presidente, embora sejam precárias as estatísticas sobre a população de rua, estima-se que milhares e milhares de pessoas estão vivendo nessa situação. Na Capital paulista, o último informe que recebemos é que já se ultrapassa o número de 15 mil moradores de rua.

O grande contingente de abandonados demonstra as desigualdades sociais e econômicas que marcam a história do nosso País e, ao mesmo tempo, demonstra a ineficiência do sistema de proteção social existente. Assim, tal contingente torna-se parte mais visível do processo de exclusão social, que se inicia muitas vezes na

cidade mais pobre, onde não há alternativas de moradia e de emprego. A situação da população de rua se agrava, Sr. Presidente, a cada ano que passa. Temos consciência de que as causas do problema são estruturais e sabemos que a sua solução passa pela adoção de uma política econômica centrada na geração de emprego, renda, educação, segurança e habitação.

Lembramos ainda, Sr. Presidente, que a existência...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – (...) da população de rua acaba se refletindo na insuficiência das ações da construção de moradias conduzidas pelo Poder Público municipal, estadual e também federal.

No entanto, o Estado não pode esperar que essas questões estruturais sejam solucionadas somente com boas intenções. Por isso existem as políticas públicas de assistência social em parceria com os setores da área privada.

Sr. Presidente, tais ações, entretanto, na maioria dos casos, ainda não deram os resultados por nós esperado. A situação ainda é grave.

Por isso, espero que a Câmara dos Deputados aprove rapidamente esse PL de nossa autoria, pois ele é o indicativo que vai fortalecer as políticas públicas que venham a garantir cidadania para os moradores de rua.

O projeto, Sr. Presidente, não é paternalista, porque vai na linha de dar educação, formação, preparação, buscando os excluídos para terem direito a morar, trabalhar e a que os filhos possam estudar. Ora, se eles trabalharem, vão também contribuir para a Previdência, o que, por outro lado, fortalece o próprio instituto e dará a eles o direito a aposentadoria no futuro. Ou seja, o que nós queremos é a inclusão social dos moradores de rua, assegurando-lhes o direito a cidadania.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Heráclito Fortes, que me cedeu a sua vez, permitindo que eu falasse antes. Naturalmente, vamos dialogar sobre o tema que S. Ex^a trará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a dispõe de até quinze minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem hoje à tribuna deste Senado. Vou escolher, Senador Tião Viana, para falar, em primeiro lugar, de um

tema sobre o qual eu já provoquei V. Ex^a e o Senador Paulo Paim.

Senador Jefferson Péres, se aqui estivesse o Senador Mão Santa, diria: “Atentai bem!” Mas sou eu que aqui estou.

Dos jornais que circulam hoje pelo País, destaca o **Estadão**, que traz uma matéria dizendo que os funcionários do Partido dos Trabalhadores estão em greve por falta de pagamento.

Senador Jefferson Péres, nós ainda vamos ver, nesse Governo, boi voar!

O Partido dos Trabalhadores que, durante vinte anos, de maneira impiedosa, fustigou Prefeituras de pequenas cidades do interior deste País, fustigou Governos; o Partido dos Trabalhadores, Senador Cristovam Buarque, que colocou na porta do Ministério da Educação, em várias administrações, inclusive na de V. Ex^a, piquetes reivindicando não apenas salários mais altos como que fossem pagos em dia; esse Partido dá hoje um mau exemplo ao País todo, motivando a greve dos seus servidores.

O Senador Paulo Paim, homem de pureza de espírito, disse que o Partido é um Partido pobre. Sabe o Senador Paulo Paim que a história não é bem essa. Talvez o dinheiro do Partido tenha sumido, mas o Partido, só de recursos legais, arrecadou, no ano passado, mais de 40 milhões.

No início do mandato – e os Anais da Casa estão aí para comprovar –, quando vi aquela volúpia, aquela sofreguidão do PT em arrecadar dinheiro, eu dizia que o Partido dos Trabalhadores, ao final do mandato do Lula, seria o Partido mais rico do ocidente – e, quem sabe, depois, o Partido mais rico do mundo. Isso não foi, Senador Paim, porque as intenções de arrecadação não eram sinceras. E, se aqui estivesse Roberto Jefferson, diria: “Não eram republicanas”. Mas V. Ex^a sabe muito bem o quanto este Partido arrecadou.

As histórias dos empresários sobre as colaborações que deram para o Partido dos Trabalhadores não é motivo para que, primeiro, se corte o número de servidores do Partido; e, segundo, que atrasem os pagamentos. Agora, resta saber se as estrelas, se os medalhões também tiveram os seus salários cortados.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, V. Ex^a, com uma inteligência acima do normal, está demonstrando o óbvio, mas eu queria só dar uma colaboração, por V. Ex^a ser internacional. Um dos maiores roubos que a humanidade conheceu foi o assalto ao trem pagador, realizado por Ronald Biggs. Ninguém desconhece que houve muito roubo com Ronald Biggs, o mundo todo sabe disso. Depois, ele

veio para o Brasil para gastar tudo e, na sua velhice, pediu para ser preso na Inglaterra, porque não tinha mais nada. Foi o caso do PT. Roubaram muito, muito mais do que Ronald Biggs. Agora, gastaram o dinheiro. O roubo foi demais!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a.

Faço este registro com muita tristeza, Senador Tião Viana!

Em Eclesiastes, lê-se que o homem é dono da palavra guardada e é escravo da palavra anunciada. O PT está engolindo tudo aquilo que assacou contra os outros.

Que coisa triste passar pela porta do Partido, em São Paulo, aquela sede que foi comprada – uns dizem que com o dinheiro do Porcão; outros, que com outras arrecadações –, e ver os servidores na porta. Será que vão usar a bandeira da CUT? Como será esse manifesto? Como a imprensa, hoje, Senador Paulo Paim, vai mostrar os manifestantes do PT? Talvez de luto, com bandeira vermelha, com a CUT, com aqueles refrões de antigamente? Será que se farão ecoar na porta da sede do poderoso Partido dos Trabalhadores?

Senador Paulo Paim, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, sempre digo que tenho muito orgulho de ter vindo do movimento sindical e lhe confesso que, outras vezes, no passado, mediei discussões e negociações de greve, inclusive para os funcionários do sindicato, pelo fato de o sindicato não estar em dia. E foram negociações positivas, que deram um resultado que atendeu as duas partes. Também já houve o caso de inúmeros Partidos se encontrarem em situação financeira grave, mas entendo, Senador Heráclito Fortes, que o pagamento dos funcionários tem de ser prioridade um. Por isso que, na conversa que tive com o atual Tesoureiro, o Gaúcho Ferreira, conversamos muito sobre a situação do Partido. Ele me mostrou, naturalmente, dificuldades.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Gaúcho é o mesmo Paulo Ferreira, Secretário de Finanças?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – É o Secretário de Finanças, exatamente. Conversamos bastante sobre a situação e me coloquei inclusive à disposição, Senador Heráclito Fortes, para que, quem sabe, eu possa ajudar, como ex-sindicalista, também nessa mediação. E acho legítimo que a CUT também participe, ou outra central sindical, se assim entender, no processo de negociação, de entendimento. Hoje, eu falava de uma negociação de que participei, de um fato que envolvia inclusive empresas multinacionais e uma empresa na-

cional, que é a Soprano, do Rio Grande do Sul. Nessa mediação, construímos um grande entendimento em que todos ficaram tranquilos. Por isso, trata-se de um fato real. Sou daqueles que sempre disse, ao longo da minha vida – não é hoje que estou dizendo isto – que, quem pensa que, no PT, ou no PCdoB, ou no PSB, ou no PFL, ou no PMDB ou no PDT todos são anjos e santos, isso não é real. E comecei a falar do PT. Venho falando isso durante anos e anos e, por isso, muitos dizem que tenho uma porção de rebeldia. Somos humanos. Existe uma agremiação, existe um número de funcionários – nem sei se são 100, 200, 300, 400 ou 500 – que, no momento, entende que tinha de fazer greve para que lhes fosse pago o que eles tinham de direito. Estou solidário aos funcionários e entendo que o Partido deve, rapidamente, estabelecer a negociação e pagar o direito de todos os funcionários. É nessa linha que eu queria fazer um aparte a V. Ex^a, não me contrapondo a sua crítica, porque a crítica é legítima, e nós a fazemos no momento em que entendemos mais adequado. Estou seguindo uma linha propositiva, é a forma pela qual tenho atuado aqui, no Parlamento. Por isso, entendo que, neste momento, é fundamental estabelecer-se a negociação, e os funcionários do Partido receberem o que têm de direito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Paim, não sou eu quem compreende, mas o País inteiro compreende a posição de V. Ex^a e sabe o quanto V. Ex^a foi massacrado este ano, aqui, pelo seu Partido em relação a compromissos assumidos. V. Ex^a sofreu muito para que fosse honrado aquilo que tinha sido assumido. O Sr. Paulo Ferreira diz hoje, Senador Jefferson Péres: “Não estamos na ilegalidade”. Vejam bem o que diz o PT hoje, Senador Tião Viana. “Não estamos na ilegalidade. Os salários podem ser pagos até o 5º dia útil do mês”.

Senador Cristovam Buarque, num passado bem recente, aí do prefeito, do governador, do administrador público que não pagasse os salários no mês corrente e que atrasasse um dia sequer, porque a fúria, as picadas, as barricadas invadiam os gabinetes.

O Sr. Paulo Ferreira – Gaúcho Ferreira, como disse o Senador Paim – usa exatamente aquilo que o seu Partido tanto condenou: o empreguismo. E, aqui, ele reconhece que havia excesso de funcionários na sede do PT, em São Paulo. Dos 145, foram reduzidos, Senador Mão Santa, para 87.

Triste fim, triste fim este Governo começa a ter!

Quero dizer aqui, mais uma vez, que lamento a cassação do Deputado José Dirceu, como lamento a cassação de qualquer homem público. Penso que o País perdeu, mas tenho a convicção de que o Depu-

tado José Dirceu foi também vítima dos seus próprios erros. Não tenho dúvida com relação a isso.

Nunca vi nada tão cruel como o que o seu próprio Partido fez com o José Dirceu nos últimos dias. Vi, Senador Tião Viana, vários correligionários de V. Ex^a fazerem a defesa de José Dirceu da seguinte maneira: “Não podemos cassar o José Dirceu, mas, se ele não for cassado, a crise vai continuar, e quem vai pagar o preço é o PT”. Ouvi isso diversas vezes, Senador Paulo Paim. Defesa desse jeito é dispensável!

Senador Tião Viana, outro dia, eu o comparei ao Lima. Toda crise, todo rolo em que entra, no plenário principalmente, o PT o convoca para resolver. O Lima – Senador Mão Santa, V. Ex^a não estava aqui naquele dia – era do Santos Futebol Clube e jogava, a não ser como goleiro, em todas as posições. Imagine: até quando faltava o Pelé, o Lima ia para o lugar dele e se saía bem.

O PT, Senador Tião Viana, criou esse emaranhado do qual não consegue sair. O Ministro José Dirceu, anteontem, culpou a Oposição, mas V. Ex^a se lembra muito bem de que, se não fosse a Oposição que ele criticou, principalmente o PFL, essa crise teria começado exatamente com o episódio do Sr. Waldomiro Diniz. Foi graças a quatro votos, entre os quais incluo o meu, que a CPI não foi instalada àquela época. Talvez tivesse sido muito melhor para o País. Se tivesse havido um exemplo, um freio, as coisas não aconteceriam como aconteceram.

O que me deixa triste nisso tudo, Senador Jefferson Péres, é que o José Dirceu – que enfrentou a clandestinidade, a ditadura, que conviveu com Che Guevara e foi hóspede de Fidel Castro – foi cassado não por ter seu envolvimento em ligações com nenhum deles, mas com Waldomiro, com Delúbio Soares e aí afora, o que é ruim para a biografia de um homem como o Dr. Dirceu.

Não quero dizer que ele tem culpa, não sou eu que vou julgá-lo, mas é impossível que não sobre para um homem que assumiu e que trouxe para si tantos poderes. Ele, ontem, disse que vai percorrer o Brasil defendendo a reeleição do Presidente Lula. Será que consultou o Presidente Lula? Será que o Presidente Lula vai querer a sua companhia? Ora, o Presidente Lula, Senador Jefferson Péres, não a quis há três meses, quando pediu que ele saísse e disse: “Volta para a Câmara e vai-se defender. O seu lugar é lá!”. Vai querer agora? E essa companhia fará bem a uma possível tentativa do Presidente da República de reeleição?

Faltou humildade ao ex-Ministro José Dirceu na hora da saída. A sandália da humildade que aqueles rapazes da televisão andam espalhando por aí, crian-

do o Pânico na TV, faltou num momento como esse ao Sr. José Dirceu.

Senador Jefferson Péres, com a maior alegria, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Heráclito Fortes, tal como V. Ex^a, lamento que um homem público como José Dirceu termine melancolicamente dessa forma, com seu mandato e seus direitos políticos cassados, mas, como bem disse V. Ex^a, ele é vítima dos seus próprios erros. Ele não é vítima dos outros, da Oposição; ele não é perseguido politicamente. Ele errou gravemente, intencionalmente, e mereceu a punição que levou. Quanto à afirmativa dele de ontem, de que vai ser cabo eleitoral do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há duas leituras possíveis, Senador Heráclito Fortes: ou ele é, realmente, excessivamente vaidoso, como V. Ex^a diz, está cego e pensa que pode ajudar o Presidente Lula, ou, então, ele é maquiavélico. Ele está magoado, porque o Planalto não se empenhou como deveria na defesa do seu mandato, sabe que é o anticabo eleitoral e que seu apoio será negativo. Quem sabe se não será uma forma inteligente de se vingar do Presidente Lula? É uma hipótese também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte. É um raciocínio lógico e, como diria Stanislaw Ponte Preta, é o óbvio ululante. Vamos aguardar os fatos.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Heráclito Fortes, eu também gostaria de acrescentar algo em relação à entrevista do Deputado José Dirceu. Em primeiro lugar, acredito que será este o último dia em que falaremos desse tema, porque, realmente, ele já ocupou muito espaço na mídia e no nosso trabalho no Congresso. Ele diz sempre que é uma espécie de cassado político e culpa a Oposição e a mídia, mas, verificando os números, ele foi cassado por seu próprio grupo, porque a Oposição não tinha, na Câmara dos Deputados, os votos necessários para sua cassação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Era preciso 150 votos. Segundo alguns, aproximadamente 20 Parlamentares da Oposição votaram em solidariedade a ele por vários motivos. São 130 votos. Onde arrumaram os outros?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Exatamente. Outra coisa: no Conselho de Ética, em que Oposição é minoritária, ele perdeu por 13 votos a um. Somente a Deputada Angela Guadagnin votou nele. Então, na realidade, ele foi cassado porque há um amplo consenso na sociedade, o qual foi repassado para a Câmara

dos Deputados, de que o Ministério José Dirceu era o líder, o chefe do chamado “mensalão”. Então, ficou provado que o “mensalão” existe e que a Câmara e a sociedade acham que ele era o chefe desse processo. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge. O que me deixa ansioso é o silêncio do Senador Cristovam Buarque sobre o episódio todo. Quando o Senador Cristovam Buarque abrir a chaleira, terá muita coisa a contar do que viu e do que ouviu. Tenho certeza de que o seu silêncio é estratégico, mas S. Ex^a é uma das melhores testemunhas oculares de todo esse episódio – não só S. Ex^a, mas vários outros. Mas a vida é assim mesmo.

Ontem, estive em um restaurante de Brasília frequentado por políticos, e o que se comentava, Senador Paulo Paim, é que os três Ministros mais importantes do Governo – confesso que não sei quais são, hoje, os três Ministros mais importantes – já estavam jantando em um lugar de Brasília, após sorver o primeiro cálice comemorativo pelo episódio encerrado, e projetando o Brasil pela ótica petista, sem a interferência do José Dirceu. Que sentimento!

A solidariedade humana, Senador Jefferson Péres, expressa-se de várias maneiras: há aquele amigo de todas as horas, há aquele das ocasiões de dor, há os indiferentes, mas o pior tipo de solidariedade é a daquele que só chega à porta na missa de sétimo dia e, assim mesmo, não entra na igreja, fica do lado de fora, com medo de o morto ter saído do mundo por doença infecto-contagiosa.

O PT não sabe ainda como se portar diante desse episódio, mas, com certeza, Senador Tião Viana, salvo raríssimas exceções, tristeza não habita nessa casa petista. Tudo aquilo que o Sr. José Dirceu fez pelo Partido é página virada. Era a hora de Carlos Drummond de Andrade perguntar: “E agora, José?”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres por até 15 minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES NA SESSÃO DO DIA 2 DE DEZEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge. Em seguida, ao Senador Mão Santa.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito me honra ser seguido pelo Senador Mão Santa, este grande Senador do Piauí.

Tenho uma resistência pessoal, Sr. Presidente, em me tornar repetitivo, mas o atual Governo, infelizmente, não me dá oportunidade de explorar outros temas. Mais uma vez, terei de tratar desta tribuna sobre a incompetência que se alastra pela administração petista. E não foi por falta de recomendação.

Refiro-me à carta enviada à Agência Nacional de Energia Elétrica, aos Ministros de Minas e Energia, da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil e a Parlamentares ligados à área de infra-estrutura por doze associações do setor elétrico, apontando o “iminente colapso” da agência reguladora.

Peço, inclusive, a atenção do Senador Heráclito Fortes, que é Presidente da Comissão de Infra-Estrutura desta Casa.

Para os investidores: “A sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro – onde convivem interesses legítimos de empresas estatais, empresas privadas e de consumidores – depende da existência de uma agência reguladora forte e autônoma. Para tanto, a agência deve dispor de meios que a permitam posicionar-se com neutralidade entre os interesses do Governo, dos investidores e dos consumidores”.

Entre os pleitos dos agentes setoriais para o fortalecimento da Aneel, destacam-se:

- 1 – Realização do segundo concurso para contratação de técnicos da agência;
- 2 – Prorrogação da contratação dos técnicos temporários;
- 3 – Ajuste das remunerações do pessoal técnico;
- 4 – Composição plena da diretoria da agência.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, como tantas vezes já citei aqui, que, desde o mês de maio, a agência, que tem cinco diretores, está apenas com três. Somente agora conseguimos aprovar, na Comissão, depois de o Governo enviar, os nomes, mas ainda não foram aprovados pelo Plenário.

É vergonhoso e vexatório que tais apelos partam dos agentes que são fiscalizados por essas agências. Acredito que nunca se viu na história da República brasileira os fiscalizados, Senador Heráclito Fortes, solicitarem melhores condições de trabalho para os fiscalizadores.

O Presidente Lula, que adora dizer que “nunca na história do Brasil registrou-se tal e qual fato”, pode colocar em suas memórias esse marco realmente inusitado. Nunca, na história do Brasil, os fiscalizados pediram melhores condições para os fiscalizadores.

Imagine, Senador Heráclito Fortes, a situação de motoristas reivindicarem o aumento de agentes de trânsito para multá-los. Ou vendedores ambulantes pedirem mais fiscais na rua, para tirá-los dali. Só um Governo extremamente incompetente e incapaz de reconhecer as necessidades do mercado pode cometer tais desatinos.

O que sabem os agentes, e o Governo Lula ainda não se apercebeu, é que um mercado só se torna maduro e eficiente se houver regras claras que evitem abusos e dêem as diretrizes a serem seguidas. É isso que a literatura técnica chama de marco regulatório.

E vimos, agora, no terceiro trimestre, o desastre que foi a economia brasileira, inclusive para os investimentos, que caíram 0,9%, por diversas razões, mas certamente uma das principais é o enfraquecimento das agências reguladoras.

Os que têm interesse no setor elétrico sabem disso, mas o Governo não. Até o contraditório projeto de lei, que pretendia regulamentar a ação das agências, continua parado na Câmara dos Deputados, há mais de um ano, por absoluta falta de interesse do Governo Federal.

Segundo as análises que fiz ano passado, nas alterações propostas pelo Governo, encontram-se algumas inovações que restringem fortemente as autonomias das agências. Entre estas modificações se destacam:

- 1 – criação de um contrato de gestão que subordina a agência a um Ministério – o oposto do que deveria ser;
- 2 – instituição de um ouvidor que, como está proposto, assemelha-se mais a um chamado “comissário do povo”, que era uma espécie de dedo-duro do Executivo, como existia nos regimes comunistas;
- 3 – previsão de que os mandatos dos presidentes das agências se encerrem no mesmo período, no primeiro terço do mandato do Presidente da República, o que de alguma forma os atrela ao Chefe do Executivo ou àquele governo do dia;
- 4 – não restrição do condicionamento sobre a receita da agência, o que pode servir de mecanismo de coerção sobre a autonomia dos dirigentes. É o que acontece hoje.

Mas não apenas a Aneel encontra-se em estado pré-falimentar. Em outro documento – estou até com ele

aqui – divulgado recentemente, os diretores de nove Agências Reguladoras decidiram alertar a sociedade sobre a baixa remuneração paga aos reguladores recém-contratados.

Segundo os Presidentes da:

Agência nacional de Telecomunicações – ANATEL; Agência Nacional do Petróleo – ANP; Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Agência nacional de Águas – ANA; Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Agência Nacional de Cinema – ANCINE; e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; para cumprir “a missão de regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos e o uso de bens públicos, torna-se imperativa a necessidade de contarem com um quadro de pessoal com alta qualificação profissional e capaz de assegurar ambiente atrativo aos investimentos”.

Ainda segundo o documento, é preocupante a “peremptória e progressiva evasão dos poucos profissionais que decidiram tomar posse”.

O salário inicial para os reguladores aprovados em concorrido concurso público é de apenas R\$3.547. Enquanto a remuneração inicial para o quadro de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que exerce uma função semelhante dentro do Executivo, é de R\$6.810.

Sem esses especialistas, por exemplo, não tem como confirmar o reajuste de energia elétrica pretendido pelas distribuidoras. Pela legislação, caso a Aneel não analise a proposta da concessionária no prazo de trinta dias, passa a valer o valor proposto pela fornecedora de eletricidade, qualquer que seja ele. Ou seja, estaremos promovendo mais uma injustiça ao consumidor final.

Enquanto isso, o Governo Lula nada faz. Nem a realização de um novo concurso é a solução, pois com uma remuneração tão diminuta será difícil captar profissionais realmente experientes. É possível, como sempre acontece numa administração incompetente, que nos últimos dias do prazo, saia uma medida provisória prorrogando mais uma vez esses contratos de trabalho temporários.

Outro fator que agrava a situação é que os contratados temporariamente têm salários muito maiores do que os que foram efetivados por concurso público.

Mas não foi por falta de aviso que chegamos a este quadro gravíssimo.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de comentar, ao concluir, como estamos falando de incompetência,

a notícia publicada na imprensa ontem, de que o Brasil é o lanterninha dos países emergentes.

Segundo levantamento da revista **The Economist**, o crescimento do País no terceiro trimestre, em comparação com o mesmo período de 2004, é o último lugar entre as economias em desenvolvimento.

Enquanto a Argentina cresceu 10,1%, a Venezuela 9,8%, a China 9,4% e a Índia 8,1%, o Brasil ficou perto de 1,0%. Segundo o Fundo Monetário Internacional, os países emergentes devem crescer, em 2005, cerca de 6,4%, enquanto isso, o Brasil não deve alcançar 3%. As notícias de ontem é que o crescimento máximo, se tudo der certo no terceiro trimestre, será 2,6%, ou seja, menos da metade dos demais.

Na verdade, Sr. Presidente, encerro pedindo que sejam colocados como parte integrante do meu discurso esses dois documentos. O primeiro é esse ofício assinado pelos presidentes das agências reguladoras: Anatel, ANP, ANTT, Antaq, ANA, Anvisa, ANS, Ancine e Aneel falando sobre essa questão de pessoal. E o segundo documento, que considero até inusitado, encaminhado ao Ministro de Minas e Energia, ao Ministro da Fazenda, à Casa Civil, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, ao Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura, assinado pelas seguintes associações: Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica, Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia Elétrica, Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia, Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica, Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, Associação Brasileira de Geração Flexível, Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica, Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica e Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica.

Todos esses investidores mandaram uma carta para o Governo e para o Congresso, preocupados com a situação da Agência Nacional de Energia Elétrica. É aquela história, são os fiscalizados querendo fortalecer os fiscalizadores porque a situação da Aneel que, evidentemente, junto com as outras agências, está chegando ao caos, sem dirigentes, sem recursos e sem equipe técnica.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, V. Ex^a simboliza o sentido desta Casa, que é de paz à pátria, daqueles que têm alguma coisa a ensinar.

V. Ex^a é engenheiro, não é?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nas horas vagas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a foi Secretário da Educação por várias vezes. Foi Ministro de Minas e Energia no momento mais difícil deste País, o do apagão, e teve as bênçãos de Deus por meio da mensagem de Francisco, o santo: Onde houver trevas que eu leve a luz. E fez acenderem as esperanças neste País. Mas V. Ex^a entende, e eu tenho dito ao PT: a ignorância é audaciosa. O nosso Presidente Tião Viana entende muito, mas o José Dirceu foi cassado por arrogância. Está no livro de Salomão: A arrogância é a véspera da queda. Mas muito mais arrogante do que ele é o Presidente Lula, que não sabe e não tem a humildade de aprender. Então, professor, há a Física, da qual V. Ex^a é professor, que diz que, quando está na inércia, fica difícil as coisas andarem. E este País tem 505 anos. O Cristovam Buarque falou agora num artigo muito bom, publicado no **Jornal do Commercio** e nos jornais brasileiros, segundo o qual as capitânicas hereditárias, os governos-gerais, o império, o vice-reino, a república, os ditadores e os militares eram maquinistas para o Brasil andar. Então estava em movimento. Na concepção da ignorância do Lula, da arrogância, da falta de humildade, e não sabe que – isso é da dinâmica da mecânica, do movimento – só Deus pode parar uma coisa que está andando. Isso é da lei da Física. Então, eu citaria só um dado: lá no Piauí, que peço perdão a Deus e aos piauienses, entregamos o governo ao PT. Eu adverti aqui. Senador José Jorge, a carcinicultura, quando eu deixei o governo, representou, na balança comercial, US\$20 milhões de exportação; baixou para US\$3 milhões. Este número, o PT não entendia, queria ser o recesso da produção nacional que diminuiu. São essas as nossas palavras, e V. Ex^a simboliza o sentido do Senado – para ensinar –, país da Pátria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras corretas, porém generosas.

Sr. Presidente, aproveito esses últimos minutos para dizer que essa falta de crescimento que está

acontecendo com a economia brasileira – aconteceu no terceiro trimestre e, provavelmente, vai acontecer no quarto – vai na direção contrária do que está ocorrendo em todo o mundo; não estamos aproveitando esse momento do crescimento da economia mundial.

O Presidente Lula acha sempre que está reinventando a roda – “que nunca neste País se fez isto, nunca neste País se fez aquilo” – mas, na realidade, há uma série de razões para que isso tenha acontecido. Nós temos os altos juros, a alta carga tributária e a crise política que, diga-se de passagem, foi gerada dentro do Governo. Nós, da Oposição, nem personagens somos dessa crise. Depois, houve também essa questão da agência reguladora, porque são altos os investimentos nos setores de infra-estrutura. Eles são os principais investimentos que se fazem no País, orientados pelo Governo. E, sem agências reguladoras fortes, trabalhando no seu funcionamento normal, os investidores – principalmente os estrangeiros, mas também os nacionais – ficarão com medo de investir, pois são investimentos a longo prazo.

Só para exemplificar – não vou mais falar da Aneel –, a ANP passou 8 meses, no ano de 2003, sem presidente, com o petróleo a US\$60 o barril. Portanto, como alguém iria fazer um investimento na área de petróleo sem saber o que vai acontecer na agência, sem conhecer as regras que vão gerir esse investimento? Esse investimento só será retirado em 10 ou 20 anos!

Na realidade, a toda essa análise sobre o decréscimo de 1,2% da economia – juros, carga tributária, dólar baixo, crise política – temos de acrescentar também o enfraquecimento das agências reguladoras, algo que o Governo vem fazendo desde o primeiro dia. O Presidente da República, Presidente Lula, que entende nada desse tema, durante os primeiros dias do seu Governo, já saiu falando mal das agências; antes de assumir o Governo, já dizia que agências eram isso ou aquilo; depois, eram os ministros e funcionários do próprio Governo.

Portanto, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento dizendo que, se quisermos voltar a crescer como os demais países emergentes, precisamos fortalecer as agências reguladoras.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



São Paulo, 29 de novembro de 2005

CT/146/2005

Ministro Silas Rondeau – Ministério de Minas e Energia
 Ministro Antonio Palocci – Ministério da Fazenda
 Ministra Dilma Rousseff – Casa Civil
 Ministro Paulo Bernardo – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 Senador Heráclito Fortes – Presidente da Comissão de Infra-estrutura, Senado
 Deputado Federal Nicias Ribeiro – Presidente da Comissão de Minas e Energia, Câmara dos Deputados
 Deputado Federal Eduardo Gomes – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infra-estrutura

Ref.: Agenda Urgente para o Fortalecimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Excelentíssimos Senhores,

As associações que subscrevem o presente documento – representando diversos agentes, investidores e consumidores – tornam pública a sua preocupação com sinais que apontam para o colapso da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro – onde convivem interesses legítimos de empresas estatais, empresas privadas e de consumidores – depende da existência de uma agência reguladora forte e autônoma. Para tanto, a agência deve dispor de meios que a permitam posicionar-se com neutralidade entre os interesses do governo, dos investidores e dos consumidores.

Este preceito é reconhecido na legislação, que estabelece que o custo da agência é coberto pelo consumidor, como parte da conta de luz. Portanto, o consumidor tem destinado mensalmente ao Estado Brasileiro os recursos necessários para a manutenção dos serviços de regulação do setor elétrico, mas esses recursos não têm chegado integralmente até a ANEEL.

A tabela abaixo explicita a evolução do contingenciamento de recursos destinados à ANEEL:

2002	2003	2004	2005
34,8%	59,2%	64,3%	73,5%

Com a disponibilidade de recursos para apenas 26,5% de suas necessidades, tem sido impossível à ANEEL cumprir eficientemente a sua missão. Se não forem adotadas soluções imediatas para essa distorção o colapso da agência será inevitável.













Diante desse quadro, e buscando evitar o esvaziamento, a descontinuidade administrativa e a perda de capacidade técnica da agência reguladora, dirigimo-nos a Vossas Excelências sugerindo a adoção de uma **Agenda Urgente para o Fortalecimento da ANEEL** que envolve quatro ações:

- 1) Realização do segundo concurso para contratação de técnicos da agência;
- 2) Prorrogação da contratação dos técnicos temporários;
- 3) Ajuste das remunerações do pessoal técnico;
- 4) Composição plena da diretoria da agência.

As quatro ações são detalhadas no **Anexo I**.

Esperando que as preocupações e sugestões aqui externadas sejam acolhidas por Vossas Excelências,

Respeitosamente,

	Associação	Nome da Associação	Diretor Presidente
	ABCE	Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica	Evandro Coura
	ABIAPE	Associação Brasileira dos Investidores em Auto produção de Energia Elétrica	Mário Menel
	ABRACE	Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia	Mário Antônio C. Cilento
	ABRACEEL	Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica	Paulo Pedrosa
	ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica	Luiz Carlos Guimarães
	ABRAGE	Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica	Flávio Antônio Neiva
	ABRAGEF	Associação Brasileira de Geração Flexível	José da Costa Carvalho Neto
	ABRAGET	Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas	Xisto Vieira
	ABRATE	Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica	José Claudio Cardoso
	APINE	Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica	Luiz Fernando Leone Vianna
	APMPE	Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica	Ricardo Nino Machado Pigatto
	CBIEE	Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica	Claudio J. D. Sales

ANEXO I

1) Realização do segundo concurso para contratação de técnicos da Agência

É fundamental a imediata autorização da área de Planejamento do Governo Federal para que seja possível a realização de concursos públicos, o mais rapidamente possível, de modo a completar o quadro funcional aprovado em lei.

2) Prorrogação da contratação dos técnicos temporários

Embora já exista há sete anos, a ANEEL até hoje não preencheu o seu quadro funcional permanente. As novas equipes contratadas mais recentemente não tiveram tempo hábil para se preparar com vistas a enfrentar processos complexos como a regulação do mercado e a regulação econômica e técnica dos segmentos que são monopólios naturais.

Parte fundamental do trabalho da ANEEL tem sido realizada por um contingente de 154 técnicos temporários cujos contratos terminam em 31 de dezembro de 2005. É imprescindível, para a continuidade do trabalho da agência, que esses técnicos continuem trabalhando até que as equipes definitivas assumam todas as responsabilidades. Por uma razão pragmática, em função do exíguo tempo, torna-se indispensável a edição de uma medida provisória que prorrogue os contratos de 154 técnicos temporários, contratos que se encerram em 31 de dezembro de 2005.

3) Ajuste das remunerações do pessoal técnico

Ninguém duvida que os funcionários da ANEEL recebem remunerações abaixo daquilo que efetivamente merecem. As informações são alarmantes. A remuneração de um técnico de nível superior, na ANEEL, corresponde hoje a aproximadamente metade daquilo que ganha um especialista com a mesma qualificação nas carreiras de gestor público, auditor fiscal ou técnico do Banco Central. São setores seguramente importantes nas atividades da República, mas, com certeza, a relevância da ANEEL não é inferior à de nenhum deles.

Tamanho desnível entre as carreiras dos profissionais da ANEEL e de outros setores federais tem levado ao êxodo do pessoal qualificado da agência reguladora. De um total de 290 vagas abertas em recentes concursos públicos na ANEEL, só 212 foram preenchidas. E, dessas, decorridos apenas cinco meses, 28 contratados já desistiram de fazer carreira na Agência Nacional de Energia Elétrica devido aos salários baixos que lá são pagos.

4) Composição plena da diretoria da Agência

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica é integrada por cinco pessoas. Hoje, tem apenas três. Dois especialistas foram recentemente indicados pelo Poder Executivo, aprovados pela Comissão de Infraestrutura do Senado, e possivelmente o serão pelo plenário da casa, para serem então nomeados. Quando tomarem posse, porém, outros dois diretores deixarão a Agência, pois terão os mandatos encerrados. Isto significa que, ao entrar em 2006, a ANEEL contará novamente com apenas três diretores.

Com menos dois diretores, existe uma enorme sobrecarga sobre os demais, dificultando o exame de todas as questões levadas à Diretoria, o que impede o aprofundamento dos temas regulatórios.

É mister portanto que se acelere o processo de indicação dos próximos dois diretores, para que a ANEEL dê o tratamento adequado às questões que demandam decisão de Diretoria e conte com um maior grau de diversidade de pensamento, essencial para natureza das decisões tomadas pela agência reguladora.

São Paulo, 29 de novembro de 2005

CT/146/2005

Ministro Silas Rondeau – Ministério de Minas e Energia
Ministro Antonio Palocci – Ministério da Fazenda
Ministra Dilma Rousseff – Casa Civil
Ministro Paulo Bernardo – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Senador Heráclito Fortes – Presidente da Comissão de Infra-estrutura, Senado
Deputado Federal Nícias Ribeiro – Presidente da Comissão de Minas e Energia, Câmara dos Deputados
Deputado Federal Eduardo Gomes – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infra-estrutura

Ref.: Agenda Urgente para o Fortalecimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Excelentíssimos Senhores,

As associações que subscrevem o presente documento – representando diversos agentes, investidores e consumidores – tornam pública a sua preocupação com sinais que apontam para o colapso da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro – onde convivem interesses legítimos de empresas estatais, empresas privadas e de consumidores – depende da existência de uma agência reguladora forte e autônoma. Para tanto, a agência deve dispor de meios que a permitam posicionar-se com neutralidade entre os interesses do governo, dos investidores e dos consumidores.

Este preceito é reconhecido na legislação, que estabelece que o custo da agência é coberto pelo consumidor, como parte da conta de luz. Portanto, o consumidor tem destinado mensalmente ao Estado Brasileiro os recursos necessários para a manutenção dos serviços de regulação do setor elétrico, mas esses recursos não têm chegado integralmente até a ANEEL.

A tabela abaixo explicita a evolução do contingenciamento de recursos destinados à ANEEL:

2002	2003	2004	2005
34,8%	59,2%	64,3%	73,5%

Com a disponibilidade de recursos para apenas 26,5% de suas necessidades, tem sido impossível à ANEEL cumprir eficientemente a sua missão. Se não forem adotadas soluções imediatas para essa distorção o colapso da agência será inevitável.

Diante desse quadro, e buscando evitar o esvaziamento, a descontinuidade administrativa e a perda de capacidade técnica da agência reguladora, dirigimo-nos a Vossas Excelências sugerindo a adoção de uma **Agenda Urgente para o Fortalecimento da ANEEL** que envolve quatro ações:

- 1) Realização do segundo concurso para contratação de técnicos da agência;
- 2) Prorrogação da contratação dos técnicos temporários;
- 3) Ajuste das remunerações do pessoal técnico;
- 4) Composição plena da diretoria da agência.

As quatro ações são detalhadas no **Anexo I**.

Esperando que as preocupações e sugestões aqui externadas sejam acolhidas por Vossas Excelências,

Respeitosamente,

Ofício nº 319 /2005-DR/ANEEL

Brasília, 03 de Novembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Bernardo
Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.
Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
Brasília — DF

Assunto: Pedido de equiparação salarial das carreiras de servidores das Agências Reguladoras às de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Senhor Ministro,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, as agências reguladoras foram instituídas com a missão de regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos e o uso de bens públicos. Nesse contexto, torna-se imperativa a necessidade de contarem com um quadro de pessoal com alta qualificação profissional e capaz de assegurar ambiente atrativo aos investimentos.

2. Para fazer frente a estes desafios foram criadas, pelas Leis nº. 10.768, de 19 de novembro de 2003 e nº. 10.871, de 20 de maio de 2004, as carreiras e os cargos efetivos das Agências Reguladoras.

3. As iniciativas na busca da estruturação funcional das agências se refletiram na realização dos seus primeiros concursos públicos. Dessa experiência resultaram duas constatações. A primeira é auspiciosa. Em curto espaço de tempo, pôde-se comprovar que os candidatos aprovados detêm excelentes qualificações. E a segunda, preocupante: a peremptória e progressiva evasão dos poucos profissionais que decidiram tomar posse. E o motivo não é outro senão a grande diferença entre os salários pagos tanto por outros órgãos da Administração Federal, quanto por empresas dos setores. Por essas mesmas razões, elevado número de candidatos aprovados nos concursos desistiram de seus cargos antes mesmo de tomar posse.

4. Além disso, outro aspecto preocupante deve ser destacado, e se refere ao fato de que muitos dos que decidiram assumir suas funções nas Agências o fizeram com olhos em outras oportunidades de melhor remuneração, ofertadas pelo mercado, inclusive por órgãos governamentais, fazendo do seu período profissional nas agências apenas um "estágio"; uma atividade transitória.

5. Exemplo dessa situação é o concurso público organizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, com especialização em regulação. A remuneração ofertada no edital é de até R\$ 6.076,45. Esse valor é pago imediatamente ao nomeado, e provem do vencimento básico de R\$ 2.953,73, mais R\$ 733,93 referentes a 50% da parte individual da Gratificação de Desempenho do Ciclo de Gestão - GCG, além de R\$ 2.346,92 que se refere a 100% da parte institucional dessa gratificação e a vantagem individual de R\$ 59,87 (Decreto 3.762/2001 - art. 11).
6. A "Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais" edição de 19 de maio de 2005, disponível na página da Internet do MP, apresenta a curva para o cargo de Gestor com a faixa inicial da remuneração de R\$ 6.810,39. O salário do edital é pago durante um período de transição até que aconteça a primeira Avaliação de Desempenho dos concursados, a qual é semestral, com data pré-determinada. Assim o servidor que permanecer no mínimo dois terços do período (4 meses) terá seu desempenho avaliado e a partir do mês seguinte já receberá o efeito financeiro da avaliação, no caso do recém nomeado esse tempo determina o acesso ao valor de início da faixa salarial da carreira.
7. O Especialista em Regulação e o Analista Administrativo das Agências, tem o salário inicial de R\$ 2.906,66. O primeiro tem acesso imediato a parte de uma gratificação de atividade, ainda a ser regulamentada, no valor de R\$ R\$ 772,65, totalizando a remuneração em R\$ R\$ 3.547,86 no início da carreira.
8. Como se pode constatar na comparação dos valores acima, no início das carreiras a diferença entre as remunerações no MP e das Agências Reguladoras é de R\$ 3.903,73 para o Analista Administrativo e de R\$ 3.262,53 para o Especialista em Regulação. Mesmo os profissionais das Agências possuindo uma amplitude maior nos valores dos vencimentos básicos do que a carreira do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, o acesso às gratificações dos servidores das Agências traz em seu escopo dificuldades como, por exemplo, a Gratificação de Qualificação que contempla apenas 45% dos cargos providos e, mesmo assim, com percentuais diferentes e trata de maneira diferente o Analista Administrativo do Especialista em Regulação, concedendo apenas ao último a gratificação por atividade também composta por parte individual e parte institucional e no caso da carreira do MP todos os gestores tem acesso à GCG.
9. Entendemos que essas distorções derivam da dificuldade do Ministério do Planejamento em assegurar as condições necessárias ao exercício da função pública das Agências, sem que haja impacto nos gastos públicos. Diante desse quadro, sugerimos que o Executivo prepare projeto de lei estabelecendo a equiparação da remuneração dos profissionais de nível superior das Agências Reguladoras aos da carreira do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
10. Para atenuar os impactos, decorrentes da medida proposta no item anterior, nos gastos públicos seria de se promover a sua implementação de forma escalonada, examinando-se caso a caso, de forma a conciliar os interesses recíprocos.

11. Já tratamos da razão que justifica a sugestão contida no item 9. Resumidamente, a necessidade de as Agências reterem seus melhores profissionais. Analisada em conjunto com a sugestão do item 10, fica claro que nossa iniciativa não decorre de algum impulso corporativo e insensível à necessidade de contenção dos gastos públicos.


12. Ofício de igual teor está sendo encaminhado pelos dirigentes das Agências Reguladoras aos Ministros das pastas a que estão vinculadas e, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

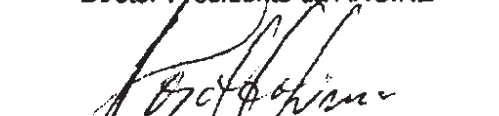
Respeitosamente,



JOSÉ MACHADO
Diretor-Presidente da ANA



ELIFAS CHAVES GURGEL AMARAL
Presidente da ANATEL



GUSTAVO DAHL
Diretor-Presidente da ANCINE


JERSON KELMAN
Diretor-Geral da ANEEL


HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA
Diretor-Geral da ANP


FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS
Diretor-Presidente da ANS


DIRCEU RAPOSO DE MELLO
Diretor-Presidente da ANVISA


CARLOS ALBERTO WANDERLEY NOBREGA
Diretor-Presidente da ANTAQ


JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE
Diretor-Geral da ANTT

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa e, a seguir, ao Senador Edison Lobão. V. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal, agradeço a cessão desse extraordinário Senador do Maranhão, o grande Lobão.

Quis Deus estar presente nesta reunião o Senador Alberto Silva. Senador Alberto Silva, eu iria começar

com uma mensagem, que aprendi na Universidade de Itajubá, dirigindo-a ao Presidente Lula. Olha, mandaremos colocar em todos os educandários do Piauí aquela mensagem, Senador Cristovam Buarque, o ensinamento de Theodomiro Santiago, fundador da Escola de Engenharia de Itajubá. Presidente Lula, não precisa nem ir lá; estou facilitando as coisas. “Revele-mo-nos mais por atos que por palavras para sermos dignos deste grande País”.

O Lula fica só... Fala, fala, fala, fala. E os atos? Atentai bem, Presidente Lula. Sou contra. Já o chamaram de bandidão. Não, não, não, não. Já quiseram lhe dar uma surra, e outros acompanharam. O companheiro

de V. Ex^a recebeu uma bengalada na cabeça. E faço uma pergunta: será que essa bengalada não deveria ter sido na cabeça do Lula?

Professor Heráclito Fortes, oratória – olha, e S. Ex^a fala como nós, o linguajar do povo: quem ama cuida. Alberto Tavares Silva ama o Piauí e ama a mulher Florisa. Agora, atentai bem. Ô, Tião Viana, para amar é preciso conhecer. Não é óbvio, Professor Cristovam Buarque? Sei que o Presidente Lula não pode amar a universidade, porque não a conhece, mas estamos aqui para fazê-lo conhecer. É um direito que eu tenho, porque trabalhei, Lula, muito para Vossa Excelência ser Presidente da República.

Senador Alberto Silva, este País já teve precisamente 54 ministros da Educação. Nomes extraordinários. Dizer quem é o melhor é difícil, mas o pior ministro da Educação em toda a história é esse mocinho que está aí. Não tem, não existe.

E, assessorado pela experiência de Heráclito, buscamos mais, porque são 54. Atentai bem: o pior mesmo é esse desconhecido. Pergunto aqui quem sabe o nome dele nesse Brasil?

Atentai bem, por lá, Lula, passaram... Não vamos longe. Um erro. **Errare humanum est**, mas aquele telefonema foi o cão que entrou no espírito de V. Ex^a. Tirar Cristovam Buarque? Senador Alberto Silva, acabei de ler um artigo de S. Ex^a sobre a corrupção que está em todos os jornais, que vem de D. João III – eu tinha ouvido falar do D. João VI que veio para cá.

A história, a origem, tirar um homem da cultura de S. Ex^a foi coisa do cão, foi inspiração do cão. Não sei quem o inspirou, mas não foi coisa de Deus.

Darcy Ribeiro. Alberto Silva conviveu com ele: educador, moderno, universidade federal, as obras educacionais de Brizola, o melhor livro sobre o povo brasileiro. Gustavo Capanema, Ney Braga, Marco Maciel, Eduardo Portella – “não sou ministro, estou ministro”. Ô, Lula, V. Ex^a está presidente. Jarbas Passarinho, penta ministro, Tarso Dutra, Rubem Ludwig – o companheiro Heráclito estava lá, chefe de gabinete. Lembro quando o nomearam. Nathan Portella, um reitor do Piauí, dessa tradicional família; Jorge Bornhausen; Paulo Renato, com quem trabalhei. Homem extraordinário – não é do meu Partido; é do PSDB. Tarso Genro. Ainda do Piauí tivemos o ex-senador Hugo Napoleão, meu adversário, mas que não permitiu nenhum dia de greve. Ainda mais: Clóvis Salgado Gama; Pedro Calmon; Antônio Balbino; Pedro Aleixo; Luís Antônio da Gama e Silva; Gustavo Capanema; Francisco Luís da Silva Campos.

Senador Alberto Silva, 500 mil estudantes brasileiros vão entrar no quarto mês de greve das universidades!

Ô Lula, Franklin Delano Roosevelt deu um ensinamento: “toda pessoa que eu vejo é mais capaz do que eu”. Franklin Delano Roosevelt foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos e, neste particular, procuro aprender com ele.

Ô Lula, Vossa Excelência trabalhou muito menos do que eu. Eu sei que foi um acidente. Sou generoso, sou médico cirurgião. Com poucos dias de trabalho, cortou o dedo e aposentou-se. Trabalhou muito pouco. Estudou também muito pouco. Mas eu me curvo e me rendo: Vossa Excelência, Presidente Lula, é PhD em greve. Ninguém entende mais de greve do que Vossa Excelência. Quantas Vossa Excelência fez? Mas quer dizer que só aprendeu a fazer, não aprendeu a acabar? O feitiço está virando contra o feiticeiro? Eu não admito isso.

Senador Alberto Silva, na sua coerência, diz – e eu respeito: muitas coisas boas teve o regime revolucionário.

Senador Heráclito Fortes, formei-me em Medicina em Fortaleza. Professor Cristovam, não tivemos nenhum dia de greve. Nós tivemos o Presidente Jânio Quadros, o Presidente João Goulart e, depois, a Ditadura. Eu tenho oito anos de estudos: seis de medicina, mais o mestrado e a pós-graduação em cirurgia geral. Senador Alberto Silva, fui um profissional feliz por isso, como V. Ex^a, que eu vi rendendo homenagem a Itajubá, que o formou cientificamente ímpar engenheiro elétrico, engenheiro de transportes ferroviários e engenheiro civil. Eu também, Senador Cristovam Buarque, não me lembro de nenhum dia de greve. Então, o que esperar dessa mocidade, com as universidades há quatro meses em greve?

Entendo que o Zé Dirceu caiu pela arrogância. Está na Bíblia, Senador Alberto Silva: Salomão, nos Provérbios, disse que a arrogância antecede a queda. Mas Lula é muito mais arrogante do que o Zé Dirceu. Pegar um telefone e demitir Cristovam Buarque foi arrogância. Atentai bem, tinha de conviver com ele! E dou um exemplo diante do Senador Alberto Silva, que nomeou Secretário de Educação o Prof. Wall Ferraz. Os horóscopos de Alberto Silva e do Wall Ferraz não eram iguais, mas Alberto Silva conviveu com ele porque era um instrumento da educação. Ô Lula, Vossa Excelência tinha de conviver com o Cristovam; afastar os pequenos pontos que os separavam em respeito ao maior patrimônio deste País, que é a mocidade estudiosa.

Senador Heráclito Fortes, Napoleão Bonaparte disse que a maior desgraça que pode existir são instantes perdidos na mocidade. Napoleão, o estadista, o militar vitorioso que fez a França grandiosa e que fez o primeiro Código Civil.

A nossa mocidade está, há quatro meses, esperando o fim da greve. Falo em causa própria mesmo, porque tenho uma filha que está passando o que eu nunca passei: uma greve de quatro meses. Quatro meses é metade do ano escolar porque há as férias, não é verdade? Como recuperar isso? Em risco estão os estudantes pobres.

V. Ex^a, Zé Dirceu, foi cassado por quê? Pela arrogância. Mas a arrogância de V. Ex^a é menor do que a arrogância do Presidente da República. Eu governei o Estado do Piauí e posso falar. Eu dirigi uma universidade criada por Alberto Silva e a ampliei. Não houve um dia de greve. Então, eu posso falar. Mas, V. Ex^a, José Dirceu, pela arrogância, impediu a revolução possível já em 2003, o programa do Senador Cristovam Buarque para a educação. V. Ex^a, Dirceu, com a sua arrogância, e o Presidente Lula, com arrogância ainda maior, engavetaram todos os projetos, todos os sonhos do Senador Cristovam Buarque.

Aqui estão os projetos, Sr. Presidente, Tião Viana. Se V. Ex^a me permitir, em respeito ao PT, que ainda é alguma esperança por causa de V. Ex^a e do Governador do Acre, lerei os projetos, mas se não permitir, por causa do tempo, vou apenas contar quantos sonhos, quantos projetos foram engavetados. V. Ex^a me permite ler todos? (Pausa.) Então, vou contá-los: foram quatorze propostas que ficaram na gaveta da Casa Civil da Presidência da República.

Estou aqui, porque os professores me procuraram, Senador Alberto Silva. Universidade em crise, UFS em greve. Eles ganham pouco mesmo. Senador Alberto Silva, se um brasileiro, depois de muito estudo – imagine a luta na sua Itajubá –, prestar concurso para professor da universidade federal... Senador Paulo Paim, V. Ex^a defende o salário mínimo, e os professores estão ganhando quase salário mínimo.

Se decidir, hoje, lecionar, por amor à Educação, como Platão, como Aristóteles, como Cristovam Buarque, como Alberto Silva, que ensinava Matemática lá em Parnaíba – eu também ensinei Biologia em cursinho, não pelo salário, mas para dar um caminho à mocidade –, o salário vai de R\$700,00 a R\$1.300,00. Então, esse negócio de o Ministro, incapaz, incompetente e desconhecido, não receber os professores... Quem tem de receber os professores, é Vossa Excelência, Lula. Que coisa feia não receber os professores nesse Palácio do Planalto, no Alvorada, na Granja do Torto! Quantos pilantras e picaretas Vossa Excelência já recebeu?! Receba os professores.

Concedo o aparte ao Senador Alberto Silva e depois a esse extraordinário Líder, Senador Paulo Paim. O salário dos professores é quase um salário mínimo.

Concedo um aparte ao Senador Alberto Silva, que eu vi ensinando o prefeito, engenheiro, à noite, lá no 1º Científico de nossa terra, para estimular a área da Educação.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Mão Santa, não há dúvida de que o problema da Educação é um problema sério. E V. Ex^a clama, e com toda razão, que é necessário uma solução. Mas aproveito para dizer, já que V. Ex^a visitou a nossa escola e assistiu àquela cerimônia, que tive oportunidade de perguntar ao reitor de Itajubá: “Tem greve, aqui?” A que ele respondeu: “Aqui não”. Veja, apenas a cooperação dos professores! Porque eles também – já que é uma universidade federal – não podem ganhar mais do que os outros; todos os professores estão ganhando pouco. Era preciso, realmente, que o Presidente olhasse que um dos melhores, e talvez o melhor investimento, que podia promover na Educação seria no ensino básico e nas escolas superiores, para que o Brasil tenha uma elite formada e não essa situação a que estamos assistindo de greve. V. Ex^a tem razão quando clama. Está na hora de o Presidente tomar a peito essa decisão e resolver o problema da greve. Nós estamos prontos para ajudá-lo aqui, se for necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E V. Ex^a fala como Conselheiro da República deste País.

Concedo um aparte a esse extraordinário defensor do salário mínimo – e quero adverti-lo que o salário do professor está quase enquadrado no mínimo: R\$700,00 a R\$1.300,00, após concurso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, cumprimento V. Ex^a. Todas as vezes em que vem à tribuna, V. Ex^a faz críticas duras, firmes, demonstrando suas convicções. E V. Ex^a sabe que tenho um respeito enorme pelo trabalho que tem desenvolvido. V. Ex^a recebeu esta semana a medalha Ulysses Guimarães – pelo que cumprimento-o –, homenagem mais do que justa. Quero me somar a V. Ex^a na linha de abordagem sobre a greve dos professores universitários e técnicos. Felizmente, Senador Mão Santa, V. Ex^a foi à tribuna inúmeras vezes, cobrando que houvesse a reunião na busca do entendimento, entre o Ministério da Educação, enfim o Executivo, e o Comando de Greve dos professores universitários. Fui à tribuna também algumas vezes e estabelecemos até um bom debate aqui no plenário. Mas a notícia que recebi é que houve ontem uma reunião e que se caminha para um grande entendimento e que a greve, inclusive, poderá terminar no dia de hoje. Acho importante que o Executivo ouça a voz das ruas, como diz V. Ex^a, mas a voz também aqui dentro do Senado, onde estamos, na verdade, interagindo na busca de soluções. O celular toca, devem estar confirmando essa notícia de que,

provavelmente, a greve termine hoje – provavelmente. Espero eu, e sei que também é a vontade de V. Ex^a, mediante o atendimento das propostas básicas dos professores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sei as intenções do grande extraordinário Líder Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, apenas para lembrar a V. Ex^a que o Senador Edison Lobão foi de uma generosidade extraordinária ao ceder seu tempo a V. Ex^a e tem compromissos inadiáveis.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas quero lhe dizer que, neste instante, a minha voz é do Maranhão, o Estado cuja capital é conhecida como a Atenas brasileira, São Luís. Atenas foi a cidade onde surgiu a primeira faculdade, construída por Platão, para ensinar o que Sócrates sabia. Então estou falando em nome de S. Ex^a, que simboliza a cidade de amor à cultura.

Então, desse documento que passarei às mãos de Paulo Paim – Ô, Lula, receba pelo menos o Paulo Paim, o nosso Martin Luther King! O Paulo Paim é como Vossa Excelência, um operário que chegou aqui – e que recebi ontem da Andes, a associação dos grevistas, vou ler somente duas linhas. Entendo que o Lula é quem deve recebê-los. Ele é que é o pai, ele é que entende, é o PhD! Como não? O que tem de feio em receber os professores? Há tantos picaretas nesse Palácio do Planalto, no Alvorada e na Granja do Torto! Quer uma sugestão? Vende o aerolula e pronto! Solução simples. Feche quatro ministérios desses, cujo nome ninguém conhece e resolva.

Para encerrar, vou ler apenas duas linhas, com a aquiescência do extraordinário Senador Edison Lobão, nome maior da política do Maranhão: “A universidade pública é patrimônio inalienável de uma Nação que se pretende autônoma e desenvolvida. Sem professores estimulados e qualificados, o seu futuro estará sempre ameaçado”.

É essa gente que quer um diálogo, não com o Ministro, que ninguém conhece, mas com o Chefe, ele é que tem de assumir o comando. E, Lula, eu sei que é difícil, mas quem ama, cuida. V. Ex^a amaria a universidade se a conhecesse.

As nossas últimas palavras são de Benjamin Franklin, que não se formou. Todos os americanos lêem esse livro, a autobiografia de Benjamin Franklin. Ele não se formou, começou a trabalhar com dez anos...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E há a carta do George Washington elogiando-o pelo desenvolvimento da universidade.

E terminaria e vou terminar mesmo, Sr. Presidente Tião Viana. Sei que o telefone é importante, mas mais importante é V. Ex^a gravar esse final. Atentai bem: Thomas Jefferson. Senador Edison Lobão, comecei agradecendo a V. Ex^a, um extraordinário homem público. Thomas Jefferson, está lá, Senador Alberto Silva. Senador Cristovam Buarque, esse negócio de telefone não é bom para você; V. Ex^a não se dá bem com telefone.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Atentai bem! No túmulo de Thomas Jefferson, ex-Presidente dos Estados Unidos – Alberto Silva, V. Ex^a esteve lá –, está escrito não que ele foi Presidente dos Estados Unidos, que assinou o Tratado da Independência,...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... mas: “Aqui jaz o pai da Universidade de Virgínia” – o Estado dele. Não disse que foi ex-Presidente da República.

Aprenda isso, nosso candidato Lula! – eu votei nele; posso estar arrependido, mas votei.

Essas são as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu poderia alegar o art. 14, mas não vou. Entretanto, devo uma explicação pelo aparte que fiz ao Senador: o que terminou ontem foi a greve dos professores das escolas federais de educação básica. O Senador Mão Santa está com a razão, a Andes está pedindo uma audiência com o Presidente da República e protocolou, ontem, o documento, buscando o fim da greve.

Era esse esclarecimento que tinha de fazer, fiel à exposição feita e ao apelo que faz o Senador Mão Santa, ao qual me somo, para que o Presidente receba a Andes e negociem o final da greve.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço à Andes por ter levado esse anseio. Com certeza, o Presidente Lula vai recebê-lo. E agradeço ao Senador Paulo Paim, a quem vou passar os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, por até quinze minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de tanta turbulência política, tratemos também de fatos que deveriam ser outros, mas que não têm envolvimento de natureza política.

Estou preocupado com o que vem acontecendo ao Poder Naval brasileiro. Vislumbro para esse setor militar, a continuar o tratamento que lhe é dispensado pelo Governo, um breve futuro pessimista. As coisas não apenas param na Marinha, mas recuam. Iniciativas e serviços são desativados, em que pese a importância deles para o nosso País.

E a singularidade desses acontecimentos, Sr. Presidente, está no fato de que a Marinha, em virtude dos *royalties* que lhe são legalmente destinados por lei, teria recursos, se os recebesse, para alterar substancialmente o quadro de praticamente insolvência que a envolve.

Tais agruras financeiras, na verdade, vêm comprometendo não somente a Marinha, mas todas as nossas Forças Armadas. Hoje, porém, vou-me deter na Marinha, calcado nas recentes informações que chegaram às minhas mãos.

Nosso País não pode prescindir de um Poder Naval aprestado e balanceado, que inspire credibilidade, que respalde as ações diplomáticas da política externa brasileira e que participe, quando e onde for necessário, das operações internacionais para manutenção da paz e cumpra, com eficiência e com eficácia, as tarefas subsidiárias que lhe compete executar: hidrografia, oceanografia, segurança à navegação e assistência às populações ribeirinhas, sobretudo na Amazônia brasileira.

No entanto, os armamentos e equipamentos da nossa Marinha encontram-se em situação de sucateamento que não tem precedentes na história deste País. De fato, o quadro é alarmante!

Entre outros exemplos, cito o do Tikuna, um submarino que, há sete anos, vem sendo construído. Trata-se de versão maior e mais rápida que os quatro submarinos da classe Tupi, já bastante ultrapassados tecnologicamente. A construção tem-se “arrastado” por todo esse tempo devido à falta de verbas para o projeto. O navio corre o risco de já nascer obsoleto. As obras demoram tanto, que os planos para a construção de um segundo submarino do mesmo tipo foram abortados, pois o Tikuna já se mostrará ultrapassado quando estiver pronto.

Em vez de prosseguir com o projeto, planeja-se partir logo para o chamado Submarino Médio Brasileiro (SMB), com oito metros de diâmetro, dois a mais que a classe Tupi, e 67 metros de comprimento. Será feito com casco duplo, exigência fundamental para a futura construção de um submarino nuclear.

Esse Submarino Médio Brasileiro já deveria estar em construção no Arsenal da Marinha, e cada ano de atraso complica ainda mais a situação do projeto.

Enquanto perdemos esse precioso tempo, a Venezuela, por exemplo, que já tem submarinos semelhantes aos nossos Tupis, planeja trocá-los pelos franco-espanhóis Scorpène, do mesmo tamanho e tecnologia esperados no SMB. O Chile, por sua vez, já comprou dois, enquanto a Índia vai construir nada mais que seis. Ou seja, enquanto nos atrasamos, enquanto recuamos, esses países, com menor PIB do que o Brasil, avançam e submetem suas Forças Armadas a um tratamento digno da defesa dos interesses da pátria.

Em relação aos navios de superfície, temos seis fragatas da classe Niterói, que, embora construídas na década de 70 – portanto, com um desenho considerado antigo para os padrões atuais –, foram reequipadas com armamentos e equipamentos eletrônicos modernos. No entanto, as fragatas da classe Greenhalgh estão começando a sentir os efeitos da falta de recursos. Uma delas precisou ser desativada no ano passado, transformando-se em uma espécie de depósito de peças de reposição para as três restantes. Ou seja, praticasse o canibalismo entre as unidades da Marinha, para que pelo menos algumas dessas unidades possam continuar navegando, Senador Mão Santa.

As quatro corvetas da classe Inhaúma deveriam ter sido acompanhadas por um número igual ao das da classe Barroso, que é um modelo um pouco mais avançado. No entanto, apenas uma está sendo construída, e, ao que indica a falta de recursos, a “classe Barroso” será formada por apenas essa representante.

Dos contratorpedeiros da classe Pará, sobrou apenas um. Faltam também pelo menos dez navios-patrolha da classe Grajaú para fazer o patrulhamento diário da costa brasileira e dos campos de petróleo.

Em relação ao estratégico e extremamente operacional porta-aviões São Paulo, há urgente necessidade de modernização dos jatos A-4 Skyhawk ou de sua troca pelos Rafale franceses ou pelos Sukhoi-30 russos. Os veteranos helicópteros de ataque Sea King devem ser trocados ou passar por ampla modernização.

A Marinha ainda não dispõe de aviões-radar ou de helicópteros com essa função, para ter uma arma decisiva no caso de guerra, a detecção do inimigo – especialmente de aviões equipados com mísseis.

Sr. Presidente, torna-se imperativa a substituição dos equipamentos náuticos com vida útil já ultrapassada e a modernização dos que já se tornaram obsoletos e cuja manutenção é antieconômica. Sabemos que não se estrutura um Poder Naval de um momento para o outro. Apenas para citar um exemplo, o tempo que decorre entre a fase de um projeto de um único

navio fragata e a sua prontificação operacional varia entre seis e dez anos. Por causa disso, em 2002, foram elaborados e aprovados o Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval e o Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Estava prevista a liberação de US\$7 bilhões, ao longo de 18 anos, a contar de 2002. No entanto, o que vem ocorrendo é um contingenciamento muito grande da verba destinada à manutenção, à modernização e à recuperação dos equipamentos da Força do Mar.

Até agora, não foi iniciado nenhum dos principais pontos dos programas. São fundamentais para colocar a Força Naval em condições de realmente defender o litoral brasileiro, bem como os 4,5 milhões de quilômetros quadrados da Zona Econômica Exclusiva dos nossos mares e do prolongamento da Plataforma Continental (a chamada Amazônia Azul).

De uma maneira geral, segundo os dados do meu conhecimento, toda a esquadra precisa de modernização nos próximos anos, o que está previsto nos dois programas. O programa se torna inviável, dado o contingenciamento das verbas merecidas pela Marinha de Guerra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o valor previsto para a Marinha na proposta de Orçamento para 2006, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, é menor do que o do Orçamento deste ano, que já foi muito aquém do mínimo necessário para manter as atividades da Força. Com isso, seus serviços e atividades, que já estavam seriamente comprometidos, serão gradualmente interrompidos.

A Marinha solicitou cerca de R\$2,5 bilhões para a execução de suas atividades em 2006, mas conseguiu que apenas um pouco mais de R\$1,1 bilhão fossem alocados no Projeto de Lei Orçamentária Anual a seu favor. A diferença – cerca de R\$1,4 bilhão – terá de ser buscada junto ao Congresso por meio de emendas.

O mais perverso de toda essa situação talvez seja o fato de que a Marinha possui recursos razoavelmente suficientes para reverter esse quadro, os quais, no entanto, encontram-se contingenciados pelo Governo. Trata-se de quase R\$1 bilhão, oriundos da cobrança de *royalties* referentes à exploração de petróleo ou gás natural, o que é direito da Marinha Brasileira por força das Leis n^{os} 7.990/89 e 9.478/97. O dinheiro é vinculado ao comando da Marinha e não pode ser utilizado em despesas de outros setores. Apesar disso, como já disse, encontra-se bloqueado. Uma quantia que cabe exclusivamente à Força Militar, nem essa é liberada pelo Governo para atender às necessidades urgentes da Marinha de Guerra do Brasil.

Outro dado interessante é o seguinte: no Orçamento de 2006, a “fatia” devida à Marinha corresponde

a 0,55% do total, ou seja, menos de 1%. No entanto, sua contribuição para a meta de *superávit* primário – por meio do contingenciamento de seus recursos – será de 1,80%, ou seja, três vezes maior, o que representa um sacrifício desproporcional e injusto.

É absolutamente imprescindível a reversão desse quadro orçamentário calamitoso pelo qual passa a nossa Força do Mar. Sem isso, corremos o risco até mesmo da extinção de seu patrimônio, o que colocará o nosso País em situação jamais vista em relação à defesa de suas áreas marítimas e fluviais.

Por fim, Sr. Presidente, quero lembrar que, para que a Marinha brasileira possa cumprir as determinações legais de fiscalizar e proteger as áreas de produção de petróleo situadas na plataforma continental, é necessário que o Governo também cumpra as determinações legais aprovadas pelo Congresso Nacional, possibilitando a imprescindível implementação do Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval e do Programa de Reaparelhamento da Marinha. É o que se espera da responsabilidade de nosso Governo.

Sr. Presidente, concluo dizendo que o Brasil, hoje, já se orgulha de ser um País auto-suficiente em petróleo. Oitenta por cento das nossas reservas se encontram na plataforma marítima e a Marinha de Guerra é a responsável pela fiscalização de toda essa área. Todavia, não recebe sequer os recursos que estão previstos nos tributos que se destinam exclusivamente a essa função. A Marinha não os recebe. Amanhã, se houver um acidente com uma dessas plataformas, isso custará infinitamente mais do que custariam os implementos necessários à Marinha para que faça a devida, correta e eficiente fiscalização de toda essa área.

O Exército tem hoje, Presidente Mão Santa, 230 mil soldados nas suas fileiras, mas vai perder 50 mil porque eles não têm sequer como almoçar nos quartéis. Os recursos previstos para o Exército Brasileiro darão para responder às suas despesas somente até julho do próximo ano. E, a partir de julho, o que ocorrerá com o Exército? Assim também está ocorrendo com a Força Aérea Brasileira.

Uma de duas: ou o Governo toma a decisão no sentido de olhar para as suas Forças Armadas, ou vamos ter uma situação trágica de sucateamento de todas elas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Lobão, aprendi a respeitar muito a Força do Mar, pois minha cidade tem uma Capitania dos Portos. Além de tudo o que V. Ex^a disse, a mensagem que recebemos da Marinha é a do Almirante Barroso: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”. É nosso dever reconhecer e ajudar a Marinha Brasileira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever pela Liderança do Governo, após a palavra do Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será inscrito.

Há uma solicitação do Senador José Agripino, transferindo a palavra, como Líder do PFL, ao Senador Heráclito Fortes.

Em seguida, estão inscritos o Senador do PMDB do Piauí, Alberto Silva, Conselheiro da República, e V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que se inscreveu como orador normal para ter maior tempo. Garanto a sua inscrição e peço que leve um abraço à Dona Maria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, quero encaminhar à Mesa pronunciamento em que me refiro à multa sofrida pelo Senhor Presidente da República por campanha ilegal e a um dado estranho, esquisito: o publicitário Duda Mendonça faz aquela denúncia e suas contas são suspensas no Governo. Depois, ele dá a impressão de se ter acomodado no silêncio e volta a obter uma conta significativa na Petrobras. Esse registro vai para os Anais.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUN-
CIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, § 2º, do
Regimento Interno.)*

**O GOVERNO LULA NÃO SABE QUANDO TERMINA A
AVENTURA E COMEÇA A REALIDADE**

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO - 02 DEZ 2005

Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Senadores,

O Presidente Lula é reincidente. Supõe que pode passar por cima da lei só porque é Presidente e, de repente, se vê condenado, como ontem, ao ser multado pelo TSE em R\$ 31 mil, acusado de fazer campanha antes do tempo legal.

É a segunda vez que o Presidente é pilhado na contramão. A primeira foi no ano passado, quando ele foi multado em R\$ 50 mil pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, porque fez campanha para a candidata à reeleição em São Paulo, Marta Suplicy. A multa acabou sendo cancelada, mas moralmente Lula ficou inscrito como transgressor da lei brasileira, ele que deveria ser o primeiro a cumpri-la.

A decisão do TSE baseia-se em reclamação do PSDB, iniciada em julho último. O Presidente foi acusado de violar dispositivo da Lei Eleitoral (Lei n. 9.504, art.36), quem limita a propaganda eleitoral aos 90 dias que antecedem cada eleição.

Como registra o noticiário de hoje, o que aconteceu caracteriza clara alusão ao atual Governo, que se julga todo poderoso, além de constituir promoção pessoal do Presidente da República, o que é proibido.

Daqui a pouco, o Presidente, novamente e como sempre, vai dizer que nada tem com a história e que isso tem motivação política da oposição, como se vigiar o cumprimento da lei não fosse relevante.

A quadrilha que tomou de assalto o Governo é tão ousada que a ela não se pode aplicar nem mesmo o velho refrão que todo o Brasil conhece: *Essa gente não aprende!*

Eles já não são aprendizes de feiticeiro. São contumazes na prática da ilegalidade. E não sabem distinguir o momento em que termina a aventura em que se meteram e quando começa a realidade.

A realidade sugere ao menos um pouco de compostura, mas nada disso. Basta ler os jornais de hoje, que informam sobre a decisão da Petrobrás de renovar o contrato de propaganda com a agência de Duda Mendonça.

-Como pode?- indagará o brasileiro simples.

-Como pode? - insistirá outro brasileiro simples.

A Petrobrás é a maior empresa estatal do País e quem faz sua publicidade é o mesmo Duda Mendonça, que **confessou**, na CPI dos Correios, ter depositado aqueles R\$ 10,5 milhões no exterior para pagar ao PT, a mando de Valério.

Informa o noticiário que o contrato da Petrobrás com Duda não foi renovado em agosto por causa da crise política. Eles devem ter imaginado: *Vamos esperar um pouco mais, aí tudo estará esquecido*. Pelo jeito, esse pouco mais chegou.


Chegou para eles. Para a maioria dos brasileiros chegou, isso sim, é a hora de levar essa gente a se explicar na Justiça.

Eles não sabem distinguir quando termina a aventura petista de supor que pode tudo. O povo sabe quando isso terminou e começa a realidade.

Estou anexando a este pronunciamento o noticiário a que fiz referência, para que o historiador do amanhã possa saber como age o PT de Lula.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



ANEXOS

Tribunal dá razão a PSDB, que acusou presidente de fazer campanha antes do tempo permitido; ele terá de pagar R\$ 31,9 mil

TSE multa Lula por propaganda antecipada

SILVANA DE FREITAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) condenou ontem por 4 votos a 3 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao pagamento de multa de R\$ 31,9 mil por propaganda eleitoral antecipada.

Os sete ministros ficaram divididos sobre a condenação, em sessão realizada na noite de ontem. Coube ao presidente do TSE, Carlos Velloso, o voto de desempate em desfavor de Lula.

O processo foi movido pelo PSDB em julho. Os tucanos acusam o presidente da República de violar dispositivo da Lei Eleitoral (nº 9.504, artigo 36) que limita a propaganda eleitoral aos 90 dias que antecedem cada eleição.

O tribunal examinou peças de uma propaganda institucional veiculada em abril deste ano, sob os títulos "O Brasil agora cresce para todos", "Brasil, um país de todos como nunca se viu", "A gente sabe que ainda tem muito a fazer, a gente sabe que pode contar com você" e "Muda mais Brasil, Brasil cada vez mais um país de todos".

Segundo o PSDB, a propaganda fez comparações entre os oito anos da gestão do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995 e 2002) e os dois primeiros anos de mandato de Lula.

Com as comparações, diz o PSDB, o governo Lula teria feito propaganda eleitoral fora do prazo legal e iniciado antecipadamente a campanha para a reeleição do atual presidente, cuja disputa só ocorre em outubro do ano que vem.

AGU vai examinar

O Palácio do Planalto não disse se pretende recorrer da decisão nem fez considerações políticas sobre a acusação do PSDB. Respondeu apenas, por meio da assessoria de imprensa, que "a AGU (Advocacia Geral da União) vai examinar a decisão do TSE".

Em tese Lula ainda pode recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal). A condenação é pessoal, porque o processo foi movido contra o presidente. Ou seja, em caso de condenação final, Lula é quem teria que pagar a multa, não o governo.

Promoção pessoal

A maioria dos ministros do TSE entendeu que as peças publicitárias não revelaram nenhum ato, programa, obra ou serviço, como determina a legislação eleitoral. Ou seja, a propaganda não teve o caráter institucional que a lei exige. Na época, o publicitário do governo ainda era Duda Mendonça.

O relator, ministro Marco Aurélio de Mello, disse que a propaganda serviu apenas para "enaltecer a direção do país, com o objetivo maior de chamar a atenção daqueles que serão eleitores nas eleições gerais de 2006".

Os quatro votos pela condenação foram de Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Humberto Gomes de Barros e Velloso.

Esse julgamento tinha começado em 21 de julho, mas fora interrompido por pedido de vista de César Rocha.

Uma semana depois, foi retomado e novamente interrompido, desta vez por causa de um pedido de vista de Gilmar Mendes. Só ontem foi retomado.

Até então, Lula ganhava por 3 votos contra 1. Ao reapresentar o processo ao plenário, Mendes concordou com Marco Aurélio e disse que a propaganda não teve caráter informativo ou educativo, como determinado pela legislação eleitoral.

Isso caracterizaria clara alusão ao atual governo e promoção pessoal do presidente da República, o que é proibido.

Colaborou **PEDRO DIAS LEITE**, da Sucursal de Brasília



TSE multa Lula em R\$ 48 mil por propaganda antecipada

Neri Vitor Eich

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a pagar multa de 30 mil Ufirs (cerca de R\$ 48 mil) por fazer propaganda eleitoral antecipada. Por 4 votos a 3, os ministros acolheram representação ajuizada pelo PSDB contra uma peça publicitária que o governo divulgou em abril, na qual se comparavam os oito anos do governo FHC com os dois primeiros do atual presidente. A decisão foi tomada com base no parágrafo 3º do artigo 36 da Lei Eleitoral. Lula ainda pode recorrer da decisão.

É a segunda vez que o TSE toma decisão contra o presidente da República. No ano passado, ele foi multado em R\$ 50 mil pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, José Joaquim dos Santos - mas recorreu e a multa foi suspensa. Na ocasião, Lula havia pedido votos para a candidata à reeleição em São Paulo, Marta Suplicy, ao discursar durante a inauguração de obra na avenida Radial Leste, na Capital paulista.

O julgamento da ação de ontem teve início em 21 de julho. O autor da representação contra o presidente foi o deputado Bismarck Maia (PSDB-CE). Ele considera que a peça publicitária, afirmando que a economia brasileira atingira seu melhor resultado nos últimos dez anos, estabelecia "uma comparação entre as duas gestões visando beneficiar a imagem do governo Lula.

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/O MARQUETEIRO

Agência do publicitário que fez a campanha de Lula teve contrato suspenso pelo Planalto após ele ter dito à CPI que recebeu dinheiro de caixa 2 do PT

Petrobras renova contrato com Duda por 1 ano**LUCIANA BRAFMAN**

DA SUCURSAL DO RIO

A Petrobras decidiu renovar os contratos com as agências de propaganda Duda Mendonça & Associados, Quê e F/Nazca, pelo prazo máximo de um ano, até que a licitação para a contratação de novas agências seja concluída. A decisão foi informada por nota da estatal ontem à noite.

Apesar de o fato ter sido divulgado ontem, há algum tempo as três agências já vêm produzindo as campanhas da estatal que serão veiculadas em janeiro, segundo fontes do mercado publicitário.

A principal polêmica quanto à renovação tem como foco o contrato com a Duda Mendonça & Associados. O contrato da agência com o Planalto não foi renovado em agosto em decorrência da crise política e do envolvimento de Duda Mendonça em esquema de caixa dois. O publicitário foi responsável pela campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e, após

a eleição de 2002, passou a cuidar da imagem do governo e da do presidente Lula.

Com outras duas agências, Duda detinha a conta da extinta Secom (Secretaria de Comunicação de Governo), hoje Subsecretaria de Comunicação Institucional.

Depois que o publicitário admitiu, em depoimento à CPI dos Correios, ter recebido cerca de R\$ 10 milhões em uma offshore nas Bahamas por campanhas do PT, o Planalto considerou incompatível que Duda continuasse a tratar da imagem do governo.

Além disso, há suspeitas de que Duda já tivesse recebido dinheiro no exterior em 1998, de campanhas feitas para o ex-prefeito de Paulo Maluf (PP) e o ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB).

Circula no mercado publicitário que a decisão da Petrobras pela renovação parcial -os contratos poderiam ter sido renovados sem quaisquer ressalvas por até dois anos- foi tomada para dar uma satisfação à opinião pública quanto à permanência da agência de Duda. Ainda que parcial, a renovação se fez necessária porque a Petrobras não conseguiu abrir a licitação em outubro, a tempo de concluí-la para o próximo ano.

A renovação parcial foi decidida por causa do "longo prazo exigido por licitações desse gênero", segundo a nota. "Os procedimentos do processo licitatório para a contratação de agências de publicidade encontram-se em andamento", diz o texto. Os contratos poderão ser encerrados antes do prazo de um ano.

Contratos

As três agências atendem a Petrobras desde dezembro de 2003 e os contratos atuais vencem no próximo dia 4, domingo.

Segundo a assessoria da Petrobras, o assunto não foi discutido na reunião semanal de diretoria, que ocorreu anteontem. A estatal não informou, porém, quando nem como se deu a decisão.

A Petrobras também não respondeu ao pedido de informações da Folha

sobre a renovação dos contratos, com a divulgação dos valores que cada empresa receberá. Foram feitos cinco contatos telefônicos, além do envio de e-mail à assessoria da empresa.

As três agências vencedoras da licitação de 2003 receberam, cada uma, 25% do orçamento publicitário da Petrobras, o correspondente a R\$ 63 milhões. Os 25% restantes do orçamento a estatal usa como quiser durante a validade dos contratos, à medida que surjam campanhas extras. De acordo com a empresa, esse valor excedente foi distribuído igualmente entre as três agências ao longo dos últimos dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo, hoje, apresentar dois requerimentos de informação, que representam uma das nossas atribuições: a de fiscalizar os atos do Executivo. Mas, para isso, é necessário que façamos antes um **mea-culpa**. E ele diz respeito ao instrumento das medidas provisórias, que, aliás, têm sofrido todo tipo de crítica, em geral procedentes. São questionáveis – e precisam ser mudadas – tanto com relação à quantidade quanto ao rito.

Quase não nos lembramos, porém, de uma atribuição nossa quando uma MP é derrubada ou perde a vigência por falta de **quorum** na votação, por exemplo. Seria nossa obrigação elaborar um decreto legislativo para regulamentar os efeitos de quando ela esteve em vigência, mas quase nunca o fazemos.

Recentemente, uma MP, a de número 233, teve seu prazo vencido sem que houvesse votação. Perdeu a validade. Só que ela já tinha produzido os seus efeitos. Essa medida provisória criava a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Previc, uma poderosa agência, que ficaria no lugar da Secretaria de Previdência Complementar.

Teria muitos recursos, posto que eles viriam de contribuições dos fundos de pensão, mas não passaria pelo controle do Senado como as demais agências – um dos motivos para a rejeição que enfrentou na Casa.

Os fundos de pensão deveriam recolher uma Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar, chamada Tatic, que chegou, de fato, a acontecer.

O que quero saber agora é qual o total do valor arrecadado de cada fundo de pensão e para onde foram esses recursos, que deveriam servir, entre outros objetivos, para custear a estrutura da Previc, que não chegou a ser instalada.

Tenho recebido esse questionamento de aposentados e pensionistas, participantes de vários fundos, sobretudo da Previ, do Banco do Brasil, que é o maior deles. Eles indagam se não estaria havendo desvio de finalidade e mais um ônus a eles imposto, prejudicando o patrimônio de suas entidades de previdência, já tão sacrificadas. Algumas entidades e até mesmo conselheiros do fundo já pediram que a contribuição fosse devolvida.

Tudo o que envolve a Previ neste Governo, no entanto, Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, virou uma caixa-preta. Estima-se que somente ela tenha pago, no período de vigência da medida provisória, R\$2,8 milhões. Quanto terão pago os demais fundos? Para onde foi esse dinheiro? Apenas para fazer caixa para o Governo?

Mesmo que esteja no texto legal que o acervo da autarquia, incluindo recursos e créditos, sejam revertidos para a União, é preciso que o Governo diga isso claramente e aponte o destino dessa arrecadação que, pelo que sabemos, não foi pequena, como vimos.

Temos acompanhado, nos últimos quase três anos, um verdadeiro assalto aos cofres da Previ. Alguns estudiosos chegam ao extremo de dizer que, se feitas

as devidas contas, o fundo na verdade está quebrado. Espero sinceramente que isso não seja verdade.

Mas, desde o início do Governo, vimos alertando para os problemas que estavam ocorrendo nos fundos de pensão, antes mesmo que estourasse a atual crise que acabou por levá-los ao centro das investigações. Nenhuma providência, no entanto, foi tomada. Pelo contrário, cada vez que o Banco do Brasil precisa, socorre-se do caixa da Previ.

Recebo em meu gabinete os mais diversos tipos de denúncia a respeito da atual gestão do fundo de previdência do Banco do Brasil. Algumas feitas por entidades de aposentados, outras por pessoas que nos ouvem e nos vêem por meio dos órgãos de comunicação do Senado. Alguns assumem a autoria da denúncia ou queixa. Outros, temendo represália, preferem o anonimato.

Como a que recebi recentemente, referindo-se não apenas à questão da Tafic, mas também ao aparelhamento que os sindicalistas ligados ao PT impuseram dentro da instituição e dos conselhos de empresas dos quais a Previ participa. Ou da contratação milionária de escritórios de advogados quando tem seu próprio corpo jurídico, do qual, aliás, foram afastados muitos advogados que não concordavam com a atual direção. Falam até de imóveis de luxo na zona sul do Rio de Janeiro e de frota de carros zero quilômetro à disposição dos diretores, além do uso dos cartões de crédito corporativos.

Sr. Presidente, ainda há muito a ser investigado no interior da República Previ. Estamos dando alguns passos. Na semana passada, representei junto ao Tribunal de Contas da União para que examinasse um plebiscito que o Fundo e o Banco do Brasil fizeram a toque de caixa. Outros Senadores têm feito pedidos semelhantes, sem contar os inúmeros discursos feitos desta tribuna. Reconheço, no entanto, que não é fácil furar a barreira. Quando respondem, as respostas são incompletas.

Hoje, apresento estes dois requerimentos – aos Ministros da Fazenda e da Previdência Social – para tentar saber onde foi parar o dinheiro arrecadado pela Tafic, mas acredito que quem dará passos mais significativos mesmo será a CPMI dos Correios, que aprofunda suas investigações neste rumo e promete revelações para breve.

Só o que desejo é que haja transparência e eficiência na administração de um patrimônio que é de funcionários e aposentados do Banco do Brasil e das estatais, mas que também é público. E, hoje, estou certo de que, se não toda, pelo menos parte da verdade virá à tona.

Não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aliás, esse é um assunto para o qual venho alertando esta Casa e o Brasil há mais de três anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Alberto Tavares Silva, do PMDB do Estado do Piauí, e também Conselheiro da República do Brasil.

V. Ex^a, regimentalmente, tem direito a 15 minutos. Mas jamais ousarei cortar a palavra desse patriarca da República.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de iniciar minhas palavras de hoje fazendo referência àquela solenidade a que V. Ex^a compareceu, Senador Mão Santa – agradeço a V. Ex^a por ter ido lá, distante –, numa universidade no sul de Minas, e teve a oportunidade de assistir como funciona uma escola que tem como lema as palavras que V. Ex^a acabou de dizer, que rezam: “Revelemo-nos mais por atos que por palavras para sermos dignos deste grande País”.

V. Ex^a e eu constatamos a excelência dos cursos que estão sendo ministrados naquela universidade. Hoje, pela manhã, já mantive contato com elementos ligados à pesquisa e concluímos que Itajubá está muito à frente, avançando na pesquisa do hidrogênio, dos motores alternativos, para que o País possa também se colocar numa posição de vanguarda no mundo que cresce à medida que se faz pesquisa em ciência. É o que está acontecendo na Universidade de Itajubá.

Com estas palavras, não só agradeço o título a mim conferido, de Embaixador daquela escola, mas cumprimento o Reitor e todo o seu corpo dirigente. Também agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, por ter estado presente, a nosso convite, naquela solenidade.

Neste instante, o Brasil precisa da educação. E V. Ex^a, Senador Mão Santa, fez um discurso com a pujança de palavras e com o arroubo que lhe é próprio, mas, na verdade, o tema exige ação por parte do Governo. Que receba os professores e acabe com essa greve que está prejudicando milhares e milhares de estudantes!

Ao apartear V. Ex^a, Senador Mão Santa, eu disse que felizmente Itajubá é uma exceção. O Reitor disse que há alguns funcionários em greve, mas não estão prejudicando, de nenhuma maneira, o andamento da universidade. O corpo docente da escola está em dia, funcionando normalmente. Isso é uma grande coisa. É um sinal de patriotismo daquela gente. É uma escola que tem alma, e têm amor a ela todos os que lá chegam. Os professores estão dando aula normalmente, apesar da greve.

Dito isso, Sr. Presidente, passo ao assunto de que gostaria de tratar hoje. A Ministra Dilma diz que precisa de recursos para investir, mas o Ministro Palocci diz que não pode mudar o sistema adotado da economia porque precisa daquele superávit primário e há os índices econômicos que têm de ser cumpridos, mas o Brasil precisa, urgentemente, aplicar recursos na produção de riquezas.

Neste momento, quero lembrar a todos os que estão nos ouvindo, como faz V. Ex^a, Senador Mão Santa, que se dirige ao Brasil, porque esta nossa emissora alcança todo o nosso País e o mundo, pelo que sabemos. E nós, tanto eu quanto V. Ex^a, recebemos vários *e-mails* dos que nos ouvem e querem realmente participar do desenvolvimento do Brasil. Então, façamos uma análise bem rápida do momento em que estamos vivendo.

A Ministra Dilma disse: “eu quero dinheiro para aplicar”. Tive um encontro com a Ministra e levei um resumo do que acho que ela poderia fazer para ajudar o Ministério dos Transportes, cujo estado burocrático é complicado – sabemos disso. No momento, há doze mil quilômetros de estradas contratadas. Mas, como o dinheiro deles é pouco ou entra aos pouquinhos, tem sido assim, os empreiteiros que estão construindo as estradas no Brasil andam na velocidade do dinheiro que recebem. Isso é óbvio.

Então, eu disse à Ministra – e aqui vai, mais uma vez, o meu elogio a S. Ex^a, que, na minha opinião, dos Ministros mais próximos do Presidente, dos que falam com Sua Excelência, é a que deveria ser mais ouvida por Sua Excelência. E, nessa história de briga entre ela e o Ministro Palocci, eu ficaria com ela. Nessa briga, eu ficaria com ela, porque o que ela quer é aquilo que o Brasil todo está esperando. E eu diria neste instante: o que é mais urgente neste instante, neste momento? Se o Brasil decidiu pelo rodoviarismo, quer dizer, se o Brasil tem dois milhões de carretas transportando a riqueza produzida no Brasil – andam de pneumáticos e não sobre trens; os nossos trens e as nossas linhas, as maiores estão transportando minérios lá em Carajás, e algumas aí no Sul do País, mas na verdade o grosso é transportado por rodovias – essas rodovias esburacadas provocam um desperdício de óleo *diesel*!

E agora falo dirigindo-me aos representantes dos transportadores de carga: confirmem o que estou falando aqui. Digo como o Senador Mão Santa: atentai bem, brasileiros, empresários do transporte rodoviário brasileiro, para o que vou dizer: os buracos estão aumentando o consumo, desnecessariamente, do combustível que o Brasil importa. O Brasil importa *diesel*. É verdade que há uma troca com gasolina, mas, de qualquer forma, o Brasil não está produzindo o óleo *diesel* necessário para seu consumo. Ele importa, importa *diesel*, e aí for-

nece o *diesel* para dois milhões de carretas. A Petrobras não perde nada, porque importa e vende o *diesel* por intermédio de sua distribuidora, a BR Distribuidora. A BR Distribuidora também não perde; ela vende para as bombas distribuidoras do combustível, milhões delas no Brasil inteiro. As carretas chegam e se abastecem nas bombas do combustível *diesel* brasileiro. E aí saem levando a riqueza brasileira, Brasil afora, e se encontram com os buracos da estrada.

Agora quero perguntar aos transportadores de carga. Confirmem esse número. Já conversei com vários que confirmaram. Eles gastam 30% mais de combustível do que o necessário quando eles trafegam nas estradas esburacadas. E isso representa o quê? Representa algo em derredor de quatro bilhões de litros de óleo *diesel*. Tenho certeza de que eles estão me ouvindo agora e vão confirmar esse número. Quatro bilhões de litros de *diesel* são desperdiçados, porque as carretas freiam nos buracos e, nessa hora, perdem óleo; na hora de acelerar, também. E elas fazem isso milhares de vezes, nos milhares de quilômetros que estão esburacados. Sabe quanto representa isso? R\$6 bilhões perdidos por ano.

Se eu aplicar quatro bilhões... Agora, fico com a Ministra Dilma, apenas direi a ela: Ministra, aquele documento que eu deixei lá na sua mesa e que foi organizado por gente competente, não só dos transportadores de carga, mas das empresas construtoras de estradas e mais a experiência que carrego, graças a Deus, como ex-governador, e que fiz quilômetros de estradas juntamente com o Senador Mão Santa, também fez no Piauí, posso dizer, com toda segurança: Ministra, é preciso acelerar a recuperação das estradas. Isso não é difícil. O Ministério dos Transportes tem dificuldades burocráticas, eu conheço. Eles querem fazer, mas se V. Ex^a, Ministra Dilma, colocar em prática aquela proposta que eu deixei em cima da sua mesa, cria um núcleo, cria uma Secretaria de assessoria para ajudar o Ministério dos Transportes, que tem vontade de fazer, mas esbarra em inúmeras filigranas de burocracia, ora de um lado, ora de outro. Mas se o interesse do povo está acima de qualquer outro interesse, e o Brasil está precisando economizar este dinheiro, nesse caso, vale criar um grupo seletivo, de competentes, lá no Planalto, comandado pela própria Ministra, com a autorização do Presidente, é evidente, e um acordo com o Ministro dos Transportes e a sua equipe técnica, que é muito boa, e vamos acelerar.

Ministra, é preciso sair dos 200Km por mês de reparação para 1.000km. Nós podemos! A nossa engenharia de transporte rodoviário é a melhor do mundo! Nossas empresas são altamente capacitadas, elas têm máquinas, estão no campo. Se elas receberem as faturas,

e receberem uma ordem para acelerar a recuperação dos 12.000Km e se o Ministério dos Transportes aprovar e assinar o contrato de mais 8.000Km que já foram licitados, não há mais dificuldade alguma, nós teremos 20.000Km de estradas recuperadas em dez meses, porque uma parte já está sendo feita. Mas, no mínimo, 1.000Km por mês tem de ser a recuperação. E para isso precisa ação. Revelemo-nos mais por atos do que por palavras para sermos dignos deste grande País.

Ministra Dilma, converse com o Presidente Lula e, ao invés desse desentendimento, que não deve haver, e não creio que está havendo, é preciso que o Ministro Palocci se convença. Está certo! Não discuto as equações da economia, daquela maneira como é dita: se pagarmos a dívida, vamos diminuir, e vem aí um problema econômico um tanto complexo. Não quero entrar nesse ramo, não foi isso o que vim fazer aqui. Não que eu não possa entrar; qualquer fato econômico, posso reduzi-lo a uma equação matemática. Isso, aprendi na escola e posso fazê-lo a qualquer momento. Mas não é isso o que queremos discutir agora. Queremos discutir que pode haver uma trégua, e essa trégua é em favor do povo. As carretas transportam as riquezas de que o povo precisa e aumentam o frete porque não podem trafegar com o frete antigo porque estão perdendo dinheiro. Estão comprando óleo e gastando à toa sem transportar nada por causa dos buracos. A velocidade deveria ser de 1.000km por mês. Ministra Dilma, ouça-me.

E, agora, digo como o Senador Mão Santa: Presidente Lula, duas coisas Vossa Excelência tem de fazer já: autorizar para que se acelere o reparo das estradas brasileiras numa base de 1.000 km por mês – daí para cima. Dinheiro tem, o da Cide. Para onde vai a diferença dos 25% que são entregues aos Estados e Municípios? Sobra dinheiro, que deveria ser para isso. Por conseguinte, Presidente, ponha esse dinheiro para fazer valer imediatamente o reparo das rodovias, em primeiro lugar, e deixe a nova rodovia, a nova ferrovia, a Transnordestina, a transposição do São Francisco, que são obras de grande importância para o nosso País, mas que vão demorar dois ou três anos para trazerem os seus resultados.

Com a recuperação das estradas nessa velocidade de que estou propondo, imediatamente, o senhor gera, Presidente, dois milhões de empregos; dois milhões de carretas, vinte mil quilômetros de estradas já contratadas! É preciso só acelerar. Para que isso aconteça, ponha o dinheiro à disposição da Ministra Dilma. Tenho a certeza de que S. Ex^a vai executar essa tarefa. Os portos também? É claro, porque se as carretas levam a riqueza para ser exportada, os portos também têm que entrar no mesmo ritmo. São os dois ritmos imediatos.

Outra proposta, Presidente Lula. Vossa Excelência esteve comigo na inauguração da fábrica de biodiesel em Floriano – uma grande fábrica. Vossa Excelência disse aos lavradores: A hora de vocês chegou! Plantem mamona! Aí vem um grupo pequeno, lá de Campina Grande, e diz que só se deve plantar mamona acima de trezentos metros. Milhares, milhões de lavradores estão embalados no discurso de Vossa Excelência, Senhor Presidente, qual seja, o de que a mamona é para produzir o biodiesel para os pobres. São os lavradores que vão plantar. E nós estamos imaginando uma maneira de fazer uma organização deles, não sob a forma de cooperativa, mas sob a forma de associação. Cada três mil ou cinco mil lavradores que vão plantar mamona e feijão terão a sua própria usina para fabricar o seu *diesel*. Por quê? Para que eles não vendam a baga da mamona para os grandes industriais. Eles já vão fornecer é o *biodiesel*.

Cumprimento aqui o presidente da ANP, que compreendeu isso muito bem. Ele acabou de me dizer que a ANP compra o óleo produzido pelas pequenas unidades de produção de biodiesel.

Então, Presidente, dê uma ordem: suspenda essa aberração – é uma verdadeira aberração. Quem fala tem experiência e autoridade para dizer: o grupo de Campina Grande está errado. Errado! Eu não discuto que a 300m a semente produzida pela Embrapa possa dar um rendimento maior, mas não discutam eles que, abaixo dos 300m, eu posso obter quase o mesmo rendimento.

Trouxe aqui o retrato de uma produtora de semente em Capistrano, no Ceará, onde a pujança da produção de mamona está bem clara: duas toneladas por hectare a 150m de altitude. E, lá na minha cidade, Parnaíba, nós produzimos uma tonelada por hectare de mamona ao nível do mar.

Por conseguinte, Presidente, mande acabar com essa aberração e autorize todos a plantarem mamona, visto que Vossa Excelência disse que a mamona iria produzir *biodiesel* para os pobres. E as grandes empresas podem até trabalhar com a soja, que está caindo de preço no mercado internacional. Então, com parte dessa soja, nós podemos fazer *biodiesel*; a outra parte é farelo, e, se eu extrair o óleo de soja com álcool, posso pegar esse farelo e transformá-lo em alimento para o homem, e não só para os frangos ou para os porcos.

É esse o apelo que faço ao Senhor Presidente, agradecendo ao Presidente Mão Santa a oportunidade que me deu neste instante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI)
– Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Romero Jucá.

Regimentalmente, V. Ex^a tem cinco minutos.

Os outros Srs. Senadores, mesmo sendo Líderes, preferiram inscrever-se como oradores na lista regular. De posse desta, queremos anunciar para o País as palavras dos Senadores Arthur Virgílio, Cristovam Buarque e José Agripino.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra pela Liderança do Governo, porque pretendo marcar um posicionamento, não só pessoal, como Senador, mas também do próprio Governo, com quem temos tratado desse assunto extremamente relevante para o futuro do Estado de Roraima.

Temos atuado – e o Presidente Lula tem sido um ferrenho defensor de uma solução rápida e pacífica – para resolver o desafio que engessa o futuro do Estado de Roraima: a regularização fundiária das nossas terras. Ou seja, o território, a base física, as terras do Estado de Roraima e do Amapá, por serem oriundas do território federal, são hoje ainda terras da União e, portanto, sem a titulação devida para os diversos produtores que nelas atuam.

Esse assunto deveria ter sido resolvido em 1991, com a posse do primeiro governador eleito, tanto do Amapá quanto de Roraima. Infelizmente não o foi. O Estado perdeu 15 anos; estamos atrasados 15 anos. E, por não terem a titulação, por não terem o documento da terra, centenas de produtores não se podem habilitar a financiamento do banco, porque não há garantia real para concessão do financiamento.

O Presidente Lula tem determinado ao governo que agilize os procedimentos para regularização dessa questão. Dentro de alguns dias, deveremos entregar títulos de terra de até 100 hectares – esperamos entregar mais de mil títulos. Deveremos iniciar, em janeiro, o processo de regularização dos títulos de até 500 hectares, tendo em vista que a Medida Provisória nº 258, aprovada com uma emenda de minha autoria, contém dispositivo para se proceder à regularização desses títulos sem a necessidade de licitação pública, como exigia antes a Lei nº 8.666. Deve, também, ter início o lançamento de editais para venda, por meio de licitação, das áreas de terra superiores a 500 hectares e até 1.500 hectares.

Estamos aguardando que o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário executem essas ações, já encaminhadas e orientadas pelo Presidente da República.

Embora todo o processo de negociação tenha contado com o meu acompanhamento direto, registro que fomos surpreendidos, no dia de hoje, por notícias, veiculadas no jornal **Folha de Boa Vista**, que dão conta de que o Incra poderia estar movendo ações contra

proprietários de terras produtivas que têm mais de 500 hectares no Estado de Roraima.

Quero registrar que já falei com o Gabinete Civil da Presidência da República e estou procurando contato com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Miguel Rossetto. Se essas ações existirem, não fazem parte do entendimento de pacificação e de solução para a questão fundiária do Estado; portanto, se o Incra agiu dessa forma, o fez de forma equivocada, e espero que se faça a correção necessária. O compromisso do Presidente Lula é de resolver as questões estruturais de Roraima, com a regularização fundiária da forma como foi proposta. Portanto, espero que o Incra cumpra as determinações do Presidente.

Para encerrar, Sr. Presidente, assinalo que o jornal **Folha de Boa Vista** fala, também hoje, sobre uma cirurgia feita pelo Governador de Roraima, Sr. Ottomar Pinto. Como o Governador, provavelmente, será o meu adversário nas eleições do ano que vem e tendo em vista que já estivemos juntos em várias campanhas – e guardo por S. Ex^a o respeito e uma relação pessoal, independente das disputas eleitorais que poderão ocorrer –, desta tribuna, desejo-lhe uma breve e rápida recuperação, para que possa governar bem o Estado, com saúde. E que, se for a decisão política dos rumos no Estado, no próximo ano, possamos nos enfrentar de forma responsável e respeitosa no pleito. Desejo ainda que S. Ex^a, com toda a saúde e com toda a condição, possa, junto à sua família e ao povo do Estado de Roraima, conduzir a sua gestão.

Portanto, ficam aqui os meus votos de melhoras ao Governador. Quero dizer que só fiz hoje esses votos, porque somente hoje a imprensa do Estado informou sobre a cirurgia feita no final da semana passada; aliás, na segunda-feira. Portanto, não quis tratar dessa matéria antes para não parecer que estávamos querendo espalhar qualquer tipo de notícia. Como a notícia tornou-se pública, torno público também o meu desejo de melhoras do Governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Arthur Virgílio, pelo Estado do Amazonas. S. Ex^a é Líder do PSDB.

Leve meu abraço à D. Maria, nossa amiga.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Transmitirei à D^a Maria seu recado fraterno e querido de sempre.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, impõe-se, Líder José Agripino, uma análise, e eu a faço com 24 horas de retardo porque estava acompanhando o Presidente Fernando Henrique Cardoso a Recife,

ocasião em que o ex-Presidente recebeu o título de Cidadão Pernambucano, acumulando com o título de Cidadão Olindense.

Não pude comentar da tribuna o episódio da cassação do ex-Ministro, agora ex-Deputado José Dirceu. No entanto, impõe-se que a Liderança do PSDB fale. E ela procura falar sem o menor traço de rancor, de ressentimento, sem nada que signifique tentar pisotear o inimigo, o adversário que caiu. Não é esse o intento, não é esse o intuito, não é essa a determinação.

Algumas verdades têm de ser postas com muita clareza. Uma delas é que o Presidente Lula, ao final, desafiou uma certa máscara e apoiou o Sr. José Dirceu, apoiou-o com fragilidade, com fraqueza, e foi derrotado, nitidamente. Fez um esforço, os seus líderes se movimentaram, mas o Planalto foi derrotado. Ao mesmo tempo, pelo que leio nos jornais, deixou insatisfeito o ex-ministro José Dirceu, que teria confidenciado a companheiros de Partido que se sentiu abandonado pelo Palácio do Planalto. Essa é uma constatação.

Chego a inverter os meus valores iniciais. Em 2003, eu achava que Lula era o Dom Quixote de La Mancha e que o seu Sancho Pança seria o José Dirceu. Estou começando a achar o contrário, que Lula é o Sancho Pança e que o Dom Quixote é o José Dirceu, até pelos despropósitos que tem veiculado pela imprensa. Por exemplo, a idéia que expôs outro dia da tribuna da Câmara dos Deputados de que continuaria governando o País como Deputado. Isso aqui nem sequer é um sistema parlamentarista para alguém governar o País como Deputado. Ele não estava entronizando bem a sua posição de ex-Ministro, pois ex-Ministro é ex-Ministro. Ele logo viu que não ia governar país algum, porque estava envolvido em um turbilhão de denúncias, com o seu poder esfarelado, esfacelado.

José Dirceu agora diz que terá posição muito ativa. Ele descobrirá que também não terá. Fará falta a ele o mandato. Fará falta a ele a solidariedade dos seus companheiros. Fará falta a ele até prestígio mesmo físico no seu Partido. Ele descobrirá aos poucos isso.

Abro um parêntesis, Senador Cristovam Buarque, para dizer de um sentimento pessoal. Fui Secretário-Geral do PSDB, hoje não sei o telefone do PSDB. Procuro esquecer mesmo. Fui Ministro de Estado e já não sei os telefones do Palácio do Planalto. Tenho de pedir para alguém, porque não quero saber mesmo. Não lembro o número de nenhum gabinete nos meus mandatos de Deputado e não sei o telefone da Prefeitura de Manaus. O dia em que deixar de ser Senador, fatalmente, por esse mecanismo de autodefesa, vou esquecer os telefones do Senado da República. Ou seja, a idéia de que as posições na vida pública são efêmeras, que elas passam, é essencial para que

qualquer cidadão, qualquer ser humano mantenha o seu equilíbrio psicológico, o seu bem-estar intelectual, sua tranquilidade pessoal.

Ficar imaginando que o mandato de Senador é vitalício é contradizer a Constituição, que diz que é de oito anos. O mandato pode ser renovado por mais oito, por mais oito ou por mais 32, mas depende do povo a cada oito anos. E o Ministro vai aprender duramente.

Parece-me que quem procura pisar mais no chão é o Presidente Lula, que não dá solidariedade a ninguém, que joga qualquer um n'água para se salvar, que demonstra, com clareza, que não tem apego a qualquer pessoa, porque, sobretudo, tem apego à sua posição de poder.

Mas muito bem, o Ministro José Dirceu passa, por meio da imprensa, a idéia de que é um perseguido político. E nós, ao contrário, o vimos como o homem público que mais direito de defesa teve neste País, usufruindo uma democracia para a qual pouco ajudou. A partir do seu retorno do exílio, simplesmente não se envolveu em política. Outros que aqui ficaram contribuíram mais, inclusive V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Não sei se o Ministro José Dirceu daria todo esse direito de defesa, se dono ou até proprietário, como ele se imaginava, do poder. Mas ele teve, exaustivamente, o direito de defesa. Isso colocou nossa democracia à prova e foi um ponto em favor dela. Foi um ponto, sim, em favor da democracia, que sabemos consolidada e que queremos ver cada vez mais arraigada e mais ampliada. Democracia é valor absoluto, sim, num país como o Brasil, e é valor absoluto em qualquer país. Sem democracia não dá para se pensar em qualquer coisa parecida com justiça social ou com prosperidade duradoura.

Entendo, portanto, que o ex-Deputado não é perseguido político coisa alguma. Foi cassado, porque a Câmara se convenceu de que ele tinha ciência e participação no esquema de mensalão. Uma pessoa centralizadora como ele, competente organizador de partido, que centralizava as ações no Ministério, não sabia de Visanet, não sabia do que hoje se reverte em escândalo contra esse Governo? É claro que sabia! Como sei que o Presidente da República também sabia, é evidente que sabia! Não quero depreciar o Presidente, seria depreciá-lo intelectualmente imaginar que fosse um alienado, incapaz de tomar conhecimento das verdades que estavam tão corriqueiramente ocorrendo no seu governo.

Agora eu devo reconhecer que o ex-Ministro Dirceu se portou com bravura. Isso é um fato. Não tenho como não registrar qualquer ponta de admiração pelo seu gesto pessoal de bravura. O ex-Ministro, ex-Deputado foi à última conseqüência, à última instân-

cia; manteve equilíbrio nas suas declarações e revelou mesmo espírito de luta. Aliás, nunca tive a idéia de que ele não fosse um lutador. O seu passado indica que é um lutador, às vezes com boas causas, nem sempre com as melhores causas, mas um lutador.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem um aparte, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, exatamente sobre esse ponto que V. Ex^a aborda, não sei se V. Ex^a viu, deve ter visto, as últimas declarações do ex-Deputado, do ex-Ministro e do ex-Presidente do PT, José Dirceu. Ele diz que continua na política, que passará uns meses nos Estados Unidos – vai cair na real, evidentemente –, mas apóia e vai trabalhar na reeleição do Presidente Lula. V. Ex^a sabe, como eu sei, que ele, com os direitos políticos suspensos, não pode ser candidato a Deputado, a Senador, a Governador, mas pode exercer cargo público.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pode?

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Pode, e acho que isso está na cabeça dele. Na hora em que anuncia que vai trabalhar pela reeleição de Lula, ele está de olho, de novo, em um Ministério. Ele está querendo voltar a ser Ministro de Lula, que o cobriu de mimos. O Presidente disse uma coisa curiosíssima: que o Congresso tinha cassado o José Dirceu sem provas. Veja que quem falou isso foi Lula. Lula o demitiu do Ministério, por quê? Por graça? Com prova ou sem prova, demitiu o José Dirceu, mas queria que o Congresso não o demitisse e, explicitamente, cometeu a incongruência de dizer que o Congresso tinha feito uma coisa injusta, mas que Sua Excelência tinha feito a mesma coisa e era muito justa. Eles estão combinados. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Presidente Lula e o José Dirceu estão combinadinhos. Na hora em que José Dirceu diz que vai fazer a campanha de Lula – e ele está cassado e pode exercer cargo público –, ele está sonhando em voltar a ser aquilo que basta ver o filme “Entreatos” para saber, o grande comandante do espírito petista, o grande comandante da campanha de Lula, o homem que modificava até *script* do programa de televisão. Quando Duda Mendonça sugeria a ele, José Dirceu dizia: “Muda isso”. O espírito dele é do herói, do Dom Quixote, do valente, do orientador, do balizador de ações. Ele está dizendo que não vai abrir mão dessa posição. Eu estou desconfiado, Senador Arthur Virgílio, de que o José Dirceu está em campanha para voltar a ser o primeiro-ministro numa hipotética reeleição de Lula. Digo hipotética, porque estou cada vez

mais seguro de que essa hipótese não vai acontecer. Cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Agripino.

Aliás, eu ia hoje me informar, porque queria saber mesmo a extensão dessa punição. Eu ia perguntar à minha assessoria se, cassado, José Dirceu poderia ser eventualmente nomeado para o Ministério. V. Ex^a me diz que sim. Fica o Presidente Lula com a batata quente nas mãos. É simples, Presidente: ou Vossa Excelência está sendo inveraz, está falando para inglês ver, ou Vossa Excelência considera o Sr. José Dirceu alguém incompatível com qualquer cargo no seu Governo. Não teve cabimento demiti-lo, a não ser para ele provar inocência. Se ele provou, e V. Ex^a acha que ele é inocente, Presidente Lula, por que não o nomeia para o Ministério outra vez? Por que não o reentroniza na Casa Civil da Presidência da República? E, se não o quer lá, por que não o coloca como Ministro da Ciência e da Tecnologia, da Defesa ou de qualquer coisa, do ataque, do meio de campo? Invente um Ministério para ele. Inventou tantos. São 36 Ministérios, hoje, a maioria deles consumindo dinheiro inutilmente!

Eu não sei se o Ministro José Dirceu não vai cair do terceiro andar. Voltamos a Machado de Assis, naquela história de que é melhor cair das nuvens do que do terceiro andar, porque do terceiro andar dói mais.

Talvez ele perceba, daqui a pouquinho, que a sua presença não seja interessante para o Presidente Lula em uma eventual campanha para reeleição. O Presidente Lula vai dizer: “Avisa a ele que, depois da eleição, a gente conversa. Se eu me reeleger, a gente pensa em uma posição para ele, agora não”. Ou ele acha que o Ministro José Dirceu vai dar votos para ele? Se for assim, então não tem ninguém culpado. Ele já falou do *nosso* Delúbio. Então, se não tem ninguém culpado, ele poderia refazer toda aquela equipe. Por que a punição ao Delúbio? Ele disse que o José Dirceu não é culpado. José Dirceu disse que o Delúbio é inocente. Então, por que essa injustiça com essas duas pessoas tão boas, tão prendadas, tão corretas? Por que a injustiça? Por que a injustiça? O Presidente Lula está maltratando companheiros de graça. Por quê?

V. Ex^a não aceitou, homem honrado como é, Senador Cristovam Buarque, ser maltratado por essa gente do Governo e está fora do Governo e fora do Partido. Eu não aceitaria que o meu Partido me tratasse desse jeito. Se eu não tenho culpa de coisa alguma, o Partido vai me segregar? Se eles são tão inocentes, por que a segregação? Por que não enfrentam a opinião pública e dizem: “São inocentes e, agora, um está de volta à Tesouraria do Partido e outro, de volta ao Ministério.”

Então, fica essa coisa meio coluna do meio, essa coisa meio enrustida, tipo “sei que é culpado, mas não posso dizer, eu tenho medo dele”. Em outras palavras, estamos vivendo em certa república do rabo preso. Essa é que é a grande verdade. Acabei de pedir ao nosso Presidente Mão Santa que inserisse, nos **Anais**, pequeno discurso que tentei resumir, mostrando que o Sr. Duda Mendonça foi claramente retaliado pelo Governo quando aqui chegou, abriu a boca, contou que tinha uma conta no exterior e que essa conta tinha financiado um monte de campanha do PT, inclusive do Presidente Lula, em dólar, o que é expressamente proibido pela legislação brasileira. Falou, perdeu as contas da Petrobras. Calou. Há pouco, encaminhei matéria informando que ele recuperou a conta para a propaganda da Petrobras, um grande contrato. É um pouco isto: falou, perdeu; calou, levou.

No entanto, a meu ver, é também a teia complicada e perigosa em que se enredou este Governo. Ninguém pode punir ninguém porque estão todos, mais ou menos, uns nas mãos dos outros. É a república do rabo preso. O Macaco Simão brinca que é a república da língua presa. Não é, Macaco Simão, está enganado. É república do rabo preso. É diferente. A língua pode até ser presa, mas que o rabo é preso, é. Essa é a grande verdade. Ninguém pode demitir ninguém.

A meu ver, combinaram com o Delúbio a sua expulsão. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. “Delúbio, nós temos de dar alguma satisfação. Pelo amor de Deus, aceite”. Se o Delúbio dissesse que não ia aceitar e que iria abrir a boca se fosse expulso, ele estaria até hoje lá. Eu não tenho dúvida do que estou dizendo. Isso não pode dar em coisa boa.

Sr. Presidente, o meu Partido está pronto para se alçar à responsabilidade mais elevada neste momento de crise que se desenha. É uma crise que poderá ter implicações econômicas, a partir da fragilização que temos visto – tipo fratura exposta – do Ministro da Fazenda. A crise econômica mais as questões de Ribeirão Preto fragilizam o Ministro da Fazenda. Idéias esdrúxulas ameaçam tomar conta do cenário econômico.

O Presidente Lula falou, ontem, coisas terríveis. Eu disse a várias pessoas – ao Governador Jarbas Vasconcelos, ao Sérgio Guerra, ao Marco Maciel e ao Presidente Fernando Henrique – que achava que todo mundo leu muito sobre o José Dirceu, mas ninguém tinha lido sobre o encontro da Argentina.

Nesse encontro, o Presidente Lula elogiou demais o tal cocaleiro da Bolívia; elogiou o Presidente Néstor Kirchner, que, a meu ver, perdeu a grande chance de recompor a Argentina, pois está cometendo equívocos na política econômica, insanáveis talvez. Demitir Lavaña foi um erro crucial cometido pelo Presidente ar-

gentino. A Argentina estava tão abaixo do último palmo de terra de um suposto enterro, estava se levantando, não sei se não é uma certa vertente populista que vai triunfar ali. Isso não vai dar certo. Não tem mais como se exigir sacrifícios de um país já tão sacrificado como a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, lembro a V. Ex^a que Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto. Como opositor de Herodes e de Pilatos, Ele disse: “Pai, perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem”. Um minuto a mais para V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

Lula elogiou Hugo Chávez, dizendo que era a solução para a América do Sul. Disse uma porção de incongruências, como uma tolice histórica brutal: que Tevez era o grande traço de ligação entre o Brasil e a Argentina. Meu Deus do Céu! Pelo amor de Deus, Presidente! Já houve outros jogadores até mais populares. Eu sou flamenguista, e o Doval foi uma ligação maior, se é assim.

Vamos falar de arte, vamos falar de cultura, vamos falar de cinema, vamos falar das fronteiras, vamos falar das relações diplomáticas, vamos falar das divergências até, vamos ser profundos, Presidente! Não dá para ser tão superficial assim.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, a meu ver, Sua Excelência está, talvez na sua cabeça, desenhando alterações no encaminhamento da economia.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E isso é grave. O Presidente errou a mão. Não errou na fórmula, a meu ver, errou na mão: poderia ter baixado mais juro e antes. Mas não fez isso.

Imaginar que tem que abrir mão de superávit, abrir mão do ajuste fiscal, abrir mão de controlar a inflação rigidamente, e que isso vai dar certo no Brasil, se essa fórmula heterodoxa não deu certo em nenhum lugar do mundo, é o caminho mais rápido para o desastre.

Então, se o Presidente quiser aceitar alguma opinião, porque conselho eu não daria a uma figura tão ilustre, eu diria: Presidente, não jogue o que possa restar da sua alma política nessa sua reeleição, porque o senhor pode desgrçar a sua biografia de vez e complicar por várias gerações este País.

Por enquanto, era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como orador inscrito, por cessão do Senador Marco Maciel.

Tínhamos anunciado o Senador Cristovam Buarque, mas S. Ex^a está premiado pelo art. 17º do Regi-

mento Interno, porque usou a palavra várias vezes em defesa da educação e do povo brasileiro. Então, S. Ex^a usará da palavra em seguida. Também está inscrito o Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como orador inscrito, por cessão do Senador Marco Maciel. S. Ex^a terá, regimentalmente, quinze minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, V. Ex^a, que é um assíduo frequentador do plenário e que exerce a Presidência com muita frequência, com competência e com espírito democrático, é testemunha de que eu, pessoalmente, estive nesta tribuna na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira e hoje, sexta-feira. Estive aqui porque fui eleito para exercer um mandato, que, pelo resultado das urnas, está sendo exercido em nome da Oposição. Quem ganha a eleição é Governo, quem perde a eleição é Oposição. Nós perdemos a eleição presidencial, e o povo quis que o PFL, meu Partido, fosse para a Oposição.

E tenho vindo aqui com muita frequência. Sou obrigado a vir aqui com muita frequência. O dever da Oposição, Presidente Mão Santa, não é agradável, mas é um dever de ofício.

Eu preferia não falar aqui sobre a queda do PIB de 1,2% neste trimestre, porque é algo que infelicitava todos nós, brasileiros. Ficamos com inveja dos países emergentes que, no mesmo período, cresceram 4,2% em média, e nós, em vez de crescermos como os outros emergentes – em média, os emergentes cresceram 4,2%; incluídos aí a Índia, a China, a Argentina, a Venezuela, o Uruguai, o México –, caímos 1,2%. Isso significa desemprego à vista. Seis meses para frente, desemprego à vista, produto claro da incúria ocorrida na área econômica na calibragem dos juros e na conseqüente valorização do real frente ao dólar, prejudicando as exportações brasileiras e prejudicando, de forma letal, a agricultura brasileira, que ia tão bem. A agricultura brasileira ia muito bem pela força dos agricultores brasileiros, que, de forma competente, estavam produzindo, oferecendo recorde de produtividade e vendendo a preço competitivo. De repente, puxam eles para baixo. Quem puxa? O Governo. Com quê? Com a valorização excessiva do real – os insumos caros, as máquinas caras, o crédito curto e o faturamento baixo. Resultado: queda do PIB.

Por que denunciemos? Porque queremos que este Governo acerte. Por que nós, aqui, tantas vezes, falamos sobre a taxa de juros? Fizemos as contas de quanto significava meio por cento a mais na taxa de juros, quanto significava isso comparado à perversidade do que o Governo fez na reforma da Previdência, na contribuição dos inativos. Fizemos muitos alertas para que o Governo, não que fosse nos atender, mas,

movido pela pressão dos argumentos, tomasse alguma providência em nome do interesse coletivo da sociedade, uma providência para que o cidadão não ficasse prejudicado, para que o agricultor brasileiro não estivesse, hoje, perdendo noites de sono com a quebra à vista. Somos obrigados a fazer isso.

Não é agradável para mim comparecer ao depoimento do Sr. Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae e amigo pessoal do Presidente Lula, para inquiri-lo no limite máximo, para mostrar que ele fez um malfeito, que ele está metido numa enrolada de conversas fiadas, de diz-que-me-diz-que. “Não, não é bem assim”. Que ele pagou um empréstimo do Presidente Lula, porque o Presidente disse que não tinha; que pagou com carteira de identidade do Presidente Lula, que foi despesa de viagem, que, não, não foi bem assim. Sou obrigado a fazer isso, porque a população brasileira delegou ao meu Partido o sentimento da Oposição, a interpretação da Oposição. É meu dever fazer isso; e vou fazê-lo o tempo todo, o tempo todo.

Não é nada agradável comparecer ao depoimento dos responsáveis pelas investigações do assassinato do Celso Daniel, ocorrido ontem. O Ministério Público, o delegado de polícia, o Tribunal de Justiça, todos mostravam que, no entender deles, aquelas pessoas tinham responsabilidade, Senador Mão Santa. Eles não vêm aqui conversar fiado, nem mentir. Eles não têm *parti pris*, eles não têm lado, não; o lado deles é a justiça. E vieram aqui dizer que o crime foi de mando. É crime político, sim. Eles disseram que o Gilberto Carvalho, do depoimento de todos os postos, era estafeta de dinheiro estorquido em Santo André e levado para José Dirceu. Somos obrigados, portanto, a investigar, a apertar o parafuso para que a verdade apareça. É dever da Oposição.

Aí, chego, hoje, aqui, numa sexta-feira, abro os jornais e vejo mais uma denúncia: dez mil notas fiscais frias de Marcos Valério. Olha, Senador Mão Santa, isso vai dar muito o que falar! As informações são de que existem notas frias de R\$35 milhões para o Visanet. Nota fiscal fria significa que o esquema de Marcos Valério, o valerioduto, para lavar dinheiro público, dinheiro do povo, dinheiro pago pelo imposto do povo, emitia nota fiscal falsa para justificar uma despesa. O Visanet pagava R\$35 milhões, a empresa de Marcos Valério oferecia uma nota fiscal de R\$35 milhões, nota fiscal de serviço não prestado, e esses R\$35 milhões iam parar aonde? Supõe-se que nas mãos do PT. Supõe-se, supõe-se, não estou afirmando isso, mas supõe-se. A Polícia Federal acabou de descobrir o fato. Os órgãos de criminalística estão fazendo a perícia, e isso vai produzir grandes esclarecimentos.

O que raciocino? O fogo amigo está produzindo resultados. Na medida em que guerras de quadrilhas se estabelecem, um denuncia o outro. O lamentável

incidente do ônibus incendiado foi guerra de quadrilha, que produz fatos indesejáveis, mas, às vezes, produz fatos desejáveis.

Quero supor que a informação dessas dez mil notas frias, que deviam estar muito bem guardadas e que estavam ali, para que a Polícia Federal fosse buscá-las, foi dada por alguém que teve o interesse contrariado; interesse contrariado que vai terminar coincidindo com o interesse nacional, que é o de identificar os culpados. Quem é que foi buscar dinheiro público para lavar no valerioduto e entregá-lo nas mãos do PT, que é o que estamos investigando, em busca de provas?

Esse é o fato do dia junto com um outro fato. Senador Cristovam, V. Ex^a leu a notícia de que o TSE, ontem, condenou o Presidente Lula? Esse é um fato inédito. O Presidente da República está condenado a pagar multa de R\$30,9 milhões por infração à lei eleitoral.

V. Ex^a sabe, porque lê jornal até mais do que eu, possivelmente – ou tanto quanto eu –, que o Presidente Lula vive dizendo que a Oposição iniciou o processo eleitoral, que as denúncias são produto da antecipação do processo eleitoral, que tudo o que a Oposição faz é com interesse eleitoral, que o processo está antecipado pela Oposição. O rei está nu! Quem é que antecipou o processo eleitoral? Ele, condenado pelo TSE, porque antecipou o processo eleitoral e, por isso, foi multado, por peças publicitárias divulgadas em julho. A Oposição não disse nada, foi o TSE que o disse. A Oposição moveu uma ação, e o TSE, pelo voto de minerva do Presidente Carlos Velloso, decidiu que o Presidente da República deveria, de forma singularíssima, pagar R\$30,9 milhões de multa pela infração à lei.

Que o Presidente Lula nunca mais fale que a Oposição está antecipando o processo eleitoral, porque quem está antecipando o processo eleitoral de verdade, de forma provada, julgada é ele: Luiz Inácio Lula da Silva. Vou eu me calar? Não posso.

Senador Arthur Virgílio, nem eu posso, nem V. Ex^a pode; nenhum de nós pode. A população brasileira não perdoaria, como não nos perdoaria se o resultado da votação do processo de cassação do Deputado José Dirceu fosse diferente do que foi. Nós tínhamos a obrigação de fazer o que fizemos: ameaçar, até com a obstrução da votação do Orçamento, para que aquele processo fosse julgado. Temos contas a prestar à opinião pública.

Quando desembarco no aeroporto de Brasília, de Porto Alegre, de São Paulo ou do Rio, as pessoas olham para mim, cumprimentam-me, mas algumas me cobram e dizem: “Preste atenção, Senador! Olhe o que está fazendo! O senhor me representa! Não admita pizza!” E não falam brincando, não; falam para valer.

Se trastejarmos, vamos nos nivelar com os Marcos Valérios. A nossa obrigação é estar aqui, vigilantes,

para corrigir rumos, para consertar o errado, porque devemos contas à opinião pública e à sociedade.

Para terminar, Senador Mão Santa, uma notícia que reporto importante: na quinta-feira, ontem, a Executiva do meu Partido, o Partido da Frente Liberal, o PFL, criou oficialmente, por decisão unânime da Executiva, o Núcleo de Estudos Sociais, composto por várias figuras, a começar pelo Secretário Marcelo Aguiar, do Município do Rio de Janeiro, que é um *expert* em estudos de programas sociais com responsabilidade, composto por vários homens e mulheres; vários membros com *expertise* indubitável e por Parlamentares com uma visão social aguda.

O que é que vamos fazer? O PFL é um Partido que, como qualquer outro, almeja o poder e tem a obrigação de fazer avaliação crítica do que está feito.

Os programas sociais do atual Governo têm uma porta de entrada, não têm porta de saída. Senador Mão Santa, sabe do que o atual Governo se vangloria? Do número de inscritos no programa Bolsa Família. Vangloria-se de exibir o número dos pobres, quantos pobres existem. Este Governo se vangloria, se gaba dos inscritos no programa Bolsa Família.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Se vangloria da exibição dos números da pobreza, quando deveria se vangloriar era do números dos pobres que deixaram de ser pobres por ação de governo. Não é isso o que ele faz.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a toca num ponto nevrálgico, Senador José Agripino, porque o Presidente, na campanha, ou seja, antes de o ser, era inveraz, confundindo pobres com miseráveis. E isso é terrível do ponto de vista do processo de tomada de decisões no plano administrativo. Ele dizia que eram 42 milhões de miseráveis no País, quando poderia haver, talvez, 42 milhões de pobres, não de miseráveis. Então, se alguém confunde os números, vai se confundir também no processo de tomada de decisões, no processo decisório. Depois, V. Ex^a toca em algo que para mim é palmar. O Presidente, trabalhando de forma populista essa questão das políticas compensatórias, estabelece sua porta de entrada e não prevê a auto-suficiência das famílias envolvidas e arroladas, precisamente porque seu objetivo não é nem sequer a auto-suficiência das famílias, mas a eleição, pura e simplesmente. É o voto, é a popularidade fácil. E nós sabemos que esse programa vai inchando, inflando, inflando, inflando e, em algum momento, estoura como um balão. Em algum momento, ele deixa de assistir até os que nele estão inscritos com toda justeza. É preciso a porta de entrada, mas num planejamento muito

concreto, ou seja, isso deve significar a melhoria da educação, deve significar um esforço interdisciplinar do Governo para que cada família daquelas, depois de um certo prazo, saia pronta para os desafios da vida, para que outra família carente entre no seu lugar. Mas na cabeça dele, não; na cabeça dele, não. Na cabeça dele, vale o voto, vale o jogo da simpatia fictícia. Enfim, é um período duro. Eu, ontem, dizia a um amigo que, infelizmente, é esse o Governo que dirige o País numa hora tão virtuosa da economia internacional. E graças a Deus, paradoxalmente, é uma hora tão virtuosa da economia internacional essa em que o Governo dirige o País, porque imaginem se fosse um momento de agrura internacional, de recessão internacional, de retração da economia mundial. Imaginem juntar a incompetência com esses escândalos, tudo junto, e, mais, com a desorientação do Governo Lula. Onde estaríamos nós? Então, está aí essa história de crescimento, no ano que vem, de 2,5%, se muito, porque os outros países estão crescendo muito. A China, sozinha, é responsável por 28% do crescimento mundial. Está comprando tudo. E vamos aqui alertar e colocar os números – chamo a atenção do Senador Cristovam Buarque e de V. Ex^a : para o Brasil crescer 2,5% no ano que vem, ele precisará, no último trimestre, crescer, anualizadamente, 9%. Esse último trimestre, anualizado, terá que representar 9%, isso para atingir 2,5%. Então, eu posso assegurar que isso não acontecerá. Isso não sucederá. Não há prognóstico de que seja assim. Então, o Brasil que se prepare para um crescimento abaixo de 2,5%. Aí, 0,5% mais 4,9%, 5,4%; mais 2,2% e são 7,6%, que serão divididos por três. Estamos, numa hora virtuosa da economia internacional, condenados ao crescimento das épocas em que o Brasil vivia as agruras das crises manifestadas pela globalização. Portanto, é uma hora dura, dá uma certa tristeza, mas V. Ex^a vai sempre no rumo certo e da lucidez. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a enriquece o argumento do programa social como porta de entrada e porta de saída.

Vou contar uma história e queria que me ouvisse, porque me lembrei dela enquanto V. Ex^a falava.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a completou os 15 minutos e há oradores inscritos, mas termine tranquilamente, porque o País todo admira muito V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou procurar concluir rapidamente.

Este Governo não se preocupa. Ele cria o Programa Bolsa-Família e a sua meta é nele inscrever 12 milhões de pessoas, para ter a certeza de que vai para o segundo turno por esses eleitores, que vão encabeçar os familiares e levar o voto em Lula para o segundo

turno. Esse é o raciocínio que faço. A ele não interessa outra coisa e só fez a correção de rumo quando as TVs e os meios de comunicação denunciaram que a contrapartida da exigência, por exemplo, da frequência escolar não estava sendo considerada.

O programa social levado a efeito eu aplaudo, mas quero que ele seja bem-feito.

Se eu fosse Presidente da República algum dia, jamais acabaria com o Bolsa Família, mas o conservaria. Não faria o Bolsa Família puro e simplesmente dando dinheiro à família, sem cobrar uma contrapartida, por exemplo, da frequência da criança na escola como exigência inarredável, ou de os inscritos terem a obrigação de frequentar cursos de profissionalização, de qualificação profissional, de orientação vocacional, como forma de preparar as pessoas para saírem da pobreza. O dinheiro do Bolsa Família seria a porta de entrada e a isca, mas isso geraria obrigações. Geraria uma reconfecção da cabeça da pessoa, que não estava voltada para aprender a ler e a escrever, a se qualificar para ser alguma coisa, mas que seria obrigada a fazê-lo porque o Governo lhe ofereceria a oportunidade de ascensão e de inclusão social produtiva.

No entanto, a atitude paternalista do Governo não obriga às coisas produtivas e quer apenas manter a dependência, fazer com que aquele cidadão e a sua família sejam dependentes, meramente dependentes.

Senador Cristovam Buarque e Senador Arthur Virgílio, vou contar algo, rapidamente, a V. Ex^{as}: há três anos, mais ou menos, estive em Ouro Preto. Quando parei na igreja principal, fui abordado por um garotinho, mirradinho, magrinho, que passei a chamar de Noninho. Ele se ofereceu para ser meu guia. Nós o chamamos e o colocamos no carro, malvestidinho, sandalhinha japonesa. Esperto, inteligente, arguto, ele nos levava para todo canto. Na sua sabedoriazinha ingênua, levou-nos até ao restaurante onde lhe davam de comer. Eu e minha família ficamos encantados com a criança. Fiquei encantado com a criança. No final do primeiro dia, levei essa criança para a sua casa, no meu carro. Conheci a sua mãe e a sua irmã. Moravam numa tapera com um único bico de luz. Dei-lhe uma gorjetinha e combinei, no dia seguinte, continuarmos a peregrinação pelos lugares de Ouro Preto e Mariana. Ele nos cativou pela humildade e, ao longo da convivência, perguntei de que eles viviam. Ele me disse que viviam dos biscates que ele trazia para casa e do Bolsa Família. Perguntei-lhe se no programa Bolsa Família exigia-se a frequência escolar. Ele me disse que não. Eu perguntei se ele estava estudando e ele me disse que sim, mas porque queria, não porque exigiam dele. No final da viagem – essa criança me marcou de forma indelével. –, levei-o a uma loja para comprar um tênis, porque a coisa que ele mais queria na vida era um tênis. Comprei tênis para ele, camisinha, calcinha

nova, um calçãozinho e, no final, ele perguntou se eu poderia comprar tênis para a irmã dele. Eu comprei tênis para a irmã dele e fomos levá-lo para casa à noite, de novo. Foi uma festa na casa.

Aqui e acolá, recebo uma carta dele e a coisa que eu mais lhe pergunto é se continua a estudar. Ele continua a estudar, mas não por exigência do Governo, que dá o Bolsa-Família à sua mãe, mas não exige dele aquilo que eu peço e sobre o que pergunto: se ele continua a estudar. Da última carta feita por ele, já com a sua letrinha – uma cartinha primorosa, bem-feitinha, arrumada –, vão-se três anos. Isso mostra que ele está, realmente, aprendendo a ler, a escrever e está encaminhado na vida, mas por decisão própria, não por exigência de um Governo que, na verdade, cria programas sociais com porta de entrada e sem porta de saída.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, o Senador Cristovam Buarque está entre os oradores inscritos, assim como o Senador Valdir Raupp.

Usando o espírito da lei, fui verificar as suas idades. Estão ambos enquadrados no art. 17, que considero uma medalha, porque isso significa que já usaram muito a tribuna em defesa do povo.

Assim, Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a irá usar logo a palavra, beneficiado pelo espírito da lei e passando à frente do Senador Valdir Raupp, já que V. Ex^a veio ao mundo antes dele, o que é um mérito.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, para a conclusão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou seguir com muito gosto a sua orientação, porque V. Ex^a tem espírito democrático e, quando pede, tem autoridade para fazê-lo.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a benevolência de V. Ex^a e dizendo que se aqui cumprimos o dever de oposição, de denunciar, também trazemos as boas novas.

O meu Partido criou esse núcleo de estudos de programas sociais como forma de apresentar ao País um programa com qualidade de governo, não com demagogia. E qualidade de governo começa por entender a realidade do Brasil, da pobreza, dando a ela a oportunidade de entrar e sair.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero dizer que me constrange pedir a V. Ex^a que conclua, mas, ao mesmo tempo, solicito ao eficiente Secretário-Geral Dr. Raimundo Carreiro da Silva que pegue um discurso de V. Ex^a e, na próxima edição dos melhores discursos do Senado que for lançado em livro e em disco, inclua o de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa, do PFL do Piauí.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito este pequeno momento para dizer que causou-me estranheza a notícia que saiu hoje, em todos os jornais, dizendo o seguinte: “Petrobras renova contrato com Duda Mendonça por 1 ano”.

Penso que isso não tem lógica, pois o Sr. Duda Mendonça está **sub judice**, sob investigação. O contrato dele terminou. Tudo bem que se cumprisse o contrato até o final, mas não renová-lo sem licitação.

Por conta disso, vou entrar com representação no Tribunal de Contas para suspender a renovação desse contrato até que o Sr. Duda Mendonça seja inocentado ou condenado.

A Petrobras que faça uma licitação. Não é uma coisa urgente, nem emergente. A Petrobras tem um mercado só dela. Então, não precisa de propaganda. A propaganda para a Petrobras é complementar, não é como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

O Presidente da Petrobras é um militante do PT. O Sr. José Sérgio Gabrielli, inclusive, apareceu no programa eleitoral do PT, pedindo voto. A maior empresa do Brasil, coisa nunca dantes acontecida.

Então, penso que o Tribunal de Contas tem de suspender essa renovação, que não é urgente nem relevante, e fazer o mais rápido possível uma licitação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Gostaria de complementar que a melhor propaganda para a Petrobras seria diminuir o preço da gasolina, do óleo e do gás de cozinha, que é dez vezes mais alto do que o da Venezuela, de Hugo Chávez, que tanto conversa com o Lula.

Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero secundar o Líder da Minoria na Câmara, Deputado José Carlos Aleluia, quanto à necessidade de o Congresso – e faço a provocação aqui também, pelo Senado Federal – interpelar o Procurador Bruno Accioly, que queria quebrar sigilo de fonte de um jornalista, ou seja, quebrando uma das espinhas dorsais da imprensa livre e, portanto, da democracia que temos de preservar.

Portanto, faço, neste momento, a provocação à Mesa do Congresso, secundando o Deputado José

Carlos Aleluia e instando o Congresso a interpelar, judicialmente, o Procurador. Que ele não venha, porque não vamos permitir atitudes desse tipo nem cerceamentos a um dos primados, a um dos princípios basilares da democracia, que é a imprensa livre e, portanto, o direito de se fazer da crítica um instrumento para aperfeiçoamento das instituições e da civilização deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para substituir a palavra “secundando” por “emparelhando”, porque a grandeza de V. Ex^a não lhe permite ser liderado pelo Deputado José Carlos Aleluia.

Concedo a palavra, que, por Montesquieu, é facultada ao Senador Cristovam Buarque, pelo mérito de idade, mas, a critério de S. Ex^a, transferida ao Senador Valdir Raupp, que é do nosso PMDB do Estado de Rondônia.

V. Ex^a, regimentalmente, tem direito a usar a tribuna por 15 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, agradeço ao nobre Senador Cristovam Buarque por ter permutado comigo, em função de um compromisso. Então, meus sinceros agradecimentos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa fazer investimentos de grande porte no setor elétrico e reduzir a burocracia nas concessões de novos projetos energéticos para não frear o desenvolvimento do País, alertam especialistas do setor elétrico brasileiro.

Estamos vendo o trem do desenvolvimento passar ao redor do mundo e muitos países estão crescendo em um ritmo mais acelerado do que o do Brasil. É lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que um País como o Brasil, com as potencialidades que possui, esteja crescendo a esse pífio índice de dois pontos qualquer coisa ao ano.

A nosso ver, o setor elétrico brasileiro necessita anualmente de investimentos da ordem de R\$16 bilhões para garantir a oferta de energia, mas, por diversas razões, que vão de impedimentos burocráticos à alta carga tributária, os recursos não chegam com a fluência necessária.

O setor elétrico está diante do desafio de retomar os investimentos e para isso é preciso dar segurança e rentabilidade aos que investem no País.

A expansão do setor elétrico é a grande preocupação atualmente, pois não há nada programado para entrar em operação no País entre 2008 e 2009.

A postura da indústria é de muita apreensão com relação ao futuro da energia. Esperamos que os in-

vestimentos venham e que nós tenhamos energia em abundância para sustentar o crescimento do País.

Além dos investimentos, o Brasil precisa agilizar os trâmites burocráticos para a construção de novos projetos energéticos, em particular de centrais hidrelétricas, que freqüentemente tropeçam nas licenças ambientais e nos elevados impostos.

Uma licença ambiental para um projeto energético no Brasil pode demorar mais de vinte meses para sair, o que espanta os investidores, dizem os especialistas, Sr. Presidente.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia, a licença ambiental do gasoduto Urucu-Porto Velho, projeto que tanto tenho defendido desta tribuna e que recebeu o apoio de outros Parlamentares, como os Senadores Rodolpho Tourinho, José Jorge, Delcídio Amaral e tantos outros Senadores que defendem esse setor, já se arrasta há quatro anos, período em que estivemos trabalhando, desde que eu era Governador do Estado de Rondônia. Naquela época, criamos a companhia de gás, a Ron-gás, para receber o gás da bacia do Urucu e alimentar a planta de 360 megawatts da Termonorte, em Porto Velho, que gera energia para o Acre e Rondônia. Esse projeto, essa planta, está consumindo 1,5 milhão de litros de óleo *diesel* por dia, e a licença do gasoduto não sai, para produção de energia mais limpa e mais barata para o consumidor, para mover a frota veicular, principalmente de táxi e de ônibus de Porto Velho e do Estado de Rondônia, que está aguardando há quatro anos por esse projeto.

Recentemente, o Ibama licenciou as duas pontas do gasoduto, mas deixou o meio. Por quê? Porque este ano, depois de quatro anos, criaram uma reserva ambiental no meio do traçado do gasoduto.

Não quero fazer juízo errado, mas acredito que isso tenha sido feito para impedir a construção do gasoduto. Não pode ter acontecido outra coisa. Como, depois de quatro anos de luta por um projeto, por uma licença ambiental, sai a licença para as duas pontas e não para o meio? É como se fosse pedir licença para construir um prédio de oito andares e fosse dada licença apenas para o início e o fim. Como se vão construir os andares de cima sem os andares do meio?

Faço um apelo veemente ao Ibama nacional e ao Governo Federal para que liberem o mais rápido possível a licença ambiental desse gasoduto, para que tenhamos energia mais limpa e mais barata no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor elétrico não é contra as normas ambientais, apenas pede precisão e agilidade na análise dos projetos por parte dos respectivos órgãos.

Acreditamos também que precisamos de menos impostos para as empresas elétricas e para o setor de

infra-estrutura em geral, como forma de estimular os investimentos e fomentar o desenvolvimento nacional.

Sr. Presidente, a carga tributária do setor elétrico chega a 50,58%, quase 51%. Quem vai suportar isso? Por isso, as contas de luz são caras e as empresas têm medo de investir hoje. Além dos entraves burocráticos do Governo, as empresas têm de arcar com essa carga tributária monstruosa.

O potencial existente de energia hídrica, no Brasil, principalmente na região Norte, permite-nos solucionar o problema de escassez de energia, com menores custos, não poluindo o ambiente, gerando emprego e renda, alavancando o desenvolvimento nacional.

Para encerrar, Sr. Presidente, falarei das potencialidades de Rondônia, das usinas do Complexo Madeira. São duas usinas que gerarão em torno de 7.000 megawatts: Cachoeira do Girau e Cachoeira de Santo Antônio. Há ainda a Cachoeira Esperanza, na divisa entre o Brasil e Bolívia, que seria mais uma usina binacional. Ainda há também a Usina do Beni, na qual o Brasil poderia ser parceiro da Bolívia e construir outra grande usina naquele rio. Dessa forma, apenas o potencial de Rondônia poderia gerar em torno de 14 a 15 mil megawatts. Seria mais que uma Itaipu. Se somar Belo Monte, no Pará, o Brasil estaria, por 20 a 30 anos, abastecido em geração de energia elétrica.

É esse o apelo que faço ao Ministro de Minas e Energia, um Ministro ágil, do PMDB, dinâmico, que galgou várias posições em poucos anos, que saiu da presidência das centrais do Maranhão, de Roraima, que passou para a Presidência da Eletronorte, depois para a Presidência da Eletrobrás e, agora, é Ministro das Minas e Energia. Silas Rondon tem competência, capacidade e dinamismo para alavancar esse setor no nosso País, somando a força do Presidente da Eletrobrás, Aloisio Vasconcelos, do Presidente da Eletronorte e de tantos outros homens públicos à frente desse setor.

Sr. Presidente, peço agilidade também nas obras da linha de transmissão. Foram iniciadas as obras de Jiparaná a Vilhena. Estão caminhando para a interligação do sistema nacional que sai de Jiparaná, onde parou o Linhão de Samuel, e chega a Jauru, no Mato Grosso, mas essa é a segunda etapa. A primeira foi até Jiparaná. A segunda etapa, que está em fase de construção, vai de Jiparaná a Vilhena, passando por Cacoal e Pimenta Bueno. A terceira etapa seria a conclusão da interligação de Vilhena a Jauru no Mato Grosso.

Peço ainda por uma obra menor, não de menor importância, porque vai atender à população carente do Vale do Guaporé. Uma linha de transmissão que não ficaria muito cara. Passei isso às mãos do Ministro Silas, que prometeu agilidade. Essa linha vai interligar a BR-429, de Presidente Médici a Costa Marques, na fronteira com a Bolívia, passando por Alvorada, São

Miguel, Terra Boa, Seringueiras, São Francisco, São Domingos e chegando à fronteira com a Bolívia em Costa Marques, onde os racionamentos de energia elétrica são freqüentes e, muitas vezes, causam prejuízos sérios à população e impedem o desenvolvimento dessa grande região do Vale do Guaporé.

Sr. Presidente, encerro, contribuindo com o Senador Cristovam Buarque, pois ainda tinha alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Regimentalmente, V. Ex^a ainda tem cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Vou encerrar, porque já é tarde e o nobre Senador, que permutou o tempo dele comigo, está aqui também à espera para falar.

Encerro aqui, agradecendo mais uma vez ao Senador Cristovam Buarque pela generosidade de ter permutado comigo o seu tempo.

Um abraço, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, que estava enquadrado no art. 17. S. Ex^a ficou aí de castigo, ele que foi Ministro da Educação, em obediência ao Regimento Interno. Mas, a tempo, quero comunicar ao País que hoje tive a felicidade de ler um artigo escrito pelo Professor Cristovam Buarque, Senador da República, no **Jornal do Commercio**: “Assaltos Invisíveis”, que vêm da corrupção, desde Pedro Álvares Cabral, passando por Dom João III, que criou as Capitânicas Hereditárias, e chega ao ápice, a maior corrupção, nos dias que vivemos hoje. Isso nos faz lembrar Rui Barbosa: você vai ter vergonha de dizer que é honesto.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero dizer que não considero castigo ficar aqui dentro, apesar desse frio do ar condicionado, mas temo é que lá fora, longe, em todos os rincões deste País, achem castigo assistir os nossos programas, porque estamos transformando o exercício da política em uma espécie de campeonato para ver quem ganha: se a propaganda do Governo ou se as críticas da política de oposição. Isso está me trazendo a sensação de um vazio em nosso debate político. Não que não sejam necessárias as divulgações das obras, e também, sobretudo, parecem-me fundamentais as críticas que tenham que ser feitas ao Governo, quase todas elas com muita substância, como, aliás, faz V. Ex^a, um dos que mais trazem essas críticas. Mas, o que talvez esteja cansando lá atrás é o vazio de ficarmos apenas basicamente nisso.

A política, no Brasil, se transformou em um espetáculo, e um espetáculo do tipo campeonato de futebol, com disputas entre os que fazem propaganda e os que fazem críticas, sem trazermos, além dessas duas coisas necessárias, uma orientação, um rumo, uma proposta para o nosso País. V. Ex^a é um dos que mais citam aqui os grandes nomes que passaram por esta Casa. E, quando analisamos os debates que aqui ocorreram ao longo de décadas e décadas, percebemos que, ainda que houvesse sempre situação fazendo propaganda e oposição fazendo crítica, havia também um meio-campo fazendo propostas, construindo o futuro. E isso talvez nunca antes tenha sido necessário fazer; talvez nunca antes tenha sido tão pouco!

Vejam o que aconteceu ontem com a cassação do ex-ministro José Dirceu: o que sentimos é como se houvesse um vazio no dia seguinte, porque já não se tem quase de que falar, porque nos concentramos tantos meses nessa disputa que esquecemos os problemas substanciais que temos neste País. Esquecemos, por exemplo, uma economia que constrói uma sociedade brutalmente desigual. E, quando acontece, foi como vimos nos últimos dias: um debate sobre a redução na miséria.

Ouvi aqui o Senador José Agripino falar que deveríamos dizer quantos saem da miséria, quantos saem da pobreza e não quantos ficam sobrevivendo valendo-se do Bolsa Família.

Mas há algo mais grave: a lógica utilizada para medir a redução da pobreza foi equivocada. Foi uma lógica baseada na transferência de renda, e de uma renda muito pequena, que de fato não tira as pessoas da miséria. É falsa a idéia de que essas pessoas saíram da miséria, por duas razões: porque a renda transferida é muito pouca e porque a lógica que serve de base para isso é equivocada.

A saída, a porta de saída da pobreza, da miséria é a oferta dos bens e serviços essenciais à população. A educação em primeiro lugar, porque ela, além de uma necessidade, é um vetor, é um caminho, é um motor para a superação dos problemas.

Vimos na semana passada um ônibus sendo queimado com pessoas dentro. E isso mereceu pouco tempo dos nossos discursos. Não aquele fato específico, mas o que está por trás de construirmos uma sociedade onde isso acontece.

Não basta punir aqueles que cometeram o ato criminoso, como, aliás, outros bandidos já puniram. Não somos policiais. O papel do Senado é o de construir o futuro, até para que um dia se precisem de menos policiais nas ruas, pela pacificação das nossas cidades.

Não estamos discutindo aqui um País indefeso diante da violência. Não estamos discutindo, sobretudo, um País preso a uma política vazia e desconfiando de toda política.

Por isso, Sr. Presidente, esperei esse tempo para dizer que está na hora de sairmos desse debate, campeonato de propaganda e crítica, e cairmos em um campo do concreto, que, a meu ver, hoje, Senador Mão Santa, teria três grandes caminhos.

O primeiro é o Senado, o Congresso, tentar retomar o sentimento de nacionalidade no Brasil. Perdemos isso. Este País está se diluindo na globalização. A cada dia, somos menos brasileiros e mais cidadãos globais, aqueles que penetram na globalização e aqueles que ficam de fora. No entanto, o sentimento de Nação, pela língua, que todos deveriam falar e ler bem, por um País que defende a sua cultura, cada vez mais se dilui. Cada vez mais, a produção nacional substitui-se por importações, graças à mágica da OMC, que ajuda a diluir a nacionalidade, mesmo em coisas positivas de melhoria do produto que consumimos.

A retomada da nacionalidade é um item que tem de entrar nesta Casa; o segundo é a redução da desigualdade. Não essa falsa redução, do aumento de alguns centavos na renda das pessoas categorizadas como miseráveis; não. A reversão da desigualdade por meio de dois caminhos básicos. Um – não vou tomar muito tempo porque já dizem que é uma mania – é a educação, universal, em horário integral, de qualidade para todos os brasileiros. Em horário integral, com professores bem remunerados e escolas bem equipadas, para que esses jovens de hoje se transformem naqueles que vão construir o Brasil do futuro.

O outro caminho para a reversão da desigualdade é a retomada do crescimento. Mas não de qualquer crescimento, pois alguns terminam aumentando a pobreza, como vimos no Brasil nos últimos 30 anos. A economia precisa crescer a partir da base, e não do topo. Temos de mudar a visão que tomou conta deste País, de que, por intermédio de uma indústria de automóvel, terminaríamos por beneficiar lá embaixo o pobre flanelinha que faz ginástica na frente do carro para ganhar alguns centavos. Podemos fazer o contrário: por meio da educação e de emprego para essas pessoas que estão lá embaixo, vamos conseguir fazer com que alguns precisem mesmo comprar carros e possam comprá-los.

Se mudássemos, por exemplo, a situação de transporte da criança para a escola, gerando uma indústria automobilística de transporte coletivo, chegaríamos lá em cima, ao engenheiro que constrói esses ônibus e que poderia comprar seus carros. É o crescimento pela base, que pode vir com a reversão da desigualdade. O crescimento pelo topo não vai trazer a igualdade.

Depois da retomada da nacionalidade, da reversão da desigualdade, o terceiro item é a recuperação da credibilidade da política no Brasil. Não há país sem política. Vejo tantos dizerem que não gostam de política, mas, na verdade, têm direito de dizer que não gostam de nós, os políticos de hoje.

Quando duas pessoas se encontram ou é por amor ou é por política; não tem outro jeito. Quando se tomam decisões ou é por amor ou é por política, com duas pessoas. Quando forem três, já será só por política. É a política que vai dizer como se escolhe para onde ir. Quando cinco meninos se juntam, por exemplo, para ir ao cinema, eles escolhem o filme a que vão assistir por política: ou a política daquele que é dono do carro impõe e o filme que quer ver; ou a política do poder, da cultura, daquele que convence qual é o melhor filme; ou a política da democracia, em que se discute para onde quer ir a maioria.

Essa política tão necessária e fundamental para o sucesso do Brasil, para conduzir até o caminho, está em crise, sobretudo por aquilo de que falei no começo: pelo vazio que as pessoas estão vendo e sentindo, da política transformada num espetáculo de um campeonato entre a propaganda do Governo e a crítica da Oposição. Os dois até podem ter razão, mas não são suficientes. Não vamos construir um Brasil novo apenas com esse enfrentamento.

É preciso trazer as propostas que retomem a nacionalidade, as propostas que revertam as desigualdades, que mudem a educação, que façam o crescimento pela base e propostas muito claras, que tragam de volta a credibilidade. Quando falo em credibilidade, não falo apenas em nós, políticos deste País, não roubarmos, pois é essa a imagem que passamos. Eu falo também na credibilidade de fazermos um Orçamento a serviço dos interesses do povo e da Nação, e não um Orçamento que votamos muitas vezes sem saber o que estamos votando.

Eu coloco, por exemplo, Senador Mão Santa, a idéia da estabilidade monetária não apenas como algo da economia das finanças, mas como parte dos instrumentos da credibilidade da classe política. Governo que traz de volta a inflação será governo sem credibilidade, mesmo que não roube.

Pois bem. Nós precisamos trazer esse desafio aqui para dentro, e o que vemos aqui é muitas vezes esse campeonato da propaganda *versus* crítica. Às vezes, ganha a crítica, às vezes ganha a propaganda, e tudo continua igual lá fora. São como os jogos de futebol: quando terminam, alguns ficam contentes, outros ficam tristes, e o Brasil continua igual. A cassação ontem do ex-Deputado José Dirceu, mesmo que traga a sensação de que se está fazendo justiça diante de alguns equívocos que ele tenha cometido – e eu não entro nesse julgamento, porque briguei muito com ele quando ele era poderoso –, trouxe muita tristeza para muita gente, trouxe alegria para alguns e não mudou nada no Brasil.

A nova Chefe da Casa Civil não está trazendo uma mudança que permita dizer que este País está mudando, e aqueles que lutaram para tirar José Dirceu

não estão oferecendo essas propostas novas de que precisamos para mudar o Brasil.

Talvez eu esteja repetindo mais uma vez o que venho dizendo: este Congresso, por meio de nós, Senadores, precisa ter uma agenda que interesse ao Brasil e não a agenda do espetáculo futebolístico do campeonato entre críticas e propagandas. Eu digo isso, às vezes parecendo sentir o mesmo vazio que o povo lá fora sente, de não ver aqui lideranças agindo para conduzir o País, mas falo ainda com esperança de que, mais dia, menos dia, alguns de nós vão conseguir provocar, Senador Mão Santa – e V. Ex^a é um dos que poderia ajudar muito nisso –, a que o Presidente desta Casa e a Mesa que dirige os trabalhos do Senado definam uma agenda concreta, de interesse das causas do povo e da Nação brasileira.

É isso que muitos antes de nós fizeram e é isso o que o Brasil espera de nós hoje. É isso que eu queria dizer a V. Ex^a, a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores e a quem está me ouvindo e vendo nesta manhã de sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Reginal Duarte, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, João Batista Motta, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a última pesquisa CNT/Sensus, divulgada no dia 22 de novembro do corrente, e mostra que o índice de aprovação do Presidente Lula caiu 4,8 pontos em dois meses.

Segundo a matéria intitulada “Queda de popularidade inviabilizaria reeleição de Lula hoje, revela pesquisa”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de novembro do corrente, essa “foi a pior avaliação de Lula em quase três anos de governo”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais** do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar as matérias intituladas “O protesto da vovó radical” e “Idosa ‘enfrenta’ PM em protesto”, publicadas, respectivamente, nos jornais **Correio Brasileiro** e **Folha de S. Paulo** do último dia 26 de novembro do ano corrente.

As matérias destacam que a aposentada Maria de Lurdes Negreiro de Paula, de 76 anos, enfrentou os escudos da Tropa de Choque da Polícia Militar do Ceará para gritar “abaixo a repressão”. A tia Lurdes, como é conhecida, pintou a cara, colocou um chapéu de palha e partiu na direção dos policiais, na expecta-

tiva de que o Presidente Lula visse sua manifestação contra o governo.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias citadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos **Anais** do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Sem revisão do orador.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O protesto da vovó radical

A militante do grupo Crítica Radical Maria de Lourdes Negreiros de Paula, de 76 anos, era uma das mais exaltadas, entre as 40 pessoas que participaram de protesto realizado na entrada da sede do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em Fortaleza, onde Lula participava da cerimônia de assinatura do Protocolo do Projeto da Nova Transnordestina. O Crítica Radical atacou Lula, Chávez, Bush, Heloisa Helena, e até o presidente do PSTU, Zé Maria. O grupo é liderado pela ex-prefeita Maria Luiza Fontenele (que administrou Fortaleza de 1985 a 1988) e pela ex-vereadora Rosa da Fonseca (ambas eram do PT).

Quase o dobro de policiais militares do Batalhão de Choque estava na sede do BNB, visando a impedir a entrada de algum manifestante mais afoito. Fantasiados, com um boneco enforcado representando o povo brasileiro, e com faixas pretas condenando o governo federal, eles fizeram muito barulho. Ao som de uma bandinha improvisada cantavam: “É ou não é piada de salão/o presidente Lula não saber do mensalão”. Dona Maria de Lourdes não poupava críticas ao governo: “É a maior roubalheira”.

A militante ‘Tia Lurdes’, 76, contida por escudos da Tropa de Choque, protesta contra governo

Idosa ‘enfrenta’ PM em protesto

Presidente, em reunião no Banco do Nordeste, não viu manifestação

DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

Nem mesmo à frente dos escudos da Tropa de Choque da Polícia Militar do Ceará, a aposentada Maria de Lurdes Negreiro de Paula, 76, parava de gritar “abaixo a repressão”. Com o rosto pintado e um chapéu de palha, tia Lurdes, como é conhecida, partiu na direção dos policiais, na expectativa de que o presidente Lula visse sua manifestação contra o governo.

Tia Lurdes conta que participa

de manifestações “desde a Anistia”: “Antes disso eu não podia, porque meu marido era muito conservador. Desde que ele morreu, estou em todas”, disse.

Ela integra o grupo Crítica Radical, comandado pela ex-prefeita de Fortaleza Maria Luiza Fontenele — a primeira petista eleita para chefiar uma capital no país, em 1985. Depois de expulsa do PT, Fontenele formou esse grupo, que defende “a morte da política e da democracia” e o “colapso do capitalismo”.

O Crítica Radical é velho conhecido da PM cearense, que chegou com a Tropa de Choque para barrar a entrada do grupo na sede do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), onde Lula esteve pela manhã. O grupo foi o responsável por uma “tortada” no rosto do então ministro Ricardo Berzoini (hoje deputado federal e presidente do PT), em fevereiro do ano passado.

Lula entrou na sede do banco por outro local e não chegou nem perto dos protestos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Aventura e Começa a Realidade

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula é reincidente. Supõe que pode passar por cima da lei só porque é Presidente e, de repente, se vê condenado, como ontem, ao ser multado pelo TSE em R\$ 31 mil, acusado de fazer campanha antes do tempo legal.

É a segunda vez que o Presidente é pilhado na contra-mão. A primeira foi no ano passado, quando ele foi multado em R\$ 50 mil pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, porque fez campanha para a candidata à reeleição em São Paulo, Marta Suplicy. A multa acabou sendo cancelada, mas moralmente Lula ficou inscrito como transgressor da lei brasileira, ele que deveria ser o primeiro a cumpri-la.

A decisão do TSE baseia-se em reclamação do PSDB, iniciada em julho último. O Presidente foi acusado de violar dispositivo da Lei Eleitoral (Lei n. 9.504, art.36), que limita a propaganda eleitoral aos 90 dias que antecedem cada eleição.

Como registra o noticiário de hoje, o que aconteceu caracteriza clara alusão ao atual Governo, que se julga todo poderoso, além de constituir promoção pessoal do Presidente da República, o que é proibido.

Daqui a pouco, o Presidente, novamente e como sempre, vai dizer que nada tem com a história e que isso tem motivação política da oposição, como se vigiar o cumprimento da lei não fosse relevante.

A quadrilha que tomou de assalto o Governo é tão ousada que a ela não se pode aplicar nem mesmo o velho refrão que todo o Brasil conhece: *Essa gente não aprende!*

Eles já não são aprendizes de feiticeiro. São contumazes na prática da ilegalidade. E não sabem distinguir o momento em que termina a aventura em que se meteram e quando começa a realidade.

A realidade sugere ao menos um pouco de postura, mas nada disso. Basta ler os jornais de hoje, que informam sobre a decisão da Petrobrás de renovar o contrato de propaganda com a agência de Duda Mendonça.

- Como pode? - indagará o brasileiro simples.

- Como pode? – insistirá outro brasileiro simples.

A Petrobras é a maior empresa estatal do País e quem faz sua publicidade é o mesmo Duda Mendonça,

que confessou, na CPI dos Correios, por ter recebido no exterior R\$10,5 milhões, em conta aberta a mando de Valério, para receber pagamentos do PT.

Informa o noticiário que o contrato da Petrobras com Duda não foi renovado em agosto por causa da crise política. Eles devem ter imaginado: Vamos esperar um pouco mais, aí tudo estará esquecido. Pelo jeito, esse pouco mais chegou.

Chegou para eles. Para a maioria dos brasileiros chegou, isso sim, é a hora de levar essa gente a se explicar na Justiça.

Eles não sabem distinguir quando termina a aventura petista de supor que pode tudo. O povo sabe quando isso terminou e começa a realidade.

Estou anexando a este pronunciamento o noticiário a que fiz referência, para que o historiador do amanhã possa saber como age o PT de Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

ANEXOS

Tribunal dá razão a PSDB, que acusou presidente de fazer campanha antes do tempo permitido; ele terá de pagar R\$ 31,9 mil

TSE multa Lula por propaganda antecipada

Silvana de Freitas

Da Sucursal de Brasília

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) condenou ontem por 4 votos a 3 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao pagamento de multa de R\$ 31,9 mil por propaganda eleitoral antecipada.

Os sete ministros ficaram divididos sobre a condenação, em sessão realizada na noite de ontem. Coube ao presidente do TSE, Carlos Velloso, o voto de desempate em desfavor de Lula.

O processo foi movido pelo PSDB em julho. Os tucanos acusam o presidente da República de violar dispositivo da Lei Eleitoral (nº 9.504, artigo 36) que limita a propaganda eleitoral aos 90 dias que antecedem cada eleição.

O tribunal examinou peças de uma propaganda institucional veiculada em abril deste ano, sob os títulos “O Brasil agora cresce para todos”, “Brasil, um país de todos como nunca se viu”, “A gente sabe que ainda tem muito a fazer, a gente sabe que pode contar com você” e “Muda mais Brasil, Brasil cada vez mais um país de todos”.

Segundo o PSDB, a propaganda fez comparações entre os oito anos da gestão do tucano Fernando Henrique Cardoso (1995 e 2002) e os dois primeiros anos de mandato de Lula.

Com as comparações, diz o PSDB, o governo Lula teria feito propaganda eleitoral fora do prazo legal e iniciado antecipadamente a campanha para a reeleição do atual presidente, cuja disputa só ocorre em outubro do ano que vem.

AGU vai examinar

O Palácio do Planalto não disse se pretende recorrer da decisão nem fez considerações políticas sobre a acusação do PSDB. Respondeu apenas, por meio da assessoria de imprensa, que “a AGU (Advocacia Geral da União) vai examinar a decisão do TSE”.

Em tese Lula ainda pode recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal). A condenação é pessoal, porque o processo foi movido contra o presidente. Ou seja, em caso de condenação final, Lula é quem teria que pagar a multa, não o governo

Promoção pessoal

A maioria dos ministros do TSE entendeu que as peças publicitárias não revelaram nenhum ato, programa, obra ou serviço, como determina a legislação eleitoral. Ou seja, a propaganda não teve o caráter institucional que a lei exige. Na época, o publicitário do governo ainda era Duda Mendonça.

O relator, ministro Marco Aurélio de Mello, disse que a propaganda serviu apenas para “enaltecer a direção do país, com o objetivo maior de chamar a atenção daqueles que serão eleitores nas eleições gerais de 2006”.

Os quatro votos pela condenação foram de Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Humberto Gomes de Barros e Velloso.

Esse julgamento tinha começado em 21 de julho, mas fora interrompido por pedido de vista de César Rocha.

Uma semana depois, foi retomado e novamente interrompido, desta vez por causa de um pedido de vista de Gilmar Mendes. Só ontem foi retomado.

Até então, Lula ganhava por 3 votos contra 1. Ao reapresentar o processo ao plenário, Mendes concordou com Marco Aurélio e disse que a propaganda não teve caráter informativo ou educativo, como determinado pela legislação eleitoral.

Isso caracterizaria clara alusão ao atual governo e promoção pessoal do presidente da República, o que é proibido.

Elaborou **Pedro Dias Leite**,
da Sucursal de Brasília

TSE MULTA LULA EM R\$ 48 MIL POR PROPAGANDA ANTECIPADA

Neri Vitor Eich
Brasília

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a pagar multa de 30 mil Ufirs (cerca de R\$ 48 mil) por fazer propaganda eleitoral antecipada. Por 4 votos a 3, os ministros acolheram representação ajuizada pelo PSDB contra uma peça publicitária que o governo divulgou em abril, na qual se comparavam os oito anos do governo FHC com os dois primeiros do atual presidente. A decisão foi tomada com base no parágrafo 3º do artigo 36 da Lei Eleitoral. Lula ainda pode recorrer da decisão.

É a segunda vez que o TSE toma decisão contra o presidente da República. No ano passado, ele foi multado em R\$ 50 mil pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, José Joaquim dos Santos – mas recorreu e a multa foi suspensa. Na ocasião, Lula havia pedido votos para a candidata à reeleição em São Paulo, Marta Suplicy, ao discursar durante a inauguração de obra na avenida Radial Leste, na Capital paulista.

O julgamento da ação de ontem teve início em 21 de julho. O autor da representação contra o presidente foi o deputado Bismarck Maia (PSDB-CE). Ele considerou que a peça publicitária, afirmando que a economia brasileira atingira seu melhor resultado nos últimos dez anos, estabelecia “uma comparação entre as duas gestões visando beneficiar a imagem do governo Lula.

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/O MARQUETEIRO

Agência do publicitário que fez a campanha de Lula teve contrato suspenso pelo Planalto após ele ter dito à CPI que recebeu dinheiro de caixa 2 do PT

PETROBRAS RENOVA CONTRATO COM DUDA POR 1 ANO

Luciana Brafman
Da Sucursal do Rio

A Petrobras decidiu renovar os contratos com as agências de propaganda Duda Mendonça & Associa-

dos, Quê e F/Nazca, pelo prazo máximo de um ano, até que a licitação para a contratação de novas agências seja concluída. A decisão foi informada por nota da estatal ontem à noite.

Apesar de o fato ter sido divulgado ontem, há algum tempo as três agências já vêm produzindo as campanhas da estatal que serão veiculadas em janeiro, segundo fontes do mercado publicitário.

A principal polêmica quanto à renovação tem como foco o contrato com a Duda Mendonça & Associados. O contrato da agência com o Planalto não foi renovado em agosto em decorrência da crise política e do envolvimento de Duda Mendonça em esquema de caixa dois. O publicitário foi responsável pela campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e, após a eleição de 2002, passou a cuidar da imagem do governo e da do presidente Lula.

Com outras duas agências, Duda detinha a conta da extinta Secom (Secretaria de Comunicação de Governo), hoje Subsecretaria de Comunicação Institucional.

Depois que o publicitário admitiu, em depoimento à CPI dos Correios, ter recebido cerca de R\$ 10 milhões em uma offshore nas Bahamas por campanhas do PT, o Planalto considerou incompatível que Duda continuasse a tratar da imagem do governo.

Além disso, há suspeitas de que Duda já tivesse recebido dinheiro no exterior em 1998, de campanhas feitas para o ex-prefeito de Paulo Maluf (PP) e o ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB).

Circula no mercado publicitário que a decisão da Petrobras pela renovação parcial -os contratos poderiam ter sido renovados sem quaisquer ressalvas por até dois anos- foi tomada para dar uma satisfação à opinião pública quanto à permanência da agência de Duda. Ainda que parcial, a renovação se fez necessária porque a Petrobras não conseguiu abrir a licitação em outubro, a tempo de concluí-la para o próximo ano.

A renovação parcial foi decidida por causa do "longo prazo exigido por licitações desse gênero", segundo a nota. "Os procedimentos do processo licitatório para a contratação de agências de publicidade encontram-se em andamento", diz o texto. Os contratos poderão ser encerrados antes do prazo de um ano.

Contratos

As três agências atendem a Petrobras desde dezembro de 2003 e os contratos atuais vencem no próximo dia 4, domingo.

Segundo a assessoria da Petrobras, o assunto não foi discutido na reunião semanal de diretoria, que ocorreu anteontem. A estatal não informou, porém, quando nem como se deu a decisão.

A Petrobras também não respondeu ao pedido de informações da Folha sobre a renovação dos contratos, com a divulgação dos valores que cada empresa receberá. Foram feitos cinco contatos telefônicos, além do envio de e-mail à assessoria da empresa.

As três agências vencedoras da licitação de 2003 receberam, cada uma, 25% do orçamento publicitário da Petrobras, o correspondente a R\$ 63 milhões. Os 25% restantes do orçamento a estatal usa como quiser durante a validade dos contratos, à medida que surjam campanhas extras. De acordo com a empresa, esse valor excedente foi distribuído igualmente entre as três agências ao longo dos últimos dois anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, gostaria de dizer que Lula passa para o meio de campo e diz, na Argentina, que o jogador Tevez, hoje no Corinthians, *é um grande exemplo da integração Brasil-Argentina*.

Parado lá, Presidente! Tevez é, sem dúvida, um grande jogador, mas daí a ser grande exemplo de integração entre o seu país de nascimento e o Brasil, vai uma distância também grande.

Lula não se emenda. Continua dizendo besteiras, aqui ou fora daqui. Essa última, em Puerto Iguazú, na Argentina, está nos jornais e, para que os Anais do Senado possam oferecer futuramente elementos de aferição sobre o Presidente, está sendo anexada ao meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

Por uma urgente integração da Amazônia

ROSALÍA ARTEAGA SERRANO

O FUTURO da Amazônia, o maior conjunto contínuo de florestas tropicais do mundo, interessa a nós, habitantes dos países que têm a sorte de compartilhá-la, mas também a toda a humanidade. Em seu seio, ela concentra 25% de todas as espécies vivas, constituindo o espaço máximo de diversidade biológica do planeta. Quase 20% das reservas mundiais de água doce pertencem à região. 400 grupos indígenas portadores de um extraordinário tesouro cultural habitam a floresta.

Mas tanta riqueza nos confronta com desafios proporcionais. Ela ainda não favoreceu aqueles que deveriam ser os primeiros beneficiários: os povos da bacia. Sob o predomínio de uma idéia de progresso "para" a Amazônia, foi relegada a necessidade de um progresso "da" Amazônia, com o paradigma de desenvolvimento sustentável como eixo. Um exame da realidade mostra que, embora tenham sido registrados avanços nacionais em alguns aspectos, uma visão fragmentada da bacia tem poucas oportunidades reais de atingir o desenvolvimento que pretendemos.

Lembremos que a Amazônia é compartilhada por oito países e um território. Ocupa mais de 40% da superfície da América do Sul, com 7,5 milhões de quilômetros quadrados, habitados por 30 milhões de pessoas. Sabemos que no imaginário mundial é recorrente pensar na Amazônia como sinônimo de Brasil. Essa associação tem origem, entre outros, no fato de que 68% da bacia amazônica e das florestas tropicais se encontram no território brasileiro. Mas no Peru, dono de 13% da bacia, 74% do território é amazônico. Na Bolívia, conhecida mundo afora pelas belezas andinas, 75% das terras são amazônicas, representando 11,2% da bacia. Metade do território equatorial é amazônico.

Diante dessa realidade, a integração vai deixando de ser discurso abstrato de boas intenções e vai se transformando em um eixo de fortalecimento de nossas nações. Hoje, os governos do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, países que integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), trabalham com o objetivo de responder de forma conjunta aos desafios comuns.

O fortalecimento dessa união é requisito fundamental para alcançar condições de vida mais igualitárias para nossos povos e para evitar a destruição de nossas florestas. Com a vontade política dos governos dos oito países, a bacia pode se transformar, assim, num caminho excepcionalmente favorável para a integração regional, com base nos ideais e nos sonhos de visionários de unidade.

A riqueza da Amazônia ainda não favoreceu os que deveriam ser os primeiros beneficiários: os povos da bacia

sul-americana. A OTCA e sua Secretaria Permanente vêm assumir essa missão.

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado pelos oito países em 1978 com o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento harmônico da região, continua atual. Os preceitos do TCA —de preservar o meio ambiente e assegurar o uso racional dos recursos naturais— nos guiam, hoje, unidos à certeza de que há muito trabalho pela frente, pois foi dessa consciência que a OTCA nasceu e se estabeleceu em Brasília, em 2003.

Para implementar esses compromissos, a Secretaria Permanente tem se empenhado em construir, junto aos países-membros, uma agenda comum, avançando com firmeza no desafio histórico da integração sul-americana. Pretendemos, como diriam os amazônicos brasileiros, "amazonizar" o mundo.

A atuação conjunta é imperiosa. Eventos como a recente seca que atingiu o Brasil, a Bolívia e o Peru e deixou milhares de pessoas isoladas, sem comida nem medicamentos, ratificam a necessidade de uma reflexão coletiva urgente e da adoção de medidas concretas conjuntas. A mesma apreensão temos diante da advertência dos pesquisadores sobre a possibilidade de savanização ou desertificação da floresta pelos efeitos do desmatamento.

Por isso, trabalhamos para que a Secretaria Permanente se torne um guarda-chuva que envolva e harmonize as iniciativas regionais e obtenha recursos para desenvolver programas de amplo alcance.

Na cúpula de Manaus, em setembro de 2004, os chanceleres aprovaram o plano estratégico da OTCA e tomaram uma série de decisões inéditas, entre elas, a de convocar reuniões ministeriais para discutir e tomar medidas de acordo com as especificidades da Amazônia. Duas reuniões de alto nível foram organizadas sobre temas vitais como propriedade intelectual e industrial e ciência e tecnologia. Em outubro, iniciamos o Programa de Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços do Rio Amazonas.

A atividade tem sido intensa, e a 9ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Estados-Membros, a ser realizada hoje, em Iquitos, no Peru, será a oportunidade para refletirmos sobre nossas realizações e definirmos quais devem ser os próximos passos.

Neste momento histórico, esperamos o engajamento e a mobilização de todos os setores para responder aos desafios e realizarmos nossos sonhos. Com a assinatura da Declaração de Iquitos na próxima semana, em que reafirmaremos nosso compromisso com essa tarefa comum, estaremos dando mais um passo para proteger a Amazônia como fonte estratégica da vida.

Rosalía Arteaga Serrano, 48, jornalista e advogada, com mestrado em educação básica e resgate de valores culturais na América Latina, é secretária-geral da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica). Foi presidente constitucional do Equador (1997) e ministra da Educação e Cultura daquele país (1994).

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:
O ESTADO DE S. PAULO	01	Dezembro/05	Economia

Tevez é citado como exemplo de integração

Para Lula, não se poderia imaginar um jogador argentino entusiasmar brasileiros

PUERTO IGUAZÚ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou o jogador argentino Carlos Tevez como um grande exemplo da integração Brasil-Argentina dos últimos tempos. Ex-jogador do Boca Juniors, hoje ele atua no Corinthians paulista. Até há pouco tempo, disse Lula, seria "inimaginável" um argentino entusiasmar torcedores de um time brasileiro. "De repente, o Corinthians contrata jogadores argentinos, entre eles Tevez. Ele, obviamente, não é estilo Maradona, nem Ronaldinho, mas o povo não quer estilo, quer muita garra."

Dirigindo-se ao presidente argentino, Néstor Kirchner, prometeu que, "se o Corinthians for campeão, vou presentear você com uma camisa do time, se for possível, com a camisa 10, se o Tevez não tiver antes do que eu. Porque aquilo que parecia impossível hoje virou uma coisa normal, ou seja, os brasileiros vendo nos jogadores argentinos um irmão, um parceiro."

GAFES

Lula declarou que, "por mais largo e profundo que seja o Rio da Prata, depois das vontades dos dois presidentes, em 1985, ficou pequeno pelas braçadas dos brasileiros e argentinos na

vontade de conquistar uma integração maior, mais sólida e muito mais vigorosa".

Lula errou ao considerar o Rio da Prata como fronteira entre os dois países. O rio, na verdade, foi o limite entre Brasil-Colônia e o Vice-Reinado do Rio da Prata. Desde 1828, entre o Brasil e a Argentina, está o Uruguai. Outro erro foi falar que o rio é "muito profundo". Embora largo, 200km em sua foz, o Prata é extremamente raso, com profundidade média de 10 metros (a profundidade do Rio Amazonas varia de 15 a 50 metros).

BOLÍVIA

Entusiasmado, Lula falou dos novos governos progressistas que surgiram na região nos últimos anos, citando o presidente chileno Ricardo Lagos, o uruguaio Tabaré Vázquez e o venezuelano Hugo Chávez. Na sequência, enfático, comentou: "Imaginem que fato extraordinário seria uma eleição do Evo Morales (candidato do Movimento ao Socialismo, que liderou as revoltas sociais de maio passado) na Bolívia!" Foi a primeira declaração oficial de respaldo a Morales, candidato visto com reticências pelos Estados Unidos, pelas empresas petrolíferas internacionais e organismos financeiros internacionais. • A.P.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O investimento emperrado”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 29 de novembro do corrente.

O artigo mostra que o resultado fiscal obtido pelo governo Lula contou com importante participação de seus ministérios. Segundo o artigo, “a incompetência de outros ministérios tem ajudado o governo a economizar mais que o planejado para 2005”.

Como a preocupação com a produtividade e a competência administrativa não são marcas do governo Lula, os investimentos não são feitos ou porque não há capacidade para executar projetos ou porque, na verdade, não há sequer projetos prontos para execução. Ainda segundo o artigo, “o governo tropeçou até na

execução dos Projetos Piloto de Investimentos, combinados em 2004 com o Fundo Monetário Internacional e não sujeitos a contingenciamento de recursos. Seria bom se houvesse competência para gastar bem pelo menos o pouco dinheiro liberado”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RNA:	DIA:	MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	29	Nov/05	Espaço Aberto	A	3

O investimento emperrado

É injusto aplaudir só o ministro Antonio Palocci e seus assessores pelo bom resultado fiscal deste ano. A incompetência de outros ministérios tem ajudado o governo a economizar mais que o planejado para 2005. Essa combinação torna a experiência brasileira, quase certamente, um caso único na história das políticas de ajuste. Na administração federal, só se investe uma pequena parcela do dinheiro liberado pelo Tesouro, ou porque falta capacidade para executar projetos, ou porque as obras são emperradas por obstáculos burocráticos e judiciais, ou, ainda, porque às vezes nem há projetos prontos para execução. Reportagem publicada pelo **Estado** no domingo mostra bem essa extraordinária mistura de virtude nas finanças e inoperância na execução.

Também por esses fatores, portanto, o setor público pôde acumular de janeiro a outubro um superávit primário – isto é, antes do pagamento de juros – de R\$ 95,1 bilhões, valor correspondente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2004, no mesmo período, o superávit chegou a 5,4% do PIB.

A meta fixada para o ano, um superávit primário equivalente a 4,25% do PIB, foi ultrapassada em setembro. Divulgada a notícia, começou um bombardeio contra o Ministério da Fazenda. Outros ministros, liderados pela chefe da Casa Civil da Presidência, Dilma Rousseff, aumentaram as pressões por mais verbas e passaram a responsabilizar Palocci pela escassez de investimentos. O conflito ficou mais intenso quando os Ministérios do Planejamento e da Fazenda apresentaram um plano de ajuste fiscal mais ambicioso para os próximos anos. O objetivo era a redução mais veloz da proporção entre a dívida pública e o tamanho da economia.

A ministra Dilma Rousseff reagiu de forma agressiva, classificando a proposta de rudimentar e levando o conflito, provavelmente, um pouco além do nível desejado por seu inspirador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Depois, a ministra ainda tentou puxar a execução orçamentária para um órgão colegiado.

Os queixosos, no entanto, apenas tentaram culpar o ministro da Fazenda, guardião do cofre, pela inoperância da maior parte dos ministérios. Até 15 de novembro, de fato, o governo

havia empenhado apenas 42,21% do orçamento inicial para os setores de infra-estrutura, segundo levantamento do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon). A emissão de faturas para liquidação de trabalhos efetuados havia chegado, no entanto, somente a 25,95% das dotações. Os pagamentos não haviam passado os 25,06%.

Segundo o levantamento do Sinicon, o Ministério de Minas e Energia havia empenhado apenas 14,53% e liquidado 11,34% das dotações iniciais. O Ministério dos Transportes havia empenhado 61% das dotações iniciais e liquidado 36,28% – e tudo isto apesar do péssimo estado das estradas do País e da necessidade urgente de melhorias, por exemplo, nos portos.

Um quadro semelhante fora divulgado no começo do mês pela Associação Brasileira das Indústrias de Base e de Infra-estrutura (Abdib). Seu presidente, Paulo Godoy, atribuiu parte dos problemas à dificuldade para obtenção de licenciamento ambiental, um processo muito lento e conduzido como se o objetivo fosse impedir o crescimento da economia.

O presidente da República poderia cobrar maior eficiência dos órgãos de licenciamento ambiental, mas a preocupação com a produtividade e a competência administrativa não são marcas deste governo, que tem no Ministério do Meio Ambiente uma ministra que se pauta pela convicção ideológica e não pela razão prática.

O Ministério da Fazenda pode ser lento na liberação de verbas e nem sempre atento às prioridades. Mas em vários ministérios não há sequer competência para a elaboração de projetos, como observou o diretor do Departamento de Tecnologia e Competitividade da Fiesp, José Ricardo Roriz.

Enfim, é preciso reconhecer um fato especialmente revelador: o governo tropeçou até na execução dos Projetos Piloto de Investimentos, combinados em 2004 com o Fundo Monetário Internacional e não sujeitos a contingenciamento de recursos. Foi preciso remanejar verbas e projetos, às pressas, para obter algum resultado. O presidente e vários ministros, no entanto, insistem no aumento urgente de gastos. Seria bom se houvesse competência para gastar bem pelo menos o pouco dinheiro liberado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo “Chavismo, um risco real”, de autoria do advogado Ives Gandra Martins publicado no jornal “O Estado de S. Paulo” em 21 de novembro do corrente.

O autor escreve sobre a sua “profunda preocupação, nada obstante o respeito que se deve aos primeiros mandatários de um País, com a desfiguração da imagem do Presidente Lula”.

“Ou Lula volta a defender a democracia e a apuração absoluta de todas as irregularidades e falcaturas que povoam, diariamente, os jornais, assumindo as responsabilidades do

governo e deixando para história uma investigação séria, que poderá, inclusive, atingi-lo, ou será apenas mais um medíocre chefe de Estado, que não está à altura do Brasil”.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais** do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Chavismo, um risco real

Ives Gandra da Silva Martins

Tenho sempre a preocupação de respeitar aqueles de quem divirjo, atacando idéias, e não pessoas. Principalmente tratando-se dos primeiros mandatários de qualquer nação. Critiquei, duramente, Bush pela insensata invasão do Iraque; Fidel Castro, por ser um genocida que levou à morte, em “paredões”, milhares de cubanos, sem julgamento; Pinochet, quando foi editado o Ato Institucional nº 2, em 1965, e, felizmente, nunca mais participou de vida partidária, dedicando-me apenas à academia e à reflexão acadêmica sobre direito, filosofia, história, sociologia, economia, le-

Democrata e parlamentarista desde os bancos acadêmicos, deixei de fazer política. Presidi o Diretório Metropolitano de São Paulo do Partido Libertador de Raul Pilla, ainda muito jovem, quando foi editado o Ato Institucional nº 2, em 1965, e, felizmente, nunca mais participei de vida partidária, dedicando-me apenas à academia e à reflexão acadêmica sobre direito, filosofia, história, sociologia, economia, le-

LULA COMEÇA A ADOTAR O MODELO DO VENEZUELANO PARA SE MANTER NO PODER

tras e ciência política, decisão de que não me arrependo.

Esta introdução objetiva justificar a profunda preocupação que tenho, nada obstante o respeito que se deve aos primeiros mandatários de um país, com a desfiguração da imagem do presidente Lula. Não votei nele, mas sempre tive dele a impressão de que, embora defendendo teses equivocadas antes da Presidência – o socialismo fidelista –, tinha um patrimônio ético e uma coerência ideológica de se admirar.

Hoje, lamentavelmente, começo a mudar minha impressão, pois ele assume, cada dia mais, a postura de um líder menor, que se apega desesperadamente ao poder e que tem como modelos de inspiração duas das mais notáveis negações da democracia nas Américas: Venezuela e Cuba, sob Chávez e Fidel.

Quem assistiu ao programa *Roda Viva*, em que Lula afirmou nada fazer para prejudicar as CPIs, e assistiu, algumas horas depois, ao hercúleo esforço para encerrar a mais importante delas (CPI dos Correios) certamente ficou com a nítida, clara e decepcionante sensação de que a coerência não está entre suas virtudes.

Todas as CPIs estão mostrando – com provas, sim – que um dileto amigo do poder recebeu contratos de entidades integrantes da administração direta e/ou indireta e financiou e

supriu de recursos o PT e os demais partidos da situação.

A não ser que a prova desejada seja uma declaração perante um escrivão com duas testemunhas atestando que o dinheiro recebido foi propina, os elementos colhidos seriam mais do que suficientes, num processo criminal, para formar a convicção de qualquer magistrado de que houve crime eleitoral, tributário, corrupção ou peculato.

Mais do que isso, o artigo 21 da Lei nº 9.504, como já acenuei, Mauro Chaves em artigo neste jornal, determina que em todas as campanhas eleitorais a responsabilidade primeira pela prestação de contas é do beneficiário da campanha, ou seja, o candidato, o que leva, se desvio houve, ao enquadramento no artigo 350 do Código Eleitoral, que descreve comportamento configurado como crime, passível de pena de reclusão de 3 a 5 anos.

Tudo isso, evidente, será apurado, esperando que as CPIs, a Receita Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário cheguem ao fulcro da questão.

O que, todavia, me preocupa é a semelhança entre o processo brasileiro e o do quase ditador venezuelano, que demonstrou total desprezo pela diplomacia ao chamar o presidente mexicano de “cachorro”.

Quando sofreu ameaça de impeachment por corrupção, colocou seus seguidores na rua contra os acusadores – quase metade da população –, e, ao derrotá-los, impôs uma ditadura socialista, com desarmamento do povo, aumento do equipamento e pessoal das Forças Armadas do governo, pressão para desapropriação de 80% das terras do país, desmoralização do Poder Judiciário, substituição de integrantes da Suprema Corte por seus amigos pessoais, e passou a reivindicar o título de herdeiro do papel de Fidel Castro nas Américas. De acusado de corrupção passou a ter o direito de atacar todos os inimigos, inclusive os que pensam diferentemente do presidente Lula no País.

É que, no Brasil, se anuncia movimento semelhante. Não podendo mais falar no “patrimônio ético” do PT, líder do movimento de violação da Constituição mediante invasões de prédios públicos e terras para provocar um falso conflito, para pôr o povo contra a apuração de responsabilidades. E Lula começa a adotar o mesmo modelo que seu vizinho e destemperado colega da Venezuela adotou, para se manter no poder.

Sou sempre otimista. Nada obstante todas as incoerências reveladas pelas atitudes do presidente, desde o início das

CPIs, não perdi, ainda, a esperança de que retome aquela imagem de líder democrático que tanto impressionou o mundo, no seu primeiro ano de governo, e que, pessoalmente, elogiei, quando recebido no Palácio, alguns meses após a sua posse, com os “cardiais” do São Paulo Futebol Clube, cujo conselho presidia à época.

Ou Lula volta a defender a democracia e a apuração absoluta de todas as irregularidades e falcaturas que povoam, diariamente, os jornais, assumindo as responsabilidades do governo e deixando para a História uma investigação séria que poderá, inclusive, atingi-lo, ou será apenas mais um medíocre chefe de Estado, que não está à altura do Brasil, e, pelo poder, pratica todos os atos, justificando-se na frase do poeta Rotrou: “Tous les crimes sont beaux dont le trône est le prix” (“todos os crimes são belos quando o trono é o preço”).

Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito das Universidades Mackenzie e UnifMU e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, é presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, do Centro de Extensão Universitária e da Academia Paulista de Letras.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Ordem de fraude vinha de cima, revela testemunha ao MP”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 24 de novembro do corrente.

A matéria destaca que uma testemunha que depôs na Polícia Civil e no Ministério Público Estadual, em Ribeirão Preto, disse ter ouvido que a ex-superintendente do Departamento das Águas e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp) durante a gestão do Ministro Antonio Palocci, Isabel Bordini (subordinada diretamente ao prefeito e, em tese, ao secretário de Go-

verno -seu marido Donizete Rosa, amigo de Palocci), cumpria ordens superiores ao determinar que fossem adulteradas as planilhas de pagamento de serviços de varrição para a empresa Leão Leão.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais** do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A12 NACIONAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

Ordem para fraude vinha de cima, revela testemunha ao MP

Funcionário em Ribeirão diz ter ouvido que ex-superintendente adulterava planilhas

CRISE NO GOVERNO LULA

Ricardo Brandt
Gustavo Porto
RIBEIRÃO PRETO

Uma testemunha que depôs ontem à Polícia Civil e ao Ministério Público Estadual, em Ribeirão Preto, disse ter ouvido relato de que a ex-superintendente do Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp) durante a gestão do ministro Antonio Palocci, Isabel Bordini, cumpria ordens superiores ao determinar que fossem adulteradas as planilhas de pagamento dos serviços de varrição para a empresa Leão Leão.

A empresa é acusada de sustentar um mensalinho em quatro prefeituras da região, entre elas a de Ribeirão, durante a gestão Palocci. O superfaturamento do contrato de lixo seria a forma de abastecer o mensalinho, que Rogério Buratti diz ter ido para o caixa 2 do PT.

MPE e Polícia Civil pediram que a identidade da testemunha fosse mantida sob sigilo. Trata-se de um antigo funcionário do próprio Daerp. É a quarta testemunha a confirmar oficialmente que Isabel dava as ordens para lançar serviços nunca presta-

dos nas planilhas de pagamento da Leão Leão – a maior doadora da campanha de prefeito de Palocci em 2000. O depoimento, ao qual o Estado teve acesso, traz novos detalhes.

Em quatro páginas, a testemunha afirma que, ao perceber que era a própria Leão Leão que fiscalizava seus serviços para a prefeitura, comunicou o fato a um superior. Segundo o funcionário, a resposta foi a seguinte: “(...) já no começo comuniquei o engenheiro (cujo nome foi preservado) sobre as irregularidades ocorridas na metragem apresentada no serviço de varrição, o qual pediu para fazer vista grossa, pois havia ordens da superintendente”. E acrescenta que “segundo (o engenheiro), Isabel comentava que também recebia ordens de cima”. Ela não foi encontrada para comentar o assunto.

Promotores e polícia pretendem ouvir novos depoimentos para chegar à origem das supostas ordens superiores. Isabel era subordinada diretamente ao prefeito e, em tese, ao secretário de Governo – seu marido Donizete Rosa, amigo de Palocci, Donizete Rosa e por ele levado para Brasília, assim que ele se tornou ministro da Fazenda. ●

A FRAUDE NA VARRIÇÃO

Testemunha afirma que fraude era ordenada por Isabel Bordini



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião nº 1319 - Centro - 13160-000 - Fone: (16) 6611-1111 - CxP: 14013-041

praças não havia esse controle e eu percebia que se varria muito menos e a metragem era marcada a mais; Que, detalhando posso afirmar que quem efetivamente controlava o serviço de varrição e a metragem não era o serviço de fiscalização do DAERP e sim a empresa Leão & Leão, por meio do funcionário [nome preservado], que era o responsável; Que, essa forma de trabalho sem qualquer controle ocorreu até o final do ano de 2.004; Que, já no começo comuniquei o engenheiro [nome preservado] sobre as irregularidades ocorridas na metragem apresentada no serviço de varrição, o qual pediu-se para "fazer vista grossa", pois havia ordens da superintendente que o trabalho deveria acontecer na forma como estava se desenvolvendo; Que, não sei quem estaria acima de Isabel Bordini para dar essas ordens, pois, segundo Isabel comentava que também recebia ordens de cima; Que, considerando-se minha experiência profissional, posso afirmar que um terço do bairro era varrido, entretanto, contava a metragem do bairro todo; Que, normalmente a Leão &

No depoimento à Polícia: "o engenheiro (...) pediu para fazer 'vista grossa', pois havia ordens da superintendente"

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a retração da economia brasileira registrada no terceiro trimestre deste ano, em relação ao trimestre anterior. Segundo os principais jornais em circulação no País, este foi o pior desempenho desde o primeiro trimestre de 2003 e o primeiro resultado negativo desde o segundo trimestre daquele ano.

Esse recuo de 1,2% no terceiro trimestre sinaliza que o País deve fechar o ano com crescimento do PIB ao redor de 2%, ante os 4% previstos pelo governo. Para Paulo Skaf, presidente da Fiesp, “crescer 2% é ridículo em um ano em que o mundo vai crescer em média entre 4,5% e 5%”.

Segundo o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** de 1º de dezembro, “o governo atrapalha a econo-

mia não por buscar um superávit primário próximo de 5% do Produto Interno Bruto, mas por gastar de forma ineficiente e continuar sangrando os contribuintes com uma tributação excessiva”.

Sr. Presidente, é no contexto dessa “surpresa desagradável” que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3

O ESTADO DE S. PAULO • QUINTA-FEIRA, 1 DE DEZEMBRO DE 2005

Conselho de Administração:

PRESIDENTE

Roberto C. Mesquita

MEMBROS

Fernão Lara Mesquita

Francisco Mesquita Neto

Julio César Mesquita

Maria Cecília V. C. Mesquita

Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

Francisco Mesquita (1927-1969)

Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita

(1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

(1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)

Nestor Rangel Pestana (1927-1933)

Plínio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900

São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP

Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

Surpresa desagradável

Conhecido o Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre, 1,2% menor que o do segundo, o Banco Central tem agora dois bons motivos para apressar o corte dos juros.

Em primeiro lugar, a inflação está controlada, quase sem risco de repique no próximo ano. Nesse front o governo terá tranquilidade em 2006, se não cometer algum erro fora do comum. Em segundo lugar, o recuo da produção surpreendeu até os pessimistas do mercado financeiro. Os piores números mostrados pelas bolas de cristal ficavam em torno de 0,5% negativo. Com um pouco mais de audácia, os condutores da política monetária poderiam terminar o ano sob aplausos de crítica e de público, depois de um longo período sob vaias até injustas.

Nem tudo é ruim, no entanto, no quadro recém-divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O consumo privado cresceu 0,8% entre o segundo e o terceiro trimestres e foi 2,8% maior que o de julho a setembro do ano passado.

As famílias consumiram mais não só porque tiveram crédito, mas também porque o bolo de salários foi 4,7% maior que o de um ano antes. Isso resultou da combinação de dois fatores altamente positivos. O número de pessoas ocupadas e o rendimento médio do trabalho superaram os de igual trimestre do ano passado. A diferença para mais, nas duas comparações, foi de 2,3%.

O comércio exterior também continuou evoluindo favoravelmente. As exportações de bens e serviços cresceram 1,8% do segundo para o ter-

ceiro trimestre. As importações avançaram 1,4%, e certamente não só por causa do câmbio valorizado.

No comércio de bens, o superávit acumulado no ano já supera US\$ 40 bilhões, segundo os últimos números divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento. A rápida internação desse dinheiro, para aplicação a juros, tem contribuído para a valorização cambial muito mais do que o ingresso de capitais especulativos no mercado financeiro. Isso explica, em parte, o crescimento contínuo das vendas ao exterior, apesar do real supervalorizado.

Como exportações e consumo privado continuaram em crescimento, a queda de 1,2% na produção industrial deve ser explicável, em boa parte, por um ajuste de estoques. Outra parte pode ser atribuída à redução dos investimentos, que diminuíram 0,9%, depois de vigorosa expansão de 4,7% no segundo trimestre. Também se investiu menos que no terceiro trimestre do ano passado. A diferença para menos, 2,1%, foi em parte explicada pela base de comparação elevada, mas outros fatores provavelmente pesaram.

Neste momento, só é possível fazer conjecturas sobre isso. As decisões de investimento podem ter sido afetadas pelos juros elevados, pela crise política e pelo pessimismo quanto aos efeitos do câmbio sobre as exportações. Além disso, é preciso analisar mais atentamente a evolução das compras de máquinas e equipamentos para a agricultura.

É tempo de plantio, mas a perda de renda dos agricultores e um certo pessimismo sobre os ganhos na próxima safra devem ter desestimulado a compra de bens de capital para as lavouras. É preciso ponderar todos esses fatores para bem avaliar o comportamento dos agentes de cada setor.

Apressar o corte dos juros será a providência mais importante, a curto prazo, para animar os empresários a investir mais. Mas será conveniente, ao mesmo tempo, reafirmar o compromisso do governo com a seriedade fiscal. Depois das fortes pressões contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, há razões muito fortes para se prever uma onda de gastos eleitorais a partir deste fim de ano.

Não é essa a mensagem correta para os empresários. O que eles cobram do governo é uma combinação de mais investimentos em áreas estratégicas, como infra-estrutura e educação, e menores despesas de custeio. E não se trata de qualquer investimento. Dinheiro investido apenas para atender a uma clientela política é dinheiro desperdiçado.

Se o governo fizer o que deve na área fiscal, será possível conter o aumento de impostos e em seguida reduzi-los. O governo atrapalha a economia não por buscar um superávit primário próximo de 5% do Produto Interno Bruto, mas por gastar de forma ineficiente e continuar sangrando os contribuintes com uma tributação excessiva.

PIB DO 3.º TRIMESTRE: FREIO NO CRESCIMENTO

ECONOMIA B7

O ESTADO DE S. PAULO • QUINTA-FEIRA, 1 DE DEZEMBRO DE 2005

Bem que avisamos, diz Skaf, da Fiesp

Empresário diz que PIB deve fechar 2005 com crescimento de 2%, resultado 'ridículo' no ano em que mundo crescerá mais de 4,5%

Marcelo Rehder

A queda surpreendente 1,2% no Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre foi muito mais consequência de erros na dosagem da política monetária e fiscal do que furto das apreensões geradas pela crise política, como tenta justificar o governo. Por esse motivo, a retração não foi novidade para o setor produtivo. "Reiteramos várias vezes que se continuasse perdurando a política econômica com juros altos e câmbio baixo haveria um desaquecimento e teríamos que lutar muito para tentar crescer 3% este ano", afirma Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Skaf diz não ter dúvidas de que o País deve fechar o ano com crescimento do PIB ao redor de 2%, ante 4% previstos inicialmente pelo governo e por alguns setores do empresariado. "Crescer 2% é ridículo em um ano em que o mundo vai crescer em média entre 4,5% e 5%. É um terço do crescimento médio dos países emergentes e quase um quarto do crescimento da Argentina".

O presidente da Fiesp aproveita para criticar setores mais conservadores dentro do governo, concentrada no Ministério da Fazenda e Banco Central. "Há necessidade de

mudança de mentalidade. "Tem que se ter menos poder na cabeça dos monetaristas e mais poder e espaço na cabeça dos desenvolvimentistas. O Brasil precisa de uma política que valorize a indústria, o trabalho, que não onere as empresas e tenha um nível de juros compatível com o resto do mundo".

Para demonstrar que a crise política não influenciou a queda do PIB, Skaf lembrou que o País o ano com retração no primeiro trimestre, quando não havia crise política, mas os juros estavam muito elevados. "Agora, quero saber qual a justificativa que vão (o governo) apresentar. Que não me venham falar que é efeito da insegurança devido à questão política, o que é uma desculpa esfarrapada. Se fosse assim, o dólar estaria bombando e a bolsa despencando e não o contrário, como vem acontecendo".

O presidente das Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), a queda do PIB foi determinada por uma série de fatores negativos, que inclui o esgotamento da capacidade de endividamento do consumidor, a perda de dinamismo de alguns setores exportadores e esse processo todo de alta dos juros. "A crise políti-

ca é apenas um componente secundário).

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Newton de Mello, também considera que a queda do PIB é reflexo da política econômica equivocada do governo Lula. afirmou hoje que a queda do PIB no terceiro trimestre não foi uma surpresa para o setor de bens de capital mecânicos. "É bastante nociva para o setor produtivo a conjunção de fatores como a taxa de juros elevada, o câmbio extremamente valorizado, a "perseguição implacável" do superávit primário sem a liberação de verbas do orçamento para investimento e a alta carga tributária. •

No Congresso, o temor é por Palocci

'É capaz de ele virar o bode', diz Tasso. Para Mercadante, agora juros vão cair

BRASÍLIA

O desempenho negativo da economia tende a enfraquecer politicamente o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na avaliação de um grupo de parlamentares. "É capaz de ele virar o bode, o que pode piorar a situação da economia", alertou o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE). "A estabilidade pode ir embora."

"Os mais radicais, tanto da oposição como do governo, vão aproveitar os dados para apertar o cerco contra o ministro", disse o líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB). "Enquanto o PIB estava crescendo, tudo bem. Na hora que cai, praticamente em um ano eleitoral, ele vai sofrer dentro do próprio partido", completou o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Para Jereissati, a culpa pelo resultado negativo não pode ser atribuída somente ao ministro, mas o senador José Jorge (PFL-PE), responsabiliza Palocci, que terá o apoio da oposição porque é uma escolha entre o "ministro da responsabilidade fiscal e a ministra da ganância eleitoral". Jorge se referia a

briga entre Palocci e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. "Nós achamos que sem ele talvez seja pior", concordou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), "isso é parte do processo econômico" e há margem na política econômica para reverter a trajetória da economia. "O ministro Palocci seguramente o fará, olhando com bastante atenção para o crescimento." Esse ajuste na rota, explicou, envolve queda mais rápida na taxa de juros e a criação de condições para um maior investimento do governo.

Reduzir os juros, para Mercadante, é fundamental. "Os juros podem cair mais e o governo pode investir mais. E com o décimo terceiro salário podemos retomar o crescimento."

Mercadante observou que, se o governo tivesse fixado uma meta menos ambiciosa de inflação para este ano (como ele defendeu enfaticamente), teria sido possível uma política monetária não tão apertada, com taxas de juros mais baixas. Adriana Fernandes, Renata Verrissimo, Fabio Graner

DINHEIRO

01/12/05

FOLHA DE S. PAULO

MERCADO ABERTO

Iedi responsabiliza Lula pelo PIB

O empresário Josué Gomes da Silva, filho do vice José Alencar e presidente do Iedi, afirma que a responsabilidade pela política econômica do governo que levou à queda do PIB é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e não do ministro Palocci. "Existe um princípio básico de que responsabilidade não se transfere", afirma.

Para Gomes da Silva, não se deve também atribuir essa responsabilidade ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ou ao Copom. "A responsabilidade é do mandatário principal", diz. O empresário lembra que o próprio Lula fez essa afirmação em recente entrevista.

Na mesma linha, o presidente do Iedi considera falso atribuir a queda do PIB à crise política. "É um absurdo tentar justificar o resultado do PIB como sendo fruto da crise política", afirma. "A sociedade brasileira não pode aceitar esse tipo de justificativa."

De acordo com o empresário, a crise política só teria afetado a economia se tivesse ocorrido algum "terremoto" no mercado financeiro, o que não aconteceu. "O mercado financeiro só está preocupado se o superávit primário vai atingir os 6% do PIB para pagar os juros", diz.

O empresário também considerou "fora de lugar" a queda-de-braço entre os ministros Palocci e Dilma Rousseff (Casa Civil). "Não faz sentido acusar a ministra Dilma de ser uma pessoa irresponsável, que promove a gastança, quando se jogam pela janela R\$ 155 bilhões com o pagamento de juros", diz.

Gomes da Silva acha que é urgente a mudança na política econômica. A atual, a seu ver, é indefensável. "Não há mais como justificar essa ditadura do pensamento único", diz o empresário. Com essa política, a queda de 1,2% no PIB no terceiro trimestre não poderia ser diferente.

Dólar livre R\$ 2,205/2,207
 Dólar paralelo R\$ 2,33/2,44
 Dólar turismo R\$ 2,16/2,31
 Poupança 0,6939%
 Euro em Londres 1,1795 dólar
 Dólar em Tóquio 119,77 ienes

FOLHA DINHEIRO

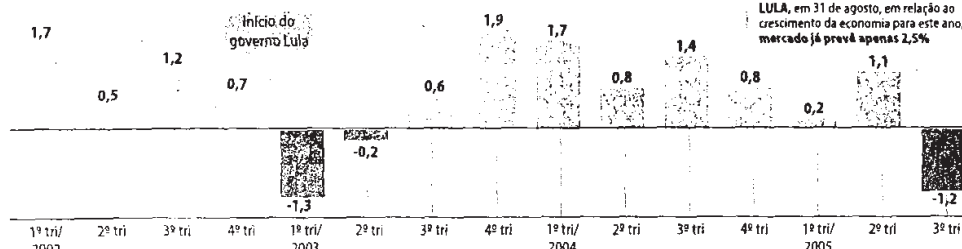
Tel.: 0xx/11/3224-3373
 E-mail: dinheiro@uol.com.br
 Fax: 0xx/11/3224-2287

Serviço de atendimento ao assinante:
 Grande São Paulo 0xx/11/3224-3090
 Demais localidades 0800-775-8080

PÁGINA B 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2005 ★ CONCLUÍDO ÀS 23H

ECONOMIA BRASILEIRA TEM RETRAÇÃO

Variação trimestral do PIB (Produto Interno Bruto) na comparação com o trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, em %

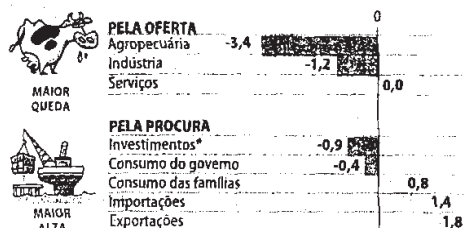


"Vamos chegar a 5% [crescimento do PIB]"

LULA, em 31 de agosto, em relação ao crescimento da economia para este ano; mercado já prevê apenas 2,5%

AGROPECUÁRIA TEM A MAIOR QUEDA

O desempenho dos itens que compõem o PIB no terceiro trimestre na comparação com o segundo trimestre, com ajuste sazonal, em %



* Formação Bruta de Capital Fixo

Fonte: IBGE

MARCHA A RÉ

Arrocho monetário e câmbio valorizado seguram atividade; previsão para crescimento do PIB no ano recua para cerca de 2,5%

Juro faz economia encolher 1,2% no 3º tri

PEDRO SOARES
 DA SUBCURSAL DO RIO
 MARCELO BILLI
 ENVIADO ESPECIAL ADRILO

A economia brasileira encolheu 1,2% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior. Foi o pior desempenho desde o primeiro trimestre de 2003 e o primeiro resultado negativo desde o segundo trimestre daquele ano. O tamanho do tombo surpreendeu o governo e os analistas — até os mais pessimistas esperavam queda de cerca de 0,5%. E deve enfraquecer ainda mais o ministro Antonio Palocci (Fazenda) e o próprio governo, que vendia a economia como um de seus triunfos.

A economia agora dificilmente crescerá 3% no ano. As projeções a partir de agora giram mais em torno de 2,5%. "Os 3% passaram a ser o teto dos mais otimistas",

diz Bráulio Borges, da LCA Consultores. O próprio IBGE calculou que a economia terá de crescer 4,3% no último trimestre em relação ao mesmo período de 2004 para o PIB alcançar 3% em 2005.

Como em 2003, todos culpam a política monetária pela retração. Citam ainda o câmbio desfavorável às exportações. "São vários fatores, mas é claro que os juros afetam a economia como um todo", disse Rebecca Palis, do IBGE.

O aperto nos juros, dizem economistas, foi, como em 2003, o responsável pela queda do nível de atividade, derrubado pelos resultados ruins da indústria, da agropecuária e dos investimentos. O setor industrial registrou queda de 1,2% ante o trimestre anterior. Em relação ao mesmo período do ano passado, teve alta de modesto 0,4%. O comércio tam-

bém desacelerou. Havia crescido 3,9% no segundo trimestre e cresceu apenas 2,3% no terceiro.

A aparente assimetria entre os resultados é explicada pela variação de estoques da indústria. O setor acumulou estoques no segundo trimestre, o que explica por que houve ligeira alta no comércio enquanto a produção industrial recuou. "Os empresários erraram a mão, esperando ou que o aperto monetário acabaria antes ou que não chegaria aonde chegou. Já em julho as sondagens mostravam estoques altos, que foram se ajustando", diz Aloisio Campelo, da FGV-RJ. Errou também o BC, que sinalizou que o juro subiria muito e por um longo período, disse Carlos Thadeu de Freitas, da Confederação Nacional do Comércio.

O resultado, diz, foi a freada dos

investimentos. Eles caíram 0,9% no trimestre na comparação com o trimestre anterior. Quando compara-se com o mesmo período de 2004, a queda é de 2,1%.

"Parece ter havido um excesso de otimismo dos empresários em relação à política monetária. Otimismo que foi revertido mais fortemente no terceiro trimestre", analisa Bráulio Borges, da LCA.

Com a economia desaquecida pelo aperto monetário e com o câmbio valorizado em parte também pela alta de juros, dizem analistas, não havia como os investimentos não caírem. Os dados do PIB acumulados em 12 meses revelam como o BC conseguiu contrair a economia com o aumento da Selic a partir de setembro de 2004 e a sinalização de novas altas.

Em 2004, a economia cresceu 4,9%. A taxa em 12 meses baixou

para 4,6% ao final do primeiro trimestre de 2005 e para 4,4% no final do segundo trimestre deste ano. Caiu mais agora no terceiro trimestre, chegando a 3,1%. Já em relação ao mesmo trimestre do ano passado, entre abril e junho, a taxa de crescimento foi de 4% e foi para 1% no terceiro trimestre.

Outro setor responsável pelo tombo foi o agropecuário, que registrou a maior queda entre todos os setores, de 3,4% ante o segundo trimestre e de 1,9% em relação ao ano passado. Resultados alimentados por quedas nas safras de trigo, café e laranja.

O consumo das famílias subiu 0,8% na comparação trimestre, contra trimestre anterior e 2,8% em relação ao terceiro trimestre de 2004. Taxas muito próximas às registradas no segundo trimestre, de 0,9% e 3,1%, respectivamente.

Palocci afirma que recuo no 3º tri é 'surpresa negativa'

DAS ENVIADAS A PUERTO IGUAZÚ

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, disse ontem que o recuo do PIB no terceiro trimestre foi uma "surpresa negativa", mas que o resultado é só "um momento fora da curva de crescimento" e que não afetará a trajetória de expansão do país, que voltará no final do ano e em 2006.

Para o ministro, o declínio de 1,2% do PIB em relação ao segundo semestre reflete "um ajuste de estoques", explicado por dois fatores: crescimento "importante" do consumo das famílias e uma queda da oferta.

Palocci evitou comentar se os resultados comprometem o crescimento do país no ano, que poderia fechar abaixo de 3%, menor que a meta prevista: "Vamos refazer as contas. Logo esses números vão ser avaliados e divulgados".

O ministro respondeu à imprensa na cidade argentina de Puerto Iguazú, onde participou com Lula de reunião ministerial bilateral. Palocci teve a primeira reunião com Felisa Miceli, que assume hoje a pasta da Economia argentina em substituição a Roberto Lavagna.

Palocci repetiu diversas vezes que o resultado negativo é isolado, "natural" e que o "crescimento não vai parar". Um dos motivos para a trajetória ascendente seria o corte nos juros.

"Na evolução do processo do crescimento, estamos a oito trimestres consecutivos em crescimento e temos um trimestre de queda. Isso é natural. Não há crescimento em nenhum ciclo importante longo que não tenha um momento de queda."

Numa defesa da política econômica, bombardeada até por

membros do governo, Palocci ressaltou os bons fundamentos da economia e o "sucesso" na redução da inflação, mas admitiu que a política monetária "tem seus custos".

Também na comitiva de Lula, o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, evitou confrontar Palocci, mas atribuiu o resultado do PIB à política econômica e cobrou medidas para "estimular" o crescimento.

"A política econômica produziu os resultados que eram previstos. Isso dá condição de acelerar o trabalho de queda da taxa de juros", afirmou. "É preocupante que a economia esteja reagindo ao aperto financeiro", completou, alinhando-se à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Mantega

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Guido Mantega, afirmou que a desaceleração da economia acima do esperado no terceiro trimestre do ano pode ter sido resultado de um "excesso de zelo" por parte dos condutores da política monetária.

"O Banco Central fez, de propósito, uma política restritiva porque queria reduzir o nível de atividade. Mas, por esse resultado [divulgado ontem], talvez o que houve foi um excesso de zelo das autoridades monetárias", disse ele, referindo-se à redução de forma gradual da taxa básica de juros, a Selic, e à manutenção da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) em patamar que considera elevado.

Mantega, porém, minimizou a queda do PIB, que classificou como "um episódio dentro de um quadro de crescimento". Para o ano, a expectativa do presidente do BNDES é que a taxa fique entre 2,5% e 3%.

Colaborou a Sucursal do Rio

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Não havendo mais assuntos a tratar e depois de ouvir todos os Senadores inscritos, encerro esta 214ª sessão não-deliberativa, de sexta-feira, dia 2 de dezembro de 2005, iniciada às 9h, com duração, portanto, de quatro horas, nas quais foram respeitadas as leis do País e o Regimento Interno tão bem salvaguardado pelo nos-

so extraordinário Secretário Executivo, Dr. Raimundo Carreiro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 59 minutos.)

(OS Nº 18168/05)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 171 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

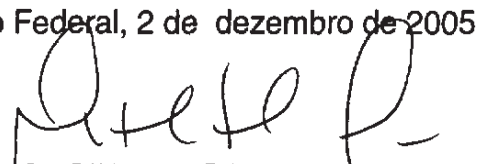
R E S O L V E:

Art. 1º Instituir Comissão Especial Temporária com finalidade de promover estudos, desenvolver e implementar ações junto à administração, com o intuito de promover a valorização da pessoa com deficiência no âmbito do Senado Federal.

Art. 2º Designar para compor a Comissão Especial os Servidores: Mônica de Araújo Freitas, mat. 39710, como Presidente e, na qualidade de membros os servidores Virgínia Malheiros Galvez, mat. 54190, Érika Freire Vath, mat. 44638, Cláudia Martins de Almeida e Souza Ferreira, mat. 49820, Simões Esteves, mat. 177645, Flávia Maria Badaró Abrantes, mat. 152927, Maria de Lourdes Alves Melo, mat. 193735, Rosemary Ferreira Alves de Matos, mat. 193723, Wellington Lopes Silva, mat. 193760 e Elizabeth Guimarães dos Santos, mat. 28426.

Art. 3º Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 2 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4143 , DE 2005

Estabelece as competências da Secretaria Técnica de Eletrônica e das Subsecretarias e Serviços a ela subordinadas.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foram conferidas pelo Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2005, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam estabelecidas por este Ato as competências da Secretaria Técnica de Eletrônica e de suas unidades subordinadas.

Art. 2º - À Secretaria Técnica de Eletrônica, diretamente subordinada ao Órgão Central de Coordenação e Execução, compete administrar e promover a operação e gestão de todo sistema de som e imagem do Senado Federal; elaborar estudos e projetos para atualização deste sistema, bem como a aquisição de equipamentos; promover a gestão arquivística e a preservação dos documentos multimídia da própria Secretaria, dos órgãos de comunicação social do Senado Federal e do Instituto Legislativo Brasileiro.

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria Técnica de Eletrônica:

- I. Gabinete;
- II. Serviço Administrativo;
- III. Serviço de Material;
- IV. Serviço de Atendimento ao Usuário;
- V. Serviço de Projetos Eletrônicos;
- VI. Serviço de Arquivo de Áudio;
- VII. Subsecretaria de Operações;
- VIII. Subsecretaria Técnica de Manutenção; e
- IX. Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais.

Art. 3º - Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação de seu titular; atualizar a agenda; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 4º - Ao Serviço Administrativo compete controlar o pessoal e o expediente da Secretaria e seus órgãos; acompanhar as publicações do Boletim de Pessoal, transmitindo as informações pertinentes; controlar e conservar os bens patrimoniais em articulação com os titulares das Subsecretarias, elaborar a proposta orçamentária anual; controlar e acompanhar o andamento dos processos de interesse da Secretaria e seus órgãos acompanhando a sua execução; manter o arquivo administrativo e organizar a consolidação de dados estatísticos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 5º - Ao Serviço de Material compete guardar, cadastrar e distribuir o material permanente e de consumo da Secretaria; manter estoque mínimo e máximo do material; realizar balanço anual do material estocado e utilizado; realizar levantamento físico-financeiro mensal; prever aquisições necessárias; encaminhar notas fiscais e registros de material nos processos administrativos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 6º - Ao Serviço de Atendimento ao Usuário compete centralizar a demanda de solicitações feitas à Secretaria, distribuí-las às Subsecretarias especializadas, observando a competência de cada uma; emitir relatórios diários e mensais com as informações solicitadas; estabelecer prioridades de atendimento aos demais serviços técnicos da Secretaria; e executar tarefas correlatas.

Art. 7º - Ao Serviço de Projetos Eletrônicos compete elaborar projetos de instalação, modificação ou expansão das redes internas de áudio e vídeo; atualizar plantas e diagramas de instalações eletrônicas de áudio e vídeo da Casa; fornecer especificações técnicas para elaboração de editais de concorrências; acompanhar a elaboração e execução de contratos decorrentes, desde sua assinatura até o recebimento da obra, do material ou dos serviços contratados; emitir pareceres técnicos; prestar suporte técnico à manutenção e instalação de equipamentos; coordenar as atividades de desenvolvimento tecnológico na área de eletrônica; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 8º - Ao Serviço de Arquivo de Áudio compete elaborar e estabelecer regras e procedimentos de documentação e mapeamento das sessões gravadas a serem seguidas pelos operadores; propor normas de armazenamento de mídias; criar rotinas de implementação de entradas em bancos de dados; dimensionar as necessidades de software para catalogação e recuperação das entradas; zelar pelo acervo das gravações permanentes das sessões do Senado Federal e do Congresso Nacional, das reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito do Senado Federal e do Congresso e das reuniões das Comissões; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 9º - À Subsecretaria de Operações compete promover a execução das atividades de sonorização, gravação e arquivamento sonoro no âmbito do Senado Federal, do Congresso Nacional e dos eventos internos e externos de representações oficiais; gerar o áudio do Plenário e das Comissões, que é utilizado nas transmissões da Rádio Senado, TV Senado e Sistema VIP; elaborar e controlar as escalas de trabalho dos operadores; fornecer cópias das gravações aos órgãos técnicos da Casa e aos senadores; verificar a qualidade das gravações, operações e transmissões; proceder à recuperação, edição e melhoria de gravações de áudio deterioradas; realizar os registros das gravações, considerando as diretrizes de documentação e mapeamento do Arquivo Histórico; e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Operações:

- I. Serviço de Plenário, Comissões e Eventos;
- II. Serviço de Atendimento aos Parlamentares; e
- III. Serviço de Edições e Cópias;

Art. 10 - Ao Serviço de Plenário, Comissões e Eventos compete operar, prioritariamente ao vivo, estações de trabalho computadorizadas e mesa de áudio de gravação com diversos canais, ajustando adequadamente os níveis de microfone e outras fontes, de forma a garantir a qualidade e os efeitos desejados nas gravações e transmissões; mixar e cortar o som de duas ou mais fontes de áudio; monitorar a qualidade de áudio sob sua responsabilidade; operar equipamento audiovisual e multimídia; mapear a captação de áudio; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 11 - Ao Serviço de Atendimento aos Parlamentares compete prestar o suporte necessário aos gabinetes dos senhores senadores nas atividades de inserção, edição, purificação, equalização e adequação do áudio digital gravado destinado às páginas digitais dos respectivos senadores; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 12 - Ao Serviço de Edições e Cópias compete operar estações de trabalho computadorizadas e mesas de áudio de gravação, edição, mixagem, purificação, recuperação de áudio, copiagem de mídias em geral; responder pela produção de fundos musicais e efeitos sonoros solicitados; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 13 - À Subsecretaria Técnica de Manutenção compete manter em perfeitas condições de funcionamento os equipamentos eletrônicos, executando manutenção preventiva e corretiva; prever as necessidades de plantões técnicos; acompanhar e fiscalizar as instalações de equipamentos efetuadas por terceiros; e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria Técnica de Manutenção:

- I. Serviço Técnico de Atendimento ao Plenário e Comissões;
- II. Serviço Técnico de Atendimento a Eventos;
- III. Serviço Técnico de Transmissão;
- IV. Serviço Técnico para Gerenciamento de Áudio e Vídeo Digital; e
- V. Serviço Técnico de Atendimento à Taquigrafia.

Art. 14 - Ao Serviço Técnico de Atendimento ao Plenário e Comissões compete manter em perfeitas condições de funcionamento os equipamentos eletrônicos do Plenário do Senado Federal, da Subsecretaria de Comissões e suas salas de reuniões, executando a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de gravação digital e demais aparelhos; prever as necessidades de plantões técnicos; acompanhar e fiscalizar as instalações de equipamentos feitos por terceiros nestes ambientes; controlar as escalas de trabalho dos técnicos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 15 - Ao Serviço Técnico de Atendimento a Eventos compete executar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletrônicos; realizar instalações e posterior recolhimento de equipamentos nos diversos eventos oficiais do Senado Federal que requeiram sonorização e equipamentos multimídia; revisar e manter em perfeito funcionamento os equipamentos de áudio do Auditório Petrônio Portella, pontos de som da Casa, Central de Relógio, instalações eletrônicas das residências dos senadores; atender as chamadas técnicas dos gabinetes dos senadores e dos diversos órgãos do Senado Federal; elaborar e controlar as escalas de trabalho dos técnicos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 16 - Ao Serviço Técnico de Transmissão compete executar tarefas de caráter técnico relativas ao controle e à manutenção preventiva ou corretiva dos elementos de transmissão e recepção de sinais, planejamento, avaliação e controle de instalações, acompanhar o desempenho técnico-operacional, analisar relatórios de leituras, emitir pareceres técnicos referentes à necessidade de equipamentos de transmissão, administrar os contratos de aquisição e manutenção, gerenciar a operação; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 17 - Ao Serviço Técnico para Gerenciamento de Áudio e Vídeo compete manter em perfeito funcionamento o Servidor, as Estações de Trabalho e a rede de dados que os interliga, executando as rotinas de segurança e administração inerentes ao serviço, providenciando as cópias de segurança, gerenciando o acesso aos bancos de dados pelos usuários e instalando e reparando as instalações dos aplicativos nas estações de trabalho, sempre que necessário; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 18 - Ao Serviço Técnico de Atendimento à Taquigrafia compete executar tarefas de caráter técnico relativas ao controle e à manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos eletrônicos de áudio da Subsecretaria de Taquigrafia do Senado Federal; emitir pareceres técnicos; prestar suporte técnico à manutenção e instalação de equipamentos; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 19 - À Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais (Centro de Documentação Multimídia) compete supervisionar a identificação, a tramitação, o uso, a avaliação, o tratamento, o armazenamento, a organização e o arquivamento do acervo multimídia da Secretaria, dos órgãos de comunicação social do Senado Federal e do ILB; compete, ainda, coordenar os processos de implantação de novas tecnologias aplicadas ao acervo, bem como preservar, dar acesso e divulgar a documentação arquivada; e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais:

- I. Serviço de Administração;
- II. Serviço de Gestão e Projetos;
- III. Serviço de Tratamento Documental;
- IV. Serviço de Pesquisa;
- V. Serviço Técnico de Armazenamento e Preservação;
- VI. Serviço de Difusão Cultural; e
- VII. Serviço de Produção de Pesquisas Jornalísticas.

Art. 20 - Ao Serviço de Administração compete providenciar o expediente e as audiências de seu titular; realizar as atividades de suporte administrativo vinculadas às atribuições da Subsecretaria; auxiliar na elaboração e no planejamento do orçamento da Subsecretaria; produzir e disponibilizar relatórios periódicos pertinentes a sua área de atuação; subsidiar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação aplicados à Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 21 - Ao Serviço de Gestão e Projetos compete auxiliar e assessorar o titular da Subsecretaria no desempenho de suas atividades, propiciar a integração das unidades administrativas da Subsecretaria e dos arquivos multimídias; propor treinamentos e eventos destinados ao aperfeiçoamento, extensão e reciclagem; propor política de disseminação seletiva da informação; subsidiar o desenvolvimento de sistemas de informação aplicados à Subsecretaria; manter sistema de avaliação dos resultados das políticas adotadas; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 22 - Ao Serviço de Tratamento Documental compete coordenar as atividades de desenvolvimento do acervo de competência da Subsecretaria; realizar as atividades de tratamento documental em conjunto com os arquivos multimídia, incluindo a identificação, a classificação, a seleção, a catalogação, a edição, a descrição, a indexação e o arquivamento dos documentos; prestar orientação técnica aos arquivos multimídia da Secretaria, dos órgãos de comunicação social do Senado Federal e do ILB; produzir e disponibilizar relatórios periódicos pertinentes a sua área de atuação; subsidiar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação aplicados à Subsecretaria; subsidiar a elaboração de produtos de divulgação do acervo; e executar outras tarefas correlatas.

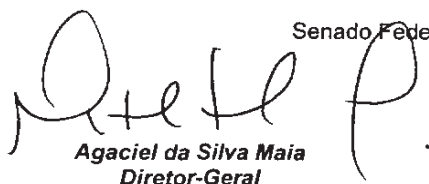
Art. 23 - Ao Serviço de Pesquisa compete realizar o atendimento aos parlamentares, aos usuários internos e externos, bem como prestar informações e orientações quanto à utilização de recursos informativos e instrumentais de pesquisa do acervo da Subsecretaria; executar rotinas de disseminação seletiva da informação; manter o cadastro e o perfil de usuários; subsidiar a elaboração de produtos de divulgação do acervo; produzir e disponibilizar relatórios periódicos pertinentes a sua área de atuação; subsidiar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação aplicados à Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 24 - Ao Serviço Técnico de Armazenamento e Preservação compete coordenar as atividades de armazenamento, preservação e conservação do acervo; acompanhar e estudar novas tecnologias de informação na produção, registro e armazenamento dos acervos multimídia; desenvolver os serviços referentes à mudança e migração de suporte da documentação arquivada; participar da criação, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação; executar as rotinas operacionais de manutenção dos bancos de dados; participar do planejamento e da implantação da infra-estrutura física de equipamentos da Subsecretaria; participar do planejamento e da implantação de mecanismos de contingência do sistema; produzir e disponibilizar relatórios periódicos pertinentes a sua área de atuação; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 25 - Ao Serviço de Difusão Cultural compete divulgar o acervo, as atividades, os produtos e os serviços prestados pela Subsecretaria; desenvolver projetos junto a instituições educacionais; planejar, organizar e executar os eventos da Subsecretaria; promover o intercâmbio com instituições afins; executar rotinas de disseminação seletiva da informação; produzir e disponibilizar relatórios periódicos pertinentes a sua área de atuação; subsidiar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação aplicados à Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 26 - Ao Serviço de Produção de Pesquisas Jornalísticas compete realizar o atendimento das demandas de pesquisa a acervos multimídia para os órgãos de comunicação social da Casa e ILB; subsidiar a produção e a edição de programas de rádio e tv, textos, fotos ou ilustrações de conteúdo baseado no acervo multimídia; instrumentalizar os veículos na elaboração, no desenvolvimento e na execução de pautas e de programação; executar rotinas de disseminação seletiva da informação; subsidiar a elaboração de produtos de divulgação do acervo; manter o cadastro e o perfil de seus usuários; produzir e disponibilizar relatórios periódicos pertinentes a sua área de atuação; subsidiar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação aplicados à Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas.

Art. 27 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

Senado Federal, 2 de novembro de 2005.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4144 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo n.º006925/05-7,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e arts. 38, 42 e 43, da Lei nº 7.087/82 c/c Resolução IPC nº 20/90, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a ILZA MATUSZ RODRIGUES, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia na data do óbito, 15/12/2002, o pensionista segurado, ex-servidor PRUDENCIO SERRA RODRIGUES, ERGON 3685, com efeitos financeiros a partir de 29/04/2005, data do requerimento.

Senado Federal, 02 de dezembro de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4145 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018776/05-1,

RESOLVE dispensar o servidor MURILO EDUARDO FERNANDES DA SILVA PORTO, matrícula 20944, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Telecomunicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de dezembro de 2005.

Senado Federal, 02 de dezembro de 2005



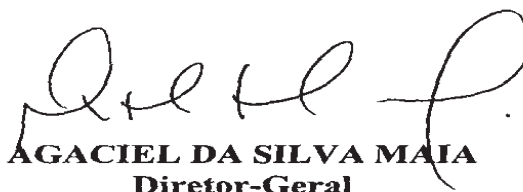
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4146 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018538/05-3,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO HENRIQUE FERREIRA NUNES, matrícula 51539, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Paulo Octávio, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de de 23 de novembro de 2005.

Senado Federal, 02 de dezembro de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4147 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 018555/05-5,

RESOLVE dispensar a servidora CRISTINA JUDITE VICINO, matrícula 50262, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Comissão Adjunto, Símbolo FC-7, da Secretaria de Comissões, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra, a partir de de 25 de novembro de 2005.

Senado Federal, 02 de dezembro de 2005



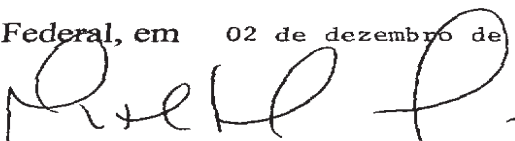
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4148 DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018819/05-2**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PRISCILA SILVA DIAS**, matrícula n.º 171545, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005



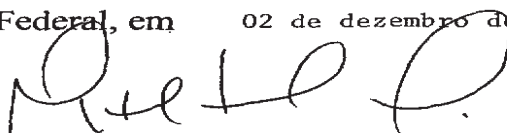
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4149, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018.959/05-9**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA LUIZA RIMA MAYER VENTURA**, matrícula n.º 181095, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005



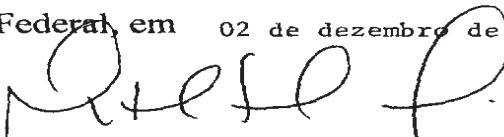
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4150, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019045/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NAYANNA GOMES BATALHA DE GÓES**, matrícula n.º 183420, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005

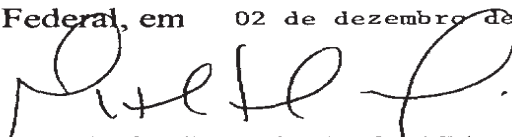

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4151, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **019043/05-8**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ANTONIO VIANA FILHO**, matrícula n.º 175370, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-3, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Alvaro Dias para o Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4152 DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018819/05-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO PEREIRA SIMÕES DOS REIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da PSB.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4153 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019070/05-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alvaro Dias.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005,

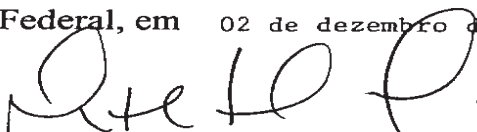

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4154 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019045/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JAÍZA DE FRANÇA GOMES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.

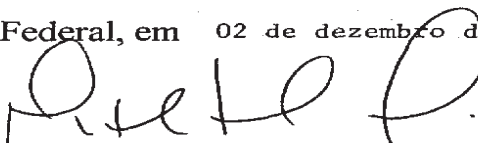

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4155 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **018959/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAROLINE MARIA VENTURA MORAIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4156 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019053/05-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAFAEL RODRIGUES GAGLIANO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.

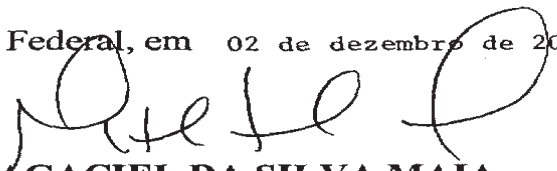

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4157 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 019096/05-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AMARILDO LOPES DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.

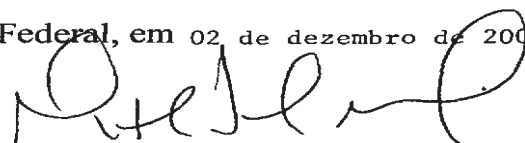

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4158 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019075/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FERNANDO ANTONIO PEREIRA BRAGA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.



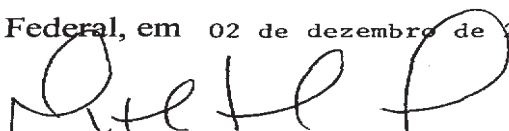
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4159 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019082/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Suplicy.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.



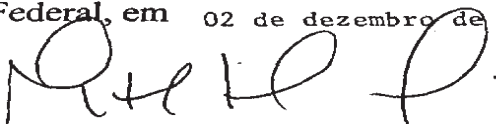
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4160 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019044/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADEMÁRIO BARRETO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.

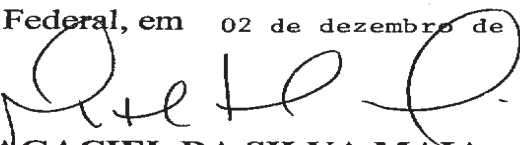

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4161 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **019042/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FÁBIA DUTRA DE AZEREDO DE MORAIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.

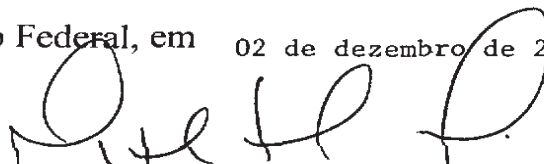

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4162 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 018.985/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ MELCHIADES GOMES SOBRINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soares	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER – PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA – PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO – PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA – P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE – PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA – PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL – PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI – PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES – PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

(1) VAGA CEDIDA PELO PSDB

(2) VAGA CEDIDA PELO PFL

(3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05

(4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05

(5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

(6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador

Vice-Presidente: Senador

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Gilberto Goellner (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. Álvaro Dias (PSDB)	PR	4059
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Pedro Simon	RS	3232
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 124 PÁGINAS